



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ata nº 3/2022-----

-----2ª Sessão Ordinária de 2022 – 1ª Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 29 de Abril de 2022 -----

-----Aos Vinte e nove dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e dois, em cumprimento da convocatória, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, realizada no Auditório do Museu Municipal, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob o Presidente em exercício **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café** coadjuvado por **Sheila Gassin Tomé**, Segunda-Secretária da Mesa. -----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Cristina Maria de Sousa Velha	Partido Social Democrata
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Pedro Jorge Marques Moreira	Partido Socialista
Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Ricardo Cândido	PAN
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	Bloco Esquerda
Maria Manuela Santos Trigo	CHEGA
Carlos Alberto Osório	Partido Socialista
Bruno Candeias	Partido Social Democrata
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Cristiano Malha Gregório	Partido Socialista
José Luis Barbudo	Partido Socialista
Raquel Bernardino	Partido Social Democrata
Maria da Luz Santana Nunes – Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Ivo Miguel Inácio Carvalho – Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Isabel Andrez Guerreiro	1	29/04/2022	Cristiano Malha Gregório
PS	Andreia Sousa	1	29/04/2022	José Luis Barbudo
PSD	Natalino Alves	1	29/04/2022	Raquel Bernardino
PSD	Vítor Couto	1	29/04/2022	Bruno Candeias
PN	Daniela Duarte	1	29/04/2022	Ricardo Cândido

----- A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
-------	----------------------



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista
João Vasco Gambôa	Vereador – Partido Socialista
Filipe Mesquita Vital	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleiro Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA

-----Por parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não estiveram presentes: -----

Isilda Maria Prazeres dos Santos V. Gomes	Presidente – Partido Socialista
Luis Manuel de Carvalho Carito	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança

-----Quando eram vinte e uma horas e sete minutos, constatada a existência de quórum, o Presidente em Exercício **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, declarou aberta a **2ª Sessão Ordinária de 2022**, cumprimentando todos os presentes. Antes de iniciar os trabalhos, a Mesa pretende propor a aprovação de um **voto de pesar seguido de um minuto de silêncio, pelo falecimento do cidadão Ilídio Poucochinho**, cujo teor se transcreve na íntegra: «Voto de Pesar pelo falecimento de Ilídio da Conceição Guerreiro Poucochinho. Ilídio da Conceição Guerreiro Poucochinho, nascido na freguesia de Portimão a 4 de maio de 1950, foi um homem de causas, de serviço público e associativo, nomeadamente na Rádio e no Teatro. Foi membro da Assembleia de Freguesia e Assembleia Municipal de Portimão, tendo sido agraciado com a medalha de mérito municipal. Por tudo isto, e pelo mais que não cabe nesta singela homenagem, a Assembleia Municipal de Portimão manifesta o seu pesar e sentida consternação pelo falecimento do cidadão Ilídio da Conceição Guerreiro Poucochinho.» -----

-----A Assembleia Municipal reunida em 29 de abril aprovou por unanimidade o voto de pesar e fez um minuto de silêncio em sua honra. -----

-----Em Seguida, o Presidente em Exercício **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café** informou que foram rececionadas três inscrições, para o **ponto 1) da ordem de trabalhos, designado para a intervenção dos cidadãos.** -----

-----Assim, principiou por conceder o uso da palavra, à primeira cidadã inscrita, **Telma Silva**,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cujo teor da intervenção se transcreve na íntegra: «Muito obrigada, boa noite a todos, nós vimos - venho eu e vem o Pedro - nós temos um grupo de concessionários no *WhatsApp*, e foi combinado que viríamos cá hoje, tenho pena de não termos vindo mais, que era para tentarmos pedir a vossa compreensão, e para que seja visto o direito de preferência relativamente aos concursos que vão ser feitos, porque os juristas e os advogados dizem que já passaram dois anos, que os direitos de preferência podem ser revogados, e que nós perdemos todos os direitos que temos, os concursos já deveriam ter sido lançados, segundo o que os advogados dizem, e que nós podemos perder o direito de preferência, sei que tem havido bastantes reuniões nesse sentido, sei que também tem sido feito da parte do Executivo muitas situações, e têm tido em atenção as nossas preces, mas de qualquer das maneiras se houvesse possibilidade da parte do Executivo, revalidar o nosso direito de preferência, talvez para quando fosse o concurso deste ano nós termos uma base, porque não é só nós dizermos que temos o direito de preferência. Nós quando passamos na capitania nós fazíamos o direito de preferência, mas entregámos um documento, e não sei até que ponto é que esse documento ainda é válido hoje em dia, se não deveríamos, ou se há alguma possibilidade da parte do executivo, termos um documento onde nos diga: "não, o concessionário, neste caso, Susana Viegas da Silva, o qual eu represento, tem o concessionário da praia dos 3 castelos, tem direito de preferência porque já estava validado no ano X, e quais vão ser a brevidade dos concursos, não sei os timings que vão ser apresentados, porque os advogados falam muito nos tempos, e eu costumo dizer que quem é pequenino se não tiver a base jurídica do nosso lado, nós não vamos a lado nenhum, portanto venho eu apelar, o Pedro também vem, expor as nossas situações para que possam realmente ser vistas da melhor forma, não esquecendo que há muitas, mas muitas famílias que dependem disto. Por isso, uma boa noite a todos e muito obrigada.» -----

----- Em seguida, foi concedido o uso da palavra, ao segundo cidadão inscrito, **Pedro Costa**, cujo teor da intervenção se transcreve na íntegra: «Muito obrigado senhor Presidente, muito obrigado a todos por nos receberem, dignos representantes das entidades aqui presentes, acima de tudo muito obrigado a todos enquanto munícipes do Município de Portimão, os concessionários de praia, e vem no seguimento um pouco do que a minha colega Telma mencionou, os concessionários de praia têm sido desde há muito tempo, uma das primeiras caras do concelho de Portimão, nomeadamente naquela que é uma das grandes indústrias do concelho e do Algarve, que é o turismo. Somos a qualidade do serviço que prestamos, marca aquilo que é o sucesso do Algarve, enquanto região turística, todo o passado, todo o histórico que temos, fruto da nossa presença, neste caso, das praias, tem contribuído para todo o sucesso da indústria



algarvia e realidade é que todas as indústrias, todas as empresas, de alguma forma, são beneficiadas pelo facto do turismo crescer, prosperar. Tocando na situação do direito de preferência que a Telma mencionava, penso que é da maior justiça que tenha de ser tido em conta este passado, este contributo destes empresários, na situação da eventual prorrogação ou processo de concurso que venha a surgir, e que sem querer ser beneficiado, teremos, digo eu, deve ser tido em conta todo o percurso que estes empresários já fizeram para o sucesso para a região do algarve e para o turismo da região do algarve. Toca aqui uma outra situação que tem a ver com os processos de concursos, todos nós sabemos no caso do Município de Portimão estão em fase de aprovação por alvo do Executivo camarário, e é com alguma estranheza, que nós enquanto principais afetados pelas consequências desses processos, sentimos que não fomos minimamente tidos em conta, pelo menos para podermos dar o nosso parecer. O nosso parecer, entenda-se: nós não temos poder de dizer que queremos ou não queremos que as coisas sejam assim, podemos é ser consultados para poder dar a nossa opinião em relação aos critérios que podemos considerar que são mais ou menos corretos, para os senhores depois tomarem a decisão que consideram mais justa e correta. Tal não foi feito. Sabemos que em outros Municípios os critérios dos concursos foram disponibilizados com alguma antecedência, no caso de Portimão a informação que tem vindo a ser dada foi que o processo e todas as regras seriam disponibilizadas em fevereiro, depois em março, depois em abril... A minha colega falava-me agora em junho. Na realidade é que sei que houve agora uma prorrogação dos licenciamentos para a época de 2022, para os concessionários que estão presentes poderem ter esse usufruto, mas continuamos a trabalhar sempre em linha de vista, e continuamos a trabalhar sempre sem saber o que vai ser o amanhã. E o amanhã está aí a chegar, é 2023, aparentemente, quando haverá um concurso público. Portanto, nós também enquanto empresários temos de ter alguma informação para podermos tomar decisões, e perceber, quer em termos de financiamento, quer em termos de investimento, quer em termos de tudo aquilo que toca a administração de uma empresa, quais é que são os fundamentos e quais é que são os critérios que nós próprios também devemos aplicar para podermos levar a bom porto os nossos negócios. Seria importante que realmente houvesse um envolvimento, ou pelo menos de alguma forma um libertar de informação, para os interessados, no sentido de tentarmos perceber em que bases, com que critérios, com que forma é que estes concursos vão surgir, seja para as concessões de praia, seja para os apoios balneares. Muito obrigado.» -----

----- Em seguida, foi concedido o uso da palavra, ao terceiro cidadão inscrito, **Mário Barradas Espinha**, cujo teor da intervenção se transcreve na íntegra: «Muito boa noite, senhor



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Presidente da Mesa, senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores sem exceção, senhores Deputados, e ao pessoal de apoio técnico que mantem em ótimas condições esta Assembleia, eu vinha expor dois assuntos. O primeiro, para mim é muito mais caótico, é o seguinte, tenho sido abordado bastantes vezes por cidadãos residentes num edifício da maior artéria de Portimão, que é o edifício Cedipraia, portanto são cidadãos residentes e proprietários, em que já há uma década que faz exposições, ainda na altura não se sabia qual era as competências, se era da Câmara, se era da Emarp, há uma confluência de desníveis de água nas traseiras desse prédio, só para dizer que são 2 lotes, o 120 e o 121, em que havendo 110 ou 108 apartamentos, onde moram muitos cidadãos munícipes, há uma confluência de desníveis de água nas traseiras desse prédio. Já foram, segundo me contaram, já foram contactados, à posteriori veio a saber-se que o responsável seria a EMARP, levaram lá o Eng. Baiona, aqui há uns 4 anos, e prometeu desenvolver a questão desse desiderato. Quando chove, pelas traseiras desse prédio, mais parecem uma piscina ou um pântano, de modo que as estruturas daquele prédio devem estar extremamente danificadas, as próprias garagens desse edifício entram água, em que é preciso meter motobombas para extrair. De maneira que esse é um assunto que nos leva, que me pediram para trazer aqui à Assembleia como cidadão. -----

----- A outra questão, quando houve a requalificação do átrio da Igreja e da Junta de Freguesia em Portimão, pergunto eu como cidadão, porque não fizeram a requalificação da Rua Machado Santos? Se passar ali uma carroça, as rodas são de madeira partem-se. E é tudo. Muito obrigado.» -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) João **Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que acabou de criar-se ali um precedente que nunca tinha visto nesta Assembleia. Os membros da Assembleia, salvo melhor opinião, não podem intervir como cidadãos no plenário. Ou se fazem substituir enquanto estão na Assembleia, ou então intervêm como membros da Assembleia, porque a partir deste precedente que se abriu aqui hoje, em qualquer sessão que eu acho que tenho pouco tempo para falar, eu vou usar deste expediente para ter mais cinco minutos para intervir, porque estas questões que foram aqui colocadas, poderiam e deveriam ter sido colocadas no período de intervenção normal, nomeadamente no período da informação escrita da senhora Presidente e, portanto, eu quero aqui repudiar em nome da bancada este expediente que foi aqui usado para ganhar tempo, enfim, de uma forma que eu acho que é no mínimo ardilosa e completamente desrespeitosa daquilo que vem no regimento da Assembleia, e aliás e que não só desrespeita a Assembleia, como desrespeita o público que vem aqui intervir e colocar questões ao executivo,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



porque o período do público não foi feito para os membros da Assembleia intervirem enquanto membros da Assembleia, ou enquanto cidadãos, porque eu enquanto estou aqui como membro de uma Assembleia não deixo de ser cidadão e vice-versa. Portanto, quero aqui deixar a nossa oposição a este tipo de expediente e solicitar à mesa que não volte a permitir coisas destas aqui nesta Assembleia, sob pena de se banalizar este tipo de expediente, bom e então... repare uma coisa, se cada membro da Assembleia decidir intervir como cidadão no período do público usando cinco minutos, bom, não há espaço para o público falar e não é só isso. -----

----- Interveio o Presidente em exercício **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, para dizer que há um limite de intervenções. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que obviamente que há um limite. Mas eu pergunto, se dez pessoas aqui se inscreverem para falar no público, o verdadeiro público, os cidadãos que não têm assento na Assembleia vão ficar impedidos de falar? É isso que a mesa entende como sendo legítimo? Eu peço imensa desculpa, isto é inaceitável, nunca vi isto em momento algum nesta Assembleia. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria de Sousa Velha**, creio que em nome da minha bancada, apoiar o que foi dito agora pelo deputado João Caetano, talvez não em termos tão veementes, mas efetivamente é um recurso que não nos parece adequado, estávamos aqui precisamente na bancada a comentar a mesma coisa, que estes assuntos poderiam ter sido levantados aquando por exemplo da intervenção acerca da informação da senhora Presidente e não nos parece correto esta utilização do tempo dos cidadãos, até porque estruturalmente e de acordo com o regimento não é para a nossa intervenção que ele se destina, é apenas para reforçar e apoiar o ponto à ordem apresentado pelo nosso colega deputado. Obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Presidente em exercício **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, para dizer que cumpre-lhe assumir em exclusivo a decisão que decorre como lhe parece evidente do facto de ter sido... Como não estava prevenido para esta situação, entendi e pelos vistos erradamente, conceder esse direito de intervenção ao senhor deputado na qualidade de cidadão. Inferi e provavelmente não o deveria ter feito, que a intervenção seria sobre um assunto que não estaria relacionado com a ordem de trabalhos, mas assumo desde já essa falha, peço desculpa a todos por isso, mas ela decorre de uma inexperiência e por ser uma questão inédita e que me apanhou desprevenido. Sendo assim certo que no futuro, não estando essa possibilidade prevista no regimento, terá sido uma exceção, pela qual me penitencio e em



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



relação à qual assumo em exclusivo, excluindo os outros membros da mesa, a responsabilidade por essa falha e por essa decisão. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que quanto ao primeiro assunto que foi ali trazido, sempre recebeu todas as pessoas que lhe pediram para ter reunião a qualquer hora. Tanto eu como quem está no meu gabinete, está sempre disponível para ter reunião, aliás e já falámos com uma jurista também que é de vários concessionários. Agora, o programa ainda está a ser lançado e dissemos logo isto, até quem lá foi, que não queríamos estar a lançar agora antes do verão problemas aos concessionários que estão lá a trabalhar e, portanto, temos tudo feito, podíamos lançar o concurso, pedimos o parecer tanto à capitania, como à APA, o da capitania já veio, da APA ainda não e, portanto, é este processo que está a decorrer e queremos que o ano decorra tranquilo, já chegou o Covid e, portanto, é este o tempo que estamos a dar e que foi decidido pelo executivo permanente, era isto que iríamos fazer. No entanto, se quiser pedir alguma reunião, também estou disponível lá no gabinete para o receber. -----

----- Quanto ao edifício do Cedipraia, vou ver a informação e vou ver o assunto que se passa. Mas eu acho que só da obra do adro da igreja devo responder, porque eu não conheço qual é que foi a empreitada que já decorreu do adro da igreja e é só isto que tenho para dizer, porque a obra ainda está no tribunal de contas, mas acho que convém também ver porque nada decorreu no adro da igreja e, portanto, aquilo vai ser tudo intervencionado, mas ainda não foi. É tudo, senhor Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que após a intervenção do senhor deputado João Caetano, apraz-lhe dizer o seguinte. É óbvio que não há aqui um aproveitamento, há uma provavelmente inexperiência política sobre a situação, do qual a bancada pede desculpa pelo incidente causado. Obviamente o cerne da questão também está dito, provavelmente virá num futuro se calhar um munícipe dizer exatamente a mesma coisa para que este incidente fique sanado, não vi ainda o regulamento, se o regulamento o permite ou não, enfim, mas acreditando naquilo que é a seriedade da resposta... agradeço é que numa próxima, sabendo que o senhor Mário Espinha vai fazer uma intervenção nesta circunstância como munícipe, sabendo que não o podia fazer, era simpático ter dito antecipadamente e ter interrompido logo para não haver aproveitamento político. Tenho dito. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Antes de entrar na ordem de trabalhos, informou que iria colocar à votação as seguintes atas, enviadas atempadamente para análise: -----

----- Em seguida, colocou à votação a ata nº. 14/2021 referente à 5ª sessão ordinária de 2021, realizada em 22 de dezembro de 2022: -----

----- **A ata nº. 14/2021 foi aprovada por unanimidade.** -----

----- Em seguida, colocou à votação a ata nº. 1/2022 referente à 1ª. sessão extraordinária de 2022, realizada em 7 de janeiro de 2022: -----

----- **A ata nº. 1/2022 foi aprovada por unanimidade.** -----

----- Em seguida, o Presidente em Exercício **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que iria abrir o debate para a discussão e votação das **Moções/Propostas de Recomendação** apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, às **Moções/Propostas de Recomendação**, apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, à **Proposta de recomendação – Proposta para realização de rastreio anual à diabetes nas escolas do Concelho- (subscrita pela Bancada CHEGA)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 38.º do Regimento da Assembleia Municipal do Portimão, vem o Partido CHEGA apresentar a seguinte proposta, nos termos melhor infra explanados: -----

----- 1. Pretende-se que todos os anos, no início do ano escolar, seja feito em todas as escolas do Concelho de Portimão, um rastreio à diabetes. Este rastreio deverá abranger todos os alunos entre o 1.º e o 12.º anos de escolaridade; -----

----- 2. Os alunos cujo rastreio seja indicativo de glicémias, fora dos parâmetros para a idade, deverão ser reencaminhados automaticamente para o seu médico de família. -----

----- I. Enquadramento: Os tipos de diabetes "mellitus" em crianças são semelhantes aos dos adultos, mas os problemas psicossociais são diferentes e, podem complicar o tratamento. A diabetes tipo 1 é o tipo mais comum em crianças, sendo responsável por dois terços dos novos casos em crianças de todos os grupos étnicos. É uma das doenças infantis crónicas mais comuns, ocorrendo em 1 em cada 350 crianças até aos 18 anos de idade; a incidência aumentou recentemente, sobretudo em crianças < 5 anos. Embora o tipo 1 possa ocorrer em qualquer idade, é mais comum nos 4 e 6 anos ou entre os 10 e 14 anos de idade. A frequência da diabetes tipo 2, uma vez rara em crianças, aumentou correspondentemente no aumento da obesidade infantil. Normalmente, manifesta-se após a puberdade, com a taxa mais alta dos 15 aos 19 anos de idade. A pré-diabetes é a regulação da glicose prejudicada resultando em níveis de glicose intermédios que são muito elevados para serem normais, mas não atendem os critérios para a



diabetes. Em adolescentes obesos, a pré-diabetes pode ser transitória (com reversão para normal em 2 anos, em 60%) ou progride para diabetes, especialmente em adolescentes que ganham peso persistentemente. A pré diabetes está associada à síndrome metabólica (comprometimento da regulação da glicose, dislipidemia, hipertensão, obesidade). Parece haver uma componente hereditária em todos os tipos de diabetes em crianças, embora a incidência e o mecanismo variem. No diabetes tipo I, o pâncreas não produz insulina por causa da destruição autoimune das células betapancreáticas, possivelmente desencadeada por exposição ambiental em indivíduos geneticamente suscetíveis. Parentes próximos têm maior risco de diabetes (cerca de 15 vezes mais do que o risco da população em geral), com incidência geral de 4 a 8% (30 a 50% em gémeos monozigóticos). Crianças com diabetes tipo I têm maior risco de outras doenças autoimunes, particularmente doenças da tiroide e doença celíaca. A suscetibilidade hereditária para o diabetes tipo I é determinada por vários genes (>60 locais de risco foram identificados). No diabetes tipo 2, o pâncreas produz insulina, mas existem graus variados de resistência à insulina e a secreção de insulina é insuficiente para responder no momento da procura causada pela resistência à insulina (não há deficiência relativa de insulina). O início muitas vezes coincide com o pico de resistência à insulina da puberdade fisiológica. o que pode levar :1 sintomas de hiperglicemia em adolescentes previamente compensados. A causa não é a destruição autoimune das células beta, mas uma complexa interação entre muitos genes e fatores ambientais, que diferem entre diferentes populações e pacientes. Os fatores de risco incluem OBESIDADE e HEREDITARIEDADE. No diabetes tipo I, as manifestações iniciais variam de hiperglicemia assintomática à cetoacidose diabética potencialmente fatal. Entretanto, mais comum, as crianças têm hiperglicemia sintomática sem acidose, com vários dias e semanas de aumento na frequência urinária, polidipsia (condição que ocorre quando uma pessoa tem sede excessiva e, por causa disso, acaba por beber uma quantidade exagerada de água e outros líquidos. Esta sede geralmente é acompanhada de outros sintomas como o aumento da frequência urinária, boca seca e tontura) e, poliúria (sintoma de urinar em excesso - acima de 2,5 litros por dia). A poliúria pode manifestar-se como noctúria (uma vontade de urinar frequente que acontece durante a noite), enurese (perda involuntária de urina durante o sono de uma criança com 5 ou mais anos de idade) ou incontinência de urina. Em crianças com fraldas, os pais podem observar maior frequência de fraldas molhadas ou pesadas. Cerca de metade das crianças têm perda ponderal, como resultado do maior catabolismo (parte do metabolismo que se refere a assimilação ou processamento da matéria orgânica adquirida pelos seres vivos para a obtenção de energia) e também têm crescimento prejudicado. -----



Fadiga, fraqueza, visão turva (decorrente de estado hiperosmolar do cristalino e humor vítreo), náuseas e/ou vômitos (decorrente de cetonemia) também podem estar presentes inicialmente.

No diabetes tipo 2, as crianças geralmente são assintomáticas e a sua doença só pode ser detetada por exames de rotina (daí a importância dos rastreios). No entanto, algumas crianças apresentam hiperglicemia sintomática, EHH (estado hiperglicémico hiperosmolar é uma complicação metabólica do diabetes "mellitus" caracterizada por hiperglicemia grave, desidratação extrema, hiperosmolaridade do plasma e alteração do nível de consciência) ou, apesar do equívoco comum, cetoacidose diabética (a cetoacidose diabética é uma complicação da diabetes caracterizada pela grande quantidade de glicose no sangue, aumento da concentração de cetonas circulantes e diminuição do pH sanguíneo, e que geralmente acontece quando o tratamento com insulina não é realizado corretamente ou quando surgem outros problemas, como Infecções ou doenças vasculares, por exemplo).-----

Complicações dos diabetes em crianças-----

A cetoacidose diabética é comum em pacientes com diabetes tipo 1 conhecido; ela desenvolve-se em cerca de 1 a 10% dos pacientes todos os anos, geralmente porque não tomaram insulina. Outros factores de risco de cetoacidose diabética incidem episódios anteriores de cetoacidose diabética, circunstâncias sociais, depressão ou outras perturbações psiquiátricas, doenças intercorrentes e uso de bomba de insulina (por causa de um cateter dobrado ou desalojado, baixa absorção de insulina decorrente de invasão no local da infusão ou mau funcionamento da bomba).

Os profissionais de saúde e os professores podem ajudar a minimizar os efeitos dos factores de risco, fornecendo orientações, aconselhamento e apoio. -----

Problemas psicossociais são muito comuns entre crianças com diabetes e nas suas famílias. Até metade das crianças desenvolvem depressão, ansiedade ou outros problemas psicológicos. Distúrbios alimentares é um problema grave em adolescentes, que as vezes também pulam as doses de insulina, num esforço para controlar o peso. Problemas psicossociais também podem resultar em controle glicémico inadequado, afetando a capacidade da criança em aderir aos seus regimes dietéticos e /ou farmacológicos. Assistentes sociais e profissionais de saúde mental podem ajudar a identificar e aliviar as causas psicossociais do controlo glicémico inadequado, (Manual MSD – Versão para Profissionais de Saúde – msdmanuals.com). -----

Considerando assim que a escola assume um papel fundamental, não só no diagnóstico como na vigilância destas crianças, devendo atuar rápida e precocemente em casos de híper ou hipoglicemia. O ambiente escolar, para a realização dos rastreios em todos os alunos, contribuirá



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ainda para a redução do estigma que acompanha não só a diabetes, como todas as doenças que afetam as crianças. -----

II. Conclusão-----

Em resumo e pelos motivos supra explanados, o Partido CHEGA Propõe ao executivo municipal de Portimão que: -----

- a. Promova a realização anual de rastreios à diabetes em todas as escolas do Concelho; no início do ano letivo para alunos do 1º. Ao 12º.anos; -----
 - b. Crie mecanismos para que os alunos cujos parâmetros indiquem uma pré diabetes, sejam automaticamente reencaminhados para o seu medico de família e/ou c. saúde. -----
 - c. Garanta a formação adequada e actualizada, de professores e pessoal auxiliar, neste contexto. -----
- Aconselhamos ainda neste tema, a consulta e leitura atentas do Manual de Formação da DGS” Crianças e Jovens com Diabetes Mellitus – Tipo 1”<https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/criancas-e-juvenis-com-diabetes-mellitus-tipo-1-manual-de-formacao-para-apoio-aos-profissionais-de-saude-e-de-educacao-pdf.aspx>.-----

A presente proposta, a ser aprovada deverá ser remetida: -----

-Câmara Municipal de Portimão. -----

-ACES. -----

-USFs e UCSPs do Concelho. -----

-Ministério da Saúde. -----

-Comunicação Social local e nacional. -----

-Agrupamentos de escolas e Escolas do Concelho. -----

-Associações de Pais das Escolas do Concelho. -----

-APDP(Associação Protetora dos Diabetes de Portugal).-----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Mário Nelson Barradas de Espinha**, para dizer que o Partido Chega vem propor **a «realização de rastreio anual à diabetes nas escolas do Concelho**. Nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 38.º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, vem o Partido CHEGA apresentar a seguinte proposta, nos termos melhor infra explanados:-----

----- 1. Pretende-se que todos os anos, ao início do ano escolar, seja feito em todas as escolas do Concelho de Portimão, um rastreio à diabetes. Este rastreio deverá abranger todos os alunos entre o 1.º e o 12.º anos de escolaridade; -----

----- 2. Os alunos cujo rastreio seja indicativo de glicémias, fora dos parâmetros para a idade, deverão ser reencaminhados automaticamente para o seu médico de família». Claro que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



não vou lê-la toda... se houver médico de família claro, diz muito bem. Portanto, esta moção vem no intuito de, como sabem, a diabetes se for detetada nas tenras idades do ser humano, pode ser desvirtuada e mais tarde são uma mais-valia para custos do estado, do Ministério da Saúde, porque podem ser tratados e não chegam a necessitar de tratamentos vitalícios. De modo que conta também a obesidade, a hereditariedade. -----

----- Conclusão, «em resumo e pelos motivos supra explanados, o Partido Chega propõe ao executivo municipal de Portimão que, promova a realização anual de rastreios à diabetes em todas as escolas do concelho, no início do ano letivo para alunos do primeiro ao décimo segundo ano. Crie mecanismos para que os alunos cujos parâmetros indiquem uma pré diabetes sejam automaticamente reencaminhados pelo seu médico de família e/ou centro de saúde. Garanta a formação adequada e atualizada de professores e pessoal auxiliar neste contexto. Aconselhamos ainda neste tema a consulta e leitura atentas do manual de formação da Direção Geral de Saúde, *crianças e jovens com diabetes MELLITUS tipo I*. Sendo aprovada esta proposta, que seja remetida à Câmara Municipal de Portimão, ACESS, USFS e UCPS do concelho, Ministério da Saúde e comunicação social local e nacional, agrupamentos de escolas e escolas do concelho, associações de pais de escolas do concelho, APDP, associação Protetora de Diabetes de Portugal». Tenho dito.-

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que esteve a ver na informação da Presidente, na página trinta e um e também têm ali uma coisa que é o Webinar, tem um bocado a ver também com o açúcar e mobilidade. Não sei se este Webinar vai também colmatar esta situação que esta moção traz aqui à discussão, se não é uma repetição. Tenho dito.

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a bancada do PS analisou com alguma surpresa esta proposta do Chega, porque efetivamente por muito bem-intencionada que possa ser, em boa verdade, o domínio da saúde a este nível não é da competência da autarquia. Independentemente desta matéria não caber no imediato no âmbito de ação da autarquia, também é interessante, não deixa de ser obviamente interessante observar qual é a lógica interna desta proposta, não só do ponto de vista da saúde pública, como também dos meios financeiros e da alocação de recursos humanos que a mesma proposta sobrevoa, portanto há aqui o sobrevoar de, enfim, há um quadro de boas intenções, enfim uma proposta supõe de facto que se atenha uma visão integrada dos problemas. Mas analisando apenas e sob o ponto de vista da saúde pública, ela não faz sentido a vários títulos. Desde logo porque a prevalência da diabetes no intervalo de classe dos sete aos dezoito anos é quase nula, comparando com os intervalos de idade



por exemplo dos cinquenta e cinco aos sessenta e quatro, em que é de vinte e quatro ponto três por cento, ou dos sessenta e cinco aos setenta e quatro, em que é de trinta e dois ponto sete por cento. -----

----- Através do observatório nacional da diabetes da Direção Geral de Saúde, constamos que nos indivíduos de idade entre os zero e os dezanove anos, a prevalência da diabetes corresponde a zero ponto dezasseis por cento da população portuguesa. Portanto, neste escalão etário, e é um número que se tem vindo a manter durante estes últimos anos. Em segundo lugar, importa saber que as crianças que nascem, é-lhes imediatamente atribuído um médico de família. Hoje já se nasce utente, já se é incorporado no registo nacional de utentes do médico de família. Qualquer criança desde que nasça, é avaliada periodicamente pelo seu médico de família ou pediatra. Finalmente, não se tratando de um problema pandémico, de saúde pública e ainda que o fosse, cumpriria aos pais aderir ou não a este procedimento, para que o estado não incorresse no policiamento das famílias. Nós estamos num estado de direito, não estamos num estado policial. Portanto, digamos que os argumentos do Chega, como nós acabámos de referir e voltamos a frisar, não obstante suporem aqui uma boa intensão, de facto não se revestem de qualquer solidez, pelo que o PS irá votar desfavoravelmente esta proposta. Muito obrigado, senhor Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que se reveem nas preocupações desta moção. Porém, tal como disse aqui o membro da Assembleia Figueiredo, é um projeto que tem características que não são da competência da Câmara Municipal, nem sequer do Ministério da Educação, portanto é da competência do Ministério da Saúde. Por isso não iremos acompanhar esta proposta. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que não tencionava falar neste ponto, mas vai falar para dizer aqui algumas coisas que considera simples. -----

----- A primeira, é que espero com toda a franqueza que não se tornem questões que parecem simples e efetivamente funcionais e positivas numa tendência desfavorável por uma sigla que carrega a proposta. Acho que a democracia não deve funcionar nesse nível e espero que olhemos para a democracia como algo para favorecer os portimonenses e não a sigla que gostamos mais ou menos, mas também dizer que no passado só por ser PSD, também quando às vezes a esquerda vê, diz que não porque vem da direita, portanto estamos habituados a isso, mas aqui não tem a ver com a ideologia. Dizer duas coisas também que já ouvi aqui, a primeira, é



sobre a percentagem de incidência da doença, discordar amplamente da bancada do Partido Socialista e dizer, se assim fosse, aqueles rastreios que estamos habituados a ver das doenças sexualmente transmissíveis, felizmente também deixariam de haver, porque também a incidência é muito curta em todos os concelhos e ainda bem que o é, é sinal que o SNS funciona e que os rastreios são viáveis. -----

----- A segunda nota é que ouvi aqui que isto não é competência. Eu analisei isto e conhecedor até da área em questão e as três conclusões que o partido que traz esta moção apresenta, todas elas são exequíveis, eu acho é que se calhar não leram, e sobre ser competência, dar-vos o exemplo que a Câmara Municipal de Lisboa e a Câmara Municipal de Cascais, inclusive com parceiros aqui como a APDP e a ACES realizam isto. Portanto, dizermos que não é da competência, não é bem assim e por isso olhando para a necessidade dos portimonenses terem propostas destas inclusivas, e olhando para a democracia não ideologicamente e não partidariamente, a bancada do PSD acompanha esta proposta. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, realmente ouvir estes comentários, já estou como o senhor deputado municipal Carlos Martins referiu, a proposta não deve ter sido lida pela bancada do PS, e se o foi, pelo menos na pessoa do senhor deputado Figueiredo. Aliás, cada vez mais se fala da descentralização de competências, cada vez mais a área da saúde está também a ser alvo nesse sentido e não é só pelo edificado que passa essa responsabilidade para as autarquias, aliás se se fizer qualquer tipo de investigação nas últimas décadas, facilmente se apercebe que as autarquias têm uma responsabilidade enorme na partilha e na corresponsabilidade, e de incentivarem exatamente rastreios nos municípios. Por outro lado, também reiterar aqui duas coisas que são importantes, porque não é só tratar, é preciso fazer prevenção, e aquilo que o PS e a bancada aqui disse, foi exatamente o contrário. Aliás, isto enfim, parece-me às vezes que estou em realidades virtuais completamente diferentes e que só me faltam os óculos para perceber que há aqui uma distância entre aquilo que se passa na realidade e aquilo que se apregoa muitas vezes neste tipo de comentários. -----

----- O tipo de diabetes em crianças são semelhantes às dos adultos, mas os problemas psicossociais são diferentes e podem complicar o tratamento. -----

----- A diabetes tipo I, é o tipo mais comum em crianças, sendo responsável por dois terços dos novos casos em crianças em todos os graus étnicos. É uma das doenças infantis crónicas mais comuns, ocorrendo um em cada trezentas e cinquenta crianças até aos dezoito anos. A incidência aumentou recentemente, sobretudo em crianças com menos de cinco anos. Embora o tipo um



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



possa ocorrer em qualquer idade, é o mais comum dos quatro aos seis anos entre os dez e catorze anos de idade. Portanto, fazer-se disto uma discussão, eu diria ideológica, é que não me faz qualquer sentido. Tenho dito. -----

----- Pede o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que embora o Bloco tenha conhecimento que de facto a transferência de competências na área da saúde teve muitas limitações, acham que não é desfasada, de facto que neste âmbito esta proposta esteja envolvida nas competências da autarquia, e atendendo à pertinência da recomendação, o Bloco irá acompanhar a mesma. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, apenas e tão só de uma forma muito sintética, para invocar aqui a memória de alguns argumentos que foram aduzidos, que foram argumentos estritamente técnicos e que foram baseados na menção do observatório nacional da diabetes. Portanto, quem efetivamente preconiza votar favoravelmente a proposta, não tem que cavalgar o PS, insinuando aqui pressupostos de ordem ideológica. Agora, o PS tem o direito de fazer esta leitura da realidade, assim como o Chega tem o direito de fazer a leitura da sua realidade e, portanto, o PS exige respeito, do mesmo jeito que respeitou e argumentou, sem procurar aqui deteriorar, aliás repito, a minha intervenção foi justamente no sentido de dizer isto, por muito bem-intencionada que a proposta possa ser. Agora, a democracia é isto mesmo meus amigos, é o sentido da responsabilidade das nossas posições e é o respeito integral pelas posições dos outros. Não houve aqui deterioramento algum da proposta do Chega na sua essência. Procurámos uma argumentação que nos pareceu que obedecia com fidelidade técnica àquilo que é o problema neste momento, e se nós tivéssemos que falar de doenças, teríamos naturalmente a este respeito que avançar para domínios bem mais profundos e técnicos, que não é o caso aqui nesta Assembleia. portanto, apenas para frisar isto, não procurem a todo o custo fazer vingar as suas propostas, procurando a deterioração argumentativa e apelidando a argumentação disto, daquilo ou daqueloutro em termos negativistas, porque nós também sabemos fazê-lo e temos respeitado desde início. Há de início que esta Assembleia funcionou que nós temos respeitado as posições do Chega e temos refletido sobre elas de forma séria. Portanto, só gostaria de deixar este ponto bem esclarecido. Muito obrigado, senhor Presidente. -----

----- Pede o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que vai tecer a sua conclusão sobre esta questão que é, ouvir o deputado o senhor Figueiredo, enfim, quase que lhe cai e verte uma lágrima com tamanho



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



pensamento. É óbvio que, aqui nem percebo porque é que as questões do respeito vêm aqui a lume, temo-nos sentido sempre bem e respeitados e assim o fazemos. A questão aqui é, isto é técnico, é técnico, aliás é uma das causas de morte e da mortalidade da doença hipertensiva, e um fator de risco é exatamente a diabetes e começa exatamente por tratar e prevenir nas crianças, e o poder local enquanto poder local, ainda mais com a questão da descentralização de competências no futuro, vai passar obrigatoriamente por isto. É da responsabilidade do poder local poder incentivar exatamente questões preventivas de doença e morte cardiovascular no futuro, começando exatamente pelas crianças, nomeadamente na doença já que não é noutras coisas. Muito obrigado. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício **Carlos Café**, submeteu à votação a **Proposta de recomendação – Proposta para realização de rastreio anual à diabetes nas escolas do Concelho (subscrita pela Bancada do Chega)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	0	2	0	0	1	11
ABSTENÇÕES	0	0	0	2	0	0	1	0	3
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	1	0	0	16

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Proposta de recomendação foi reprovada por maioria.** -----

No seguimento desta votação, a bancada do PAN, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra: «Estamos, obviamente, de acordo na promoção da saúde das crianças, e em todas as faixas etárias, no entanto, entendemos que o início do ano letivo já por si traz uma grande carga emocional. -----

Entendemos também que este tipo de ações como os rastreios, são de valorizar, devem ser de carácter opcional por parte das famílias. -----

Neste sentido propomos ações de sensibilização, formação e palestras ao longo do ano letivo e para toda a comunidade escolar.» -----

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício **Carlos Café**, informou que se seguia para debate, a **Moção – Manutenção, horários e tarifário do Serviço Público**



de Transporte de Passageiros Regular por modo rodoviário – “Vai E Vem” (subscrita pela bancada PPD/PSD), cujo teor se transcreve na íntegra: «Considerando que: -----

1. Na sequência do último pedido de autorização de despesa para 2022 e abertura de procedimento por ajuste direto para concessão do serviço público de transporte de passageiros por modo rodoviário no Município de Portimão, (reunião de camara de 23/12/2021) e respetivo parecer jurídico de Janeiro de 2022, elaborado por Sérvulo & Associados, Sociedade de Advogados, SP, RL, constata-se que, além das deficiências existentes na contratação do serviço acrescem outras deficiências, como as atividades de manutenção, horário e tarifário. -----

2. Da avaliação que realizamos a este Serviço Público de Transporte de Passageiros do Município de Portimão, facilmente constatamos que o mesmo não está a corresponder as expetativas criadas, quer por parte dos utentes, quer até dos propósitos inerentes a sua exigência, no que diz respeito a: -----

a) Contribuição para a diminuição do trânsito rodoviário e consequentemente reduz-se a emissão de gases poluentes; -----

b) Contribuição para o aumento da segurança rodoviária, pela diminuição do tráfego rodoviário e bem assim, promove a redução das ocorrências de acidentes; -----

c) Contribuição para redução da poluição sonora; -----

d) Contribuição para redução da pressão associada as necessidades de estacionamento. -----

3. Este serviço deve estar disponível para TODOS, quer sejam os habitantes, os turistas, os trabalhadores, os mais ou os menos jovens, bem como os demais que queiram utilizar a rede de transportes existente neste Concelho. Constata-se, porém, uma fraca utilização deste transporte, com várias deficiências detetadas, que julgamos, na sua maioria contribuem para este insucesso.

a) Os horários praticados não correspondem as necessidades de uma parte significativa da população, com a necessidade de ajustes nos mesmos garantindo a utilização pontual aos fins-de-semana, e em horários que sirvam os trabalhadores que praticam horários da hotelaria e restauração, que com os atuais horários ficam excluídos, bem como dos turistas para zonas de maior concentração de pessoas; -----

b) A Concessionária, Frota Azul (Algarve) - Transportes e Turismo, Lda., deve prestar toda a informação ao publico no que respeita a horários e tarifários (Clausula 22, "Tarifário", número 7 do Caderno de Encargos); <http://www.frotazu|-algarve.pt/2018/vai-e-vemphg> -----

c) A Concedente, Município de Portimão, tem por responsabilidade a afixação da informação ao público nos locais de paragens obrigatória (Clausula 22, " Tarifário", número 8 do Caderno de



Encargos), acrescentamos que a afixação mencionada deverá ser estendida a TODOS os locais de paragem obrigatória; Damos nota das deficiências encontradas, nos exemplos abaixo: -----

d) Realizar, pelo Concedente, a manutenção do Serviço Público de Transporte de Passageiros Municipal “Vai&Vem”, nomeadamente nos abrigos, paragens e postaletes que se encontrem instalados nos locais de paragem obrigatória previstos na Rede (Cláusula 18, “Manutenção”, número 1 e número 2 e ainda o número 3 da Clausula 7, “Estabelecimento da Concessão”, do Caderno de Encargos). Damos nota das deficiências encontradas, no exemplo abaixo, que permite constatar a dificuldade de identificação da paragem, impedindo a utilização do serviço. --



4. A correção das deficiências mencionadas acarretará benefícios para todos os agentes económicos envolvidos, e que uma informação adequada permitirá: -----

a) o aumento do número de utilizadores do serviço de transporte; -----
b) o aumento da receita da concessionária e, -----
c) a redução do valor dos subsídios à exploração (a suportar pela CMP), que no caso concreto é de 723.751 euros (Tabela 24 “Demonstração de Resultados”, do documento “Cálculo do preço base a ser pago na fase transitória da rede Vai e Vem e sua fundamentação”). -----

5. Não obstante o anteriormente exposto, nomeadamente é responsabilidade de manutenção, informação de horário e tarifário, atribuído é concedente, conforme discriminado nos diversos artigos do “Caderno de Encargos”, constata-se que a informação produzida tem oposição no “Anexo II ao Caderno de Encargos”, que atribui a responsabilidade é concessionária. O anexo II ao Caderno de Encargos refere, no seu número 3, que a Concessionária é responsável “pela colocação nas paragens com abrigo (alínea n)) e nos postaletes (alínea 0), o mapa da rede e a ficha de horários das linhas que passam por essas paragens” e “por manter em bom estado de conservação todos os meios de comunicação e/ou suportes físicos de informação (alínea q) referidos nas alíneas anteriores”. -----

6. Não obstante a contradição grosseira dos documentos mencionados no número anterior, o propósito desta recomendação não é de apurar a responsabilidade pelas deficiências, mas assegurar que estas serão sanadas, pelos que: -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



- a) O Transporte Público Municipal é uma prioridade para a mobilidade dos utentes; -----
- b) Há dezenas de placas das paragens e postaletes sem identificação do nome do local de paragem; -----
- c) A consulta das rotas e horários é praticamente impossível, e essa informação está ausente nos locais de paragem. -----

Vêm os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata em reunião Ordinária da Câmara Municipal de Portimão, recomendar ao Executivo em regime de permanência, que se digne corrigir as deficiências fatuais indicadas na presente proposta de recomendação, assegurando assim a qualidade e eficiência deste Serviço, a saber: -----

1. Assegurar, a colocação das rotas e horários no site do município (atualizado) para que qualquer utente esteja a um clique de distância destas informações; -----
2. Assegurar a manutenção célere de todas as placas das paragens e postaletes que se encontrem sem identificação do nome do local de paragem; -----
3. Capacitar as paragens e postaletes de informação física relevante face a horários, rotas e alternativas, assim como os contatos telefónicos de informação e urgência. -----
4. Assegurar, com a maior brevidade possível uma avaliação dos horários praticados de forma a assegurar que o mesmo corresponde às necessidades da população, dando assim por assegurado o verdadeiro investimento num serviço público de qualidade, reconhecido por todos.» -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, serei breve, porque acho que a proposta é mais extensa e densa propositadamente para que todos tivessem a noção daquilo que aqui trazemos. Este órgão enquanto órgão fiscalizador, tem um âmbito e é dessa forma que iremos continuar a trabalhar, de conseguirmos também trazer soluções e propostas que sejam contributos para aquilo que é a função executiva da Câmara Municipal de Portimão, e aquilo que aqui trazemos, é um conjunto analisado com aquilo que diz respeito afincadamente àquelas que são as competências do município sobre esta matéria do transporte urbano municipal Vai e Vem, em que apresentamos um conjunto elaborado de sugestões que entendemos serem necessários ao concelho a todas as rotas que existem no Vai e Vem e muitos deles também transmitidos por munícipes, e ao longo de sessões dos órgãos autárquicos locais fomos acompanhando e entendemos que também temos a responsabilidade política, de não só ir acumulando aquilo que diziam que deve ser feito e trazermos nós aquilo que deve ser feito e, portanto, nesse âmbito trazemos esta proposta de recomendação para que o executivo possa avaliar. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PS **Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a bancada do PS vem responder à recomendação apresentada pelo PSD, quanto à manutenção, horários e tarifário do serviço público de transporte, denominado Vai e Vem. -----

----- Foi e é preocupação do PS, o serviço público de transporte de passageiros proporcionado aos utentes portimonenses e a quem tiver necessidade de utilizar. Por esse motivo, em janeiro de 2022, nesta Assembleia, foi aprovado pelo PS com cinco votos contra do PSD, a deliberação da Câmara Municipal do dia 23 de dezembro de 2021, para a celebração de um contrato de concessão de serviço público de transporte de passageiros no município de Portimão, denominado contrato transitório, para vigorar até à entrada em funções do novo operador selecionado pelo município do concurso público. -----

----- Foi pois deliberado e aprovado pelo PS, a celebração do novo contrato de serviço público por ajuste direto como solução de prevenção de risco de rutura do serviço público de transporte de passageiros no município, pois se assim não fosse, previa-se que Portimão ficaria sem transporte público rodoviário até à obtenção do visto prévio do tribunal de contas, aliás que ainda se aguarda. O PSD nessa altura, não mostrou preocupação em solucionar esta exigência premente do transporte público em Portimão, e agora recomenda manutenção de todas as placas das paragens e postaletes, com a identificação do local da paragem, informação nas mesmas dos horários e avaliação destes, que pressupõe a existência do Vai e Vem. A esta recomendação que o PS aprecia como uma preocupação salutar de vossas excelências, apesar da vossa posição já antes manifestada, tem a dizer: -----

----- Quanto aos propósitos do transporte público, no sentido de que não corresponde à diminuição do trânsito de sinistros, poluição sonora, em que se baseiam? Não podemos olhar para o último ano e meio, pois é certo que durante a pandemia foi evitado por todos o transporte público. -----

----- As diversas forças políticas da autarquia desenvolveram o plano operacional de transporte, onde foram avaliadas diversas preocupações como, analisar a necessidade dos utentes, pontos de maior procura e onde a oferta não se justifica. Com esta análise potenciar a utilização do transporte público e como reduzir os custos assumidos pela autarquia. Estes são efetivamente interesses de todos os utentes, da autarquia e da operadora. Por outro lado, tais recomendações são extemporâneas e são extemporâneas, porque neste momento, o plano operacional de transportes já tem previsto por exemplo diversas linhas com reforço de circulações, de horários e ainda novos percursos em determinadas linhas, de modo a diminuir o



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



tempo de percurso e a título de exemplo, diremos que a linha doze reforça a hora do almoço, a linha catorze introduz um período noturno, a circulação adicional para regresso tardio das praias, novos serviços noturnos, a linha dezasseis introduz a oferta ao domingo, a linha vinte e um a divisão de circuito em três para tornar as viagens menos demoradas, a linha trinta e um reforça circulações, a trinta e dois simplifica o percurso e reforça circulações, a trinta e sete desdobra o percurso para tornar mais célere a oferta ao domingo e a linha um P sábados, domingos e feriados, reforço de horário e o horário ao final da tarde e durante o período de férias a oferta noturna, e não se diga que através do site da Câmara Municipal não temos acesso a toda a informação do Vai e Vem. Basta pesquisar no google Vai e Vem Portimão, para que nos seja aberto o link do site da Câmara, onde todos podemos aceder ao mapa interativo das linhas e em pormenor ao circuito e horários de todas as linhas, pontos de informação e venda, assim como títulos de transporte do Vai e Vem. Portanto, quanto ao contributo do transporte público e horários, tarifários, temos um trabalho praticamente concluído que poderá ser sempre melhorado com a experiência no setor. -----

----- Brevemente, serão postos novos duzentos e cinquenta postaletes e mais cento e cinquenta suportes próprios para informação ao público. Prevê-se que a instalação ocorra já no próximo mês de maio. -----

----- São estas as alterações que cremos que irão permitir o aumento de utentes, o aumento da receita de concessionário e a redução do subsídio da comparticipação da autarquia na implementação de transporte público. A recomendação é agora pertinente? pertinente é como vimos extemporânea, e disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que não lhe surpreende a posição do PS, mas dar aqui algumas notas de profundo regozijo por ver que faz sentido tudo aquilo que o PSD fez. -----

----- A primeira, é que a bancada do Partido Socialista, na Assembleia Municipal só, e já lá irei, está claramente a confundir e permitam-me é transporte a beira da estrada com a estrada da beira, mas dizer sobre incoerência, podemos ler a ata da reunião de Câmara, em que o executivo, está aqui o senhor Vice-Presidente e a senhora Presidente Isilda concordaram bastante com o que o PSD através dos vereadores Rui André e Ana Fazenda apresentaram, precisamente a proposta é igual e felizmente até manteve a assinatura dos vereadores para verem que era a mesma, que não mudou nada, mas repare que a incoerência baseia-se na Assembleia Municipal, porque o executivo Socialista concordou com o que o PSD apresentou na reunião de Câmara e, portanto, também dar nota que se é premente e pertinente as sugestões que aqui estão e nós



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sabemos que o PS é a espécie do partido Maia em Portimão, porque preveem sempre, têm sempre, no futuro já estão a ver, vão cumprir, nesta proposta também, é o partido Maia, faz a futurologia sempre e como a Maia falha muitas vezes, aliás o Benfica era para ser campeão o ano passado e não foi. Mas dizer que sobre esta matéria, eu também tenho boa memória e cá estarei para quando surgirem propostas de recomendação do Vai e Vem dizer que o PS votou contra, porque não queria que houvesse os postaletes e que houvesse isto tudo. Acho que enfim, dá-me vontade de pensar o que é que estamos cá a fazer, mas sobre em que se baseiam, dizer o seguinte. Eu gostava muito e concordo com o PS, há algumas rotundas em Portimão que sem estudos da comissão de acompanhamento e etc. rodoviário e tráfego, gostava muito de saber em que é que o PS se baseou para os fazer, mas ninguém sabe, aí só a bancada da Maia é que sabe como fazer, mas portanto dizer que tal como o executivo, a Presidente Isilda Gomes, eu mantenho a minha posição, acho que é pertinente, concordo e o PSD tem a certeza que é esta forma de estar na democracia local, é apresentando contributos e não diminuindo porque vem do PSD, porque como disse a vossa Presidente de Câmara que também é nossa, porque é de todos os portimonenses, concordou e estará em ata da reunião de Câmara. Disse. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício, **Carlos Café**, submeteu à votação a **Moção - Manutenção, horários e tarifário do Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular por modo rodoviário – “Vai E Vem” (subscrita pela bancada PPD/PSD)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	2	2	1	1	1	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Moção foi Reprovada com voto de qualidade do Presidente em exercício.** ---

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício, **Carlos Café**, informou que se seguia para debate a **Moção - Criação de um Grupo de Trabalho que tenha por missão a elaboração de um Regulamento Municipal de Saúde, Proteção e Bem-Estar Animal – (subscrita pela bancada PAN)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «Na nossa sociedade, o tratamento digno dos animais, designadamente o seu direito a vida e a integridade



física e emocional constitui um facto incontestável. No Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia, reconhece-se a senciência dos animais não humanos e exige que os Estados membros tenham em conta o seu bem-estar. Na Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia, comprometeram-se os Estados Membros a tomar as medidas necessárias para por em execução as disposições da mesma. Também a nível nacional, a Lei n.º 92/95, de 12 de Setembro, foi um importante passo na proteção dos animais. A criminalização dos maus-tratos a animais considerados de companhia (lei 69/2014 e posteriormente a lei 39/2020) constitui também um elemento demonstrativo da sensibilidade e da atenção que o legislador dedica a esta matéria. A Lei n.º 8/2017 estabeleceu um estatuto jurídico dos animais: "Os animais são seres vivos dotados de sensibilidade e objeto de proteção jurídica em virtude da sua natureza";

----- Com efeito, e ainda que de acordo com a legislação em vigor, nenhum animal deve ser detido como animal de companhia se não estiverem assegurados os seus parâmetros de bem-estar, o facto é que são inúmeras as situações de animais que, embora residam com os respetivos detentores, são mantidos e encerrados em espaços exíguos não adequados as suas necessidades fisiológicas e etológicas. Os executivos municipais têm a responsabilidade de garantir o bem-estar dos animais na respetiva área geográfica, garantindo a prevenção do abandono, o controlo da população, as políticas de adoção eficientes e o apoio aos cidadãos e cidadãs que apelam por ajuda no tratamento médico-veterinário aos seus animais. Para tal, considera-se que será importante regulamentar alguns aspetos da identificação, posse e detenção, circulação na via pública e alojamento de animais no Município de Portimão, a par da execução das respetivas medidas de profilaxia médica e sanitária, que reforcem assim a proteção, a saúde e o bem-estar dos Animais que partilham connosco a sua vivência no nosso Município. Para poder ser um documento participado por todas as forças políticas que integram a assembleia municipal de Portimão, vem o Grupo da Assembleia Municipal do PAN — Pessoas — Animais — Natureza, propor a Assembleia Municipal de Portimão, na sua Sessão Ordinária de 29 de abril de 2022, que delibere constituir um Grupo de Trabalho que tenha por missão a criação de um Plano de Atuação para a resolução do problema dos animais abandonados e a redação de um regulamento Municipal de Saúde, Proteção e Bem-Estar Animal em Portimão; Grupo da Assembleia Municipal do PAN — Pessoas — Animais — Natureza». -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido,** que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que relativamente à moção acha que é explicativa e considerando que não tem muito tempo e para poder responder a perguntas, não



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



irá lê-la, mas é simples, é a criação de um grupo de trabalho que tenha por missão a elaboração de um regulamento municipal de saúde, proteção e bem-estar animal. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria de Sousa Velha**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes e dizer que apenas gostaria de aproveitar este tempo para lembrar que o PS, quer na vertente de executivo, quer na vertente de Assembleia Municipal, nos últimos anos, praticamente nada tem feito pelo bem-estar animal. Este executivo tem sido marcado por dar apoios às associações que depois se desenvencilhem na esterilização, na adoção e pouco mais é feito. As obras do canil não avançam, as poucas melhorias feitas no canil foram feitas por associações de apoio, o veterinário é um que não tem mãos a medir para tudo, nem tem condições para esterilizar os animais e são as voluntárias que do seu orçamento e da sua vida pessoal se sacrificam diariamente. Daí a necessidade de haver ações como esta e desta recomendação do PAN e a necessidade que este município tem de uma política de bem-estar animal que tem que começar por algum lado e nomeadamente poderá ser através de um grupo de trabalho para regulamentar estas questões. Isto para salientar mais uma vez que há uma ausência total deste município de apoio de uma política ativa do bem-estar animal, nomeadamente foram muitas as recomendações aqui, nomeadamente da minha autoria anteriormente, que foram recusadas e que seriam passos nessa medida, daí que estamos a compreender a necessidade de um grupo de trabalho que possa iniciar essa busca por um regulamento efetivo, e por ora tenho dito. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS **Joaquim Paulino Pacheco Duarte**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o grupo do Partido Socialista analisou com algum cuidado esta proposta e compreende perfeitamente os argumentos que aqui são apresentados. Existem contudo, algumas questões que nós gostaríamos de trazer à vossa informação, e começaria por aquela que se pode constituir como uma novidade na nossa linha de ação, uma vez que consubstancia uma reflexão profunda sobre esta temática, e que se vai traduzir a curto prazo na criação de uma provedoria animal para o concelho de Portimão. -----

----- O grupo parlamentar do Partido Socialista e o Partido Socialista, estão a envidar todos os esforços, para que num curto espaço de tempo seja lançado ao conhecimento dos portimonenses e à participação dos mesmos na receção dos seus contributos, para que esta provedoria animal possa consubstanciar uma intervenção responsável e o mais globalizante possível, relativamente àquilo que deve ser de facto um grande avanço que foi dado na sociedade portuguesa relativamente ao tratamento e ao acompanhamento da questão animal. Não posso de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



qualquer maneira deixar passar a intervenção da senhora deputada do PSD, que na nossa opinião não consubstancia uma forma séria de abordagem do problema. Eu lembro que a criação do centro de recolha animal tem tido algumas dificuldades de implementação, é um facto, mas continua a dar passos sólidos, no sentido de corresponder àquilo que é a sua tarefa primordial. Por outro lado, tem havido também e já foi várias vezes e aí concordo com a senhora deputada do PSD, tem havido um grande esforço do município, no sentido de propiciar e estimular a vida do associativismo relacionado com a questão animal, apoiando e estando o mais possível ao seu lado na resolução e na solução dos problemas desta índole. Nessa medida, o grupo parlamentar do Partido Socialista considera que esta proposta não está adequada ao momento e que iremos votar contra, uma vez que consideramos que o projeto que oportunamente iremos apresentar sobre a provedoria, irá dar resposta à maioria das questões e das preocupações que aqui são apresentadas. Tenho dito, obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal do PAN **Ricardo Cândido**, para dizer que é curioso que o PS venha apresentar agora que vai no futuro, já há pouco ouvimos falar em previsões para o futuro, parece que agora novamente vamos ter mais uma previsão para o futuro, será criada a providência do animal, ou seja, existirá um provedor do animal em Portimão. O provedor do animal não cria regulamentos de bem-estar animal, o PS deve estar um pouco equivocado nisso. Pode ouvir os munícipes, mas pouco mais faz. Portanto, necessitamos é de um regulamento, para que esse regulamento possa ser verificado pelo provedor se está a ser aplicado ou não. Agora, vamos simplesmente fazer uma provedoria do animal, colocar um provedor e sem meios legais para que ele possa fazer o seu trabalho acho difícil, acho que o PS arranjou aqui um bom argumento, é pena que vá votar contra e sabemos que a medida vai chumbar, mas cá estaremos para verificar se essa provedoria do animal se ela sempre chega a acontecer, ou se como no campeonato do Benfica no ano passado também não volta a acontecer. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, apenas para muito em síntese, informar esta Assembleia, que o PS na próxima Assembleia Municipal irá apresentar um projeto de criação do provedor do animal. Muito obrigado. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício, Carlos Café, submeteu à votação a **Criação de um Grupo de Trabalho que tenha por missão a elaboração de um Regulamento Municipal de Saúde, Proteção e Bem-Estar Animal – (subscrita pela bancada PAN)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/	CHEGA	PORTIMÃO	BE	CDU	PAN	DEPUTADA	TOTAL
----------	----	------	-------	----------	----	-----	-----	----------	-------



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



		PSD		+ FELIZ (*)		(PCP/PEV)		INDEPENDENTE	
VOTOS A FAVOR	0	4	3	2	2	1	1	1	14
ABSTENÇÕES	0	1	0	0	0	0	0	0	1
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Moção foi reprovada por maioria.** -----

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício, **Carlos Café**, informou que se seguia para debate **a Proposta de Recomendação – Controlo e Gestão de Acessos, dos espaços públicos e desportivos (subscrita pela Bancada do BE)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «O Bloco de Esquerda, durante a campanha autárquica, deparou-se com 4 espaços desportivos ao seu completo abandono: Alvor no bairro de SAAL, Quinta do Amparo, Casa dos pescadores e Coca Maravilhas. Estes vão ter que sofrer uma remodelação profunda, nessas obras deveria ser instalado um sistema de controlo e gestão de acessos, isto é, aberto a população que queira utilizar os espaços com acesso por via eletrónica, os munícipes registam-se numa plataforma, recebem um código para ter acesso ao espaço público desportivo, não seria necessário funcionários para abri e fechar os recintos desportivos, os mesmos quando em uso seriam monitorizados via vídeo, contagem de pessoas no recinto, mapa de acessos como a gestão dos tempos de uso e agenda. No mercado existem vários produtos que podem fazer a diferença, entre ter um espaço fechado ou aberto aos munícipes, desde que usado com as regras e regulamentos do Município, este sistema que seja extensível a outros equipamentos do Município. Uma Cidade que esteve a frente de um evento desportivo ao nível europeu deve ter os seus espaços desportivos requalificados e abertos aos munícipes, este concelho pode ser inovador neste conceito das Smart Cities. O sistema deveria ser tao simples como ir a biblioteca criar o cartão de eleitor e levar um livro para ler em casa. -----

----- Assim, Assembleia Municipal de Portimão, reunida na 2ª sessão ordinária de 2022, delibera. -- -----

1. Recomendar a Camara Municipal, na requalificação dos espaços desportivos, seja instalado o Controlo e Gestão de Acessos. -----

2. Recomendar a Camara Municipal elaborar as medidas e regulamentos, para que os espaços desportivos sejam abertos a população, via eletrónica, dentro da legislação em vigor. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



3. Recomendar a Mesa da Assembleia para que diligencie junto da Câmara Municipal, para assegurar as condições necessárias para implementação das propostas recomendadas. Os eleitos do Bloco de Esquerda.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que esta proposta vem no âmbito de terem vários espaços no concelho que estão fechados, que precisam de uma nova remodelação e profunda, e o Bloco de Esquerda entende por bem, visto que esta cidade esteve à frente de um evento desportivo ao nível europeu, que podia inovar nas smart cities, que estes espaços tivessem acesso a todos os cidadãos através de um cartão, ou através de um código que os cidadãos pudessem combinar e entrarem para esse espaço público, fazerem desporto e ao mesmo tempo irem embora e aquilo fechar-se tudo automaticamente, como já existe em vários sítios por esta Europa fora e principalmente aqui em Portimão já temos alguns parques de estacionamento com esse fim. Por isso põe-se esta recomendação à Câmara, quando se fizer estas novas remodelações que instalasse este tipo de gestão de acessos, para que as pessoas pudessem utilizar os espaços públicos e eles não estivessem fechados a cadeado. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS **Joaquim Paulino Pacheco Duarte**, que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que esta moção reflete de facto uma preocupação importante relativamente ao património desportivo. -----

----- De referir que existem aqui algumas imprecisões que não vou detalhar de forma exaustiva, mas que rapidamente passaria... esta recomendação tem três aspetos, primeiro as instalações, segundo a vigilância, depois o tipo de utilização. -----

----- Sobre os equipamentos, dizer que na generalidade estes equipamentos estão a ser alvo de uma utilização regular e também têm feito parte de um programa de manutenção constante. De realçar que existe aqui um equipamento que nem sequer é da responsabilidade do município, que é o poli desportivo da Casa dos Pescadores. É um equipamento da responsabilidade do Instituto da Segurança Social e a ele é que devem ser assacadas responsabilidades. -----

----- Sob ponto de vista do tipo de equipamentos e da sua utilização, não é de modo nenhum aconselhável a limitação dos acessos aos equipamentos seja de que maneira for. Os equipamentos dentro do âmbito da utilização de um equipamento de recreação, deve ser o máximo possível disponibilizado aos seus utentes e neste caso aos munícipes, sem qualquer tipo de restrição. Isto é um equipamento, são equipamentos todos aqueles que aqui estão de recreação, são equipamentos que devem ser potencializados por uma utilização espontânea de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



pais e filhos, avós e netos, e onde inclusive as relações sociais devem ser implementadas, porque todos nós vivemos este tipo de experiência e sabemos quão importante é ao chegar a um equipamento desportivo, ter a possibilidade de perguntar a quem lá está se há lugar para mais um e através disso, potenciar as relações sociais. -----

----- Sob ponto de vista da vigilância, achamos que existem aspetos e funções da vida social que são neste momento muito mais importantes para utilizar os meios que aqui são propostos e que nesta fase de facto o equipamento social deve ser uma responsabilidade de todos e que deve ser sim estimulada essa responsabilidade na utilização. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que há aqui um contrassenso em termos dos espaços, é que na campanha eleitoral eu vi os espaços encerrados e as crianças a brincarem na rua. Acho assim um bocado esquisito esta situação que estão a ser utilizados. Eu não vi e se quiserem ver vão aos nossos vídeos na nossa campanha eleitoral do Facebook do Bloco de Esquerda e está lá filmado. Ok, tenho dito. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício, **Carlos Café**, submeteu à votação a **Proposta de Recomendação – Controlo e Gestão de Acessos, dos espaços públicos e desportivos (subscrita pela Bancada do BE)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	3	2	2	1	0	1	24
ABSTENÇÕES	0	5	0	0	0	0	1	0	6
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Proposta de recomendação foi aprovada por maioria.** -----

----- Em Seguida, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício, **Carlos Café**, informou que se seguia para debate, **Moção - Voto de Saudação ao 25 de abril e ao 1º de Maio. (subscrita pela Bancada CDU (PCP/PEV))** cujo teor se transcreve na íntegra: «Portugal viveu quase meio século de Fascismo. Foi numa madrugada de abril, em 1974, que terminaram os tenebrosos 48 anos de escuridão, de repressões, opressões, perseguições, torturas, perdas de liberdade e assassinatos as às mãos de uma ditadura fascista. Foi nessa madrugada que terminou



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



uma guerra colonial fratricida, onde se calcula, segundo os dados oficiais, que só do lado português se perderam 8.300 vidas e contabilizaram-se cerca de 15.000 feridos. -----

A Revolução de Abril foi uma rutura com a ditadura fascista, com o regime colonial, com a guerra colonial, com a odiosa polícia política PIDE, que torturava e assassinava. A Revolução de Abril foi liderada por um Movimento Militar — o Movimento das Forças Armadas — MFA, a que se seguiu a ação das massas populares, que permitiu eliminar a estrutura socio - económica em que assentava a ditadura fascista. -----

----- Este ano, no dia 24 de marco, sinalizou-se a data em que Portugal passou a ter mais dias da democracia do que da ditadura. Data significativa quando vemos um pouco por todo o mundo o ressurgimento do populismo, do fascismo e do anticomunismo. Hoje, os trabalhadores e o povo português comemoram o 48.º aniversário do 25 de Abril e, consequentemente, o 48º aniversário do 1º Maio em Liberdade. Comemoram também os 46 anos da Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de abril de 1976 e que continua a ser garante de importantes direitos políticos, económicos, sociais e culturais dos trabalhadores e do povo português. A Revolução de Abril constituiu uma realização da vontade popular, uma afirmação de liberdade, emancipação social e independência nacional, que pôs fim a 48 anos de ditadura e conduziu a profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais que constituem marcos históricos na senda da liberdade e do progresso social. -----

----- As comemorações da Revolução de Abril, no ano em que se assinalam os 45 anos da Constituição da República Portuguesa devem ser um momento para proclamar os princípios nela consagrados e afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. O primeiro 1º de Maio em Liberdade, em 1974, constituiu a promoção de um ato de indiscutível legitimação popular da Revolução de Abril. Neste dia, não esquecemos a luta, o sacrifício e a unidade de trabalhadores que em todo o mundo conquistaram direitos laborais e sociais e que abriram as portas a construção de sociedades mais justas e solidárias. Passados 136 anos sobre os massacres de Chicago que estiveram na origem do 1º de Maio, os trabalhadores continuam a lutar pela sua emancipação, contra a exploração e por melhores condições de vida e de trabalho. Este ano, vamos novamente comemorar este 1º de Maio num cenário social de grande complexidade, num contexto de empobrecimento, baixos salários, precariedade, instabilidade, aumento do custo de vida, fragilização das relações de trabalho. As comemorações do 1º de Maio devem ser um momento para valorizar o trabalho e dignificar os



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



trabalhadores, combater o desemprego, a precariedade, os baixos salários e pensões e lutar pela efetivação dos direitos individuais e coletivos. Assim a eleita da CDU- Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, propõe que a Assembleia Municipal de Portimão reunida em Sessão Ordinária de 29 de abril de 2022, delibere: -----

1. Saudar o 48º Aniversário da Revolução de Abril, momento de afirmação da luta dos trabalhadores e do povo português, pela liberdade e a democracia; -----

2. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril e da Constituição da República Portuguesa. -----

3. Saudar o 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador. -----

4. Saudar todos os trabalhadores e as suas organizações sindicais, manifestando a sua solidariedade com a luta por melhores condições de trabalho e por uma vida digna e com direitos.

3. Enviar a presente deliberação à Presidência da República, Assembleia da República, ao Governo, aos Grupos Parlamentares, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN) e União Geral de Trabalhadores (UGT). -----

4. Dar conhecimento desta deliberação aos órgãos de Comunicação Social e publicar na página eletrónica da Assembleia Municipal de Portimão.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que este voto de saudação ao 25 de Abril e ao 1º. de Maio, é para saudarem todos o quadragésimo oitavo aniversário da revolução de Abril, e em relação ao 1º. de Maio, este ano vão comemorar este 1º. De Maio num cenário social de grande complexidade, num contexto de empobrecimento, baixos salários, precariedade, instabilidade, aumento de custo de vida, fragilização das relações de trabalho. Portanto, vimos aqui saudar o 1º. de Maio, Dia Internacional do Trabalhador e saudar todos os trabalhadores e as suas organizações sindicais, manifestando a solidariedade com a luta para melhores condições de trabalho e por uma vida digna e com direitos. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício Carlos Café, submeteu à votação a **Moção - Voto de Saudação ao 25 de abril e ao 1º de Maio. (subscrita pela Bancada CDU (PCP/PEV))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	1	2	1	1	0	20
ABSTENÇÕES	0	5	3	1	0	0	0	1	10



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
-----------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança). -----

-----A Moção foi aprovada por maioria. -----

----- Em Seguida, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício **Carlos Café**, informou que se seguia para debate a **Moção - Solidariedade com o povo da UCRÂNIA: contra a barbárie e os crimes de guerra praticados sobre populações civis (subscrita pela Bancada Coligação Portimão Mais Feliz – CDS-PP, Nós Cidadãos/ Aliança)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «**Considerando** que: -----

a) Desde o passado dia 24 de Fevereiro do corrente ano, o mundo tem assistido, entre a incredulidade e a indignação, à invasão e destruição de vastas áreas do território da Ucrânia por parte das forças armadas da Federação Russa; -----

b) Quaisquer que sejam os fundamentos ou motivos utilizados para explicar tal invasão, a mesma constitui uma clara e inequívoca violação do Direito Internacional e da Carta das Nações Unidas, já que consubstancia uma ocupação pela força, hostil e violenta, do território de um Estado soberano, contra o seu Governo legitimamente eleito, sem qualquer motivo valido que a justifique;- -----

c) Acresce que nas últimas semanas, além dos vários milhares de refugiados que foram forçados a fugir da guerra, deixando as suas casas e vidas para trás, foi amplamente noticiada a destruição de grandes partes do território da Ucrânia através da artilharia e aviação russas, sendo infelizmente conhecidas as imagens de cidades inteiras completamente dizimadas e reduzidas a um monte de escombros, bem como a prática de crimes de guerra contra populações civis; -----

d) Cidades ucranianas como Bucha, Zaporizhzhia, Mariupol, Kharkiv e Chernihiv — entre outras - são hoje infelizmente sinónimos de atrocidades, valas comuns, violações em massa, crimes de guerra e massacres diários contra civis inocentes, estando em curso diversas investigações independentes que visam apurar e responsabilizar quem torturou, violou e matou indiscriminadamente, num nível de desumanidade e barbárie que não era visto em território europeu desde a 2ª Guerra Mundial ou, em menor escala, desde a Guerra Civil da Jugoslávia, no início dos anos 90 do século passado; -----

e) É inaceitável, quase no fim do primeiro quartel do século XXI, que ainda sejam perpetradas violações tao graves e grosseiras dos Direitos Humanos, sendo aviltante e afrontoso da mais



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



elementar sensibilidade cívica e democrática que as vítimas de grande parte delas sejam civis, contando-se entre eles muitas mulheres, idosos e crianças; -----

f) A existência de um conflito armado não pode ser desculpa ou explicação para a prática de atrocidades contra civis inocentes, como as que têm sido noticiadas nas últimas semanas, não podendo nem devendo a guerra justificar o que, de acordo com a obra de Hannah Arendt, ficou conhecido como a banalidade do mal, -----

Os eleitos da Coligação PORTIMÃO MAIS FELIZ propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 2ª Sessão Ordinária de 2022, realizada em 29 de abril, delibere: -----

a) Manifestar a sua total e incondicional solidariedade com o povo mártir da Ucrânia, vítima inocente da invasão ilegal das tropas da Federação Russa desde 24 de fevereiro de 2022; ---

b) Repudiar com toda a veemência os alegados crimes de guerra perpetrados pelas tropas da Federação Russa contra populações civis em várias cidades ocupadas na Ucrânia, manifestando a sua total revolta contra os atos hediondos que foram noticiados nas últimas semanas, de uma forma particular, contra mulheres, crianças e idosos. -----

O texto da presente moção, com o resultado da respetiva votação em plenário, deverá ser enviado às Embaixadas da Ucrânia e da Federação Russa em Portugal.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz"(CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que a moção visa que a Assembleia tome uma posição acerca dos crimes de guerra e dos massacres que têm ocorrido na Ucrânia sobre populações civis que infelizmente têm sido amplamente noticiadas, e nós entendemos que a Assembleia deve tomar uma posição sobre isso e, portanto, fundamentalmente aqui na parte expositiva refere-se, «manifestar a sua total e incondicional solidariedade com o povo mártir da Ucrânia, vítima inocente da invasão ilegal das tropas da Federação Russa e repudiar com toda a veemência os alegados crimes de guerra perpetrados pelas tropas da Federação Russa contra populações civis em várias cidades», que eu abstenho-me aqui de referir, «manifestando a sua total revolta contra os atos hediondos que foram noticiados» e prevê ainda qui que a moção se for aprovada, seja enviada às «embaixadas da Ucrânia e da Federação Russa em Portugal». Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a segunda-secretária da Assembleia Municipal **Sheila Gassin Tomé**, para informar os deputados acerca dos tempos das bancadas que ainda restam. O Portimão Mais Feliz tem três minutos e vinte e sete, o PSD tem dois minutos e quarenta e três, o PAN e o Chega não têm tempo, o PS tem três minutos e quarenta, o Bloco de Esquerda com um



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



minuto e quarenta e cinco, a CDU com sensivelmente quarenta e cinco segundos, a senhora deputada Independente tem dois minutos e a Câmara continua com os dez.-----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que a CDU não estará nunca contra a solidariedade com o povo da Ucrânia, estamos sempre contra a Guerra, as guerras e contra crimes de guerra praticados sobre a população civil. No entanto, não podemos apoiar esta moção, desde logo pelos seus considerandos e propostas. -----

----- Temos dito que esta Guerra não começou em 2022, mas pelo menos começou em 2014. Ninguém pode negar que na região Este da Ucrânia já se vivia um clima de Guerra permanente com dezenas de milhares de mortes. Parece que alguns querem ignorar este facto. Porém, nós nunca apoiaremos nenhuma Guerra nem achamos que uma Guerra se resolve com o fornecimento de armamento. Esta também não, não devemos ficar a assistir no sofá a um combate sem tréguas até ao último ucraniano. Nós como europeus devíamos-nos empenhar numa solução em que se deveriam calcular interesses de segurança dos dois povos, quer ucranianos, quer russos. -----

----- Quanto aos crimes de Guerra perpetrados em solo ucraniano, segundo nos parece, estão a ser investigados. Quando se concluir quem os praticou, claro que têm que ser condenados. -----

----- Ao longo da sua história o Partido Comunista Português, tem um património humanista e em defesa da paz. Lutamos ontem e hoje e amanhã, contra todas as guerras. Muito obrigada. - -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que esperaria este tipo de posição vinda do PCP ou da CDU, não sabe se hoje é PCP ou CDU, não interessa, é igual, mas sinceramente não esperaria vindo da sua amiga Lurdes Melo. Pensei que houvesse aqui um bocadinho de bom senso para fugir à cartilha oficial do comité central e para olhar com olhos de uma pessoa sensível como ela é, para aquilo que nós todos infelizmente temos visto dia após dia acontecer e, portanto, quando se traz uma cartilha que está completamente desfasada da realidade, da desgraça e da tragédia que têm acontecido na Ucrânia, pois dá nisto e é lamentável que pessoas sensíveis e inteligentes como a Lurdes Melo, alinhem pela cartilha oficial. Disse. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício **Carlos Café**, submeteu à votação a **Moção - Solidariedade com o povo da UCRÂNIA: contra**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



a **barbárie e os crimes de guerra praticados sobre populações civis (subscrita pela Bancada Coligação Portimão Mais Feliz – CDS-PP, Nós Cidadãos! Aliança)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	0	1	1	29
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	1	0	0	1

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Moção foi aprovada por maioria.**-----

----- Em Seguida, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício, **Carlos Café**, informou que se seguia para debate a **Moção Portimão mais sustentável e preocupado com escassez e a importância da Água (subscrita pela bancada PPD/PSD)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «As grandes emissões de gases com efeito de estufa estão a provocar alterações no clima resultando no aumento da temperatura global, e no aumento de fenómenos climáticos extremos. Esta é uma realidade que afeta também a nossa região e temos a obrigação de contribuir, para desacelerar a evolução negativa que estamos a presenciar e ao mesmo tempo desenvolver ações, para que a vida seja sustentável perante esta realidade que já não é nova. Um dos impactos das alterações climáticas na nossa região é o aumento da seca extrema. Segundo o IPMA, no final de fevereiro de 2022 verificou-se um agravamento da situação de seca meteorológica em todo o território nacional pelo aumento da área nas classes de seca mais graves, com mais de 60 % do território em seca extrema. O que leva a Barragem da Bravura ter armazenado apenas 14.5% da sua capacidade máxima. Número este que mostra a severidade da escassez de água que parte do Algarve já enfrentava. Deste modo, estando aprovadas várias estratégias para captação e tratamento de água para consumo devem ser acompanhadas de estratégias que permitam o uso racional do recurso água e é nesse sentido que incide a proposta e recomendação dos eleitos pelo PSD desta Assembleia Municipal. De acordo com um levantamento efetuado em 2022, o Município possui mais de 45.000m² de espaços verdes de relva natural. Para a área indicada estima-se um consumo de água potável para rega na ordem dos 44.000m³/ano. Consideramos que a solução "relva natural" pode e deve fazer parte das nossas áreas verdes, mas que deva ser mantida em áreas utilizáveis como parques de recreio como zonas de picnic ou



desporto, promovendo o convívio social e familiar. De acordo com várias empresas consultadas, um jardim do tipo mediterrânico terá um consumo de água para rega mais de 3 vezes inferior ao valor de referência para relva. Este tipo de jardim, projetado e implementado em áreas não utilizáveis, não representa diminuição do valor estético nem aumento de custos com manutenção pelo que é uma das boas alternativas a relva natural. Seguindo estes considerandos, propõe a Assembleia Municipal de Portimão reunida a 29 de abril de 2022 que o executivo camarário de Portimão promova: -----

1. A inclusão no contrato de cedência de exploração das rotundas de uma alínea que impeça a utilização de relva natural como solução; -----
2. A conversão por parte da Câmara Municipal de Portimão da totalidade de relva natural existente em rotundas e similares áreas não utilizáveis por soluções mais sustentáveis tais como plantas típicas de jardim Mediterrânico; -----
3. A redução da área de relva natural em outros espaços geridos pela CMP, com objetivo unicamente estético, mantendo áreas utilizáveis em relva natural mediante análise; -----
4. O estudo de viabilidade técnica e económica de utilização de sensores de humidade para controlo de rega nas áreas relvadas existentes no Município; -----
5. Implementar todas as medidas atras referidas de forma progressiva, com início em 2023 com conclusão até final de 2025. -----

----- Pede o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Candeias**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que as alterações climáticas são um desafio para o presente e são um desafio também para o futuro. É cada vez mais importante o recurso à água, pela importância e pela dificuldade que temos em explorá-lo, e o que hoje são boas opções, ou o que ontem eram boas opções, hoje têm que ser repensadas e temos que encontrar alternativas para aquilo que nós fazíamos menos bem, ou para aquilo que podemos fazer da melhor forma. -----

----- A crescente dificuldade em captar realmente a água, tem a ver não só com o recurso à água, não tem a ver só com dinheiro, tem a ver também com uma questão energética. Nós para disponibilizarmos água nos pontos de entrega, temos que ter presente que essa água tem um custo associado. Portanto, estamos a falar de fatores hídricos, fatores energéticos e também fatores ambientais. -----

----- De acordo com o levantamento feito, o nosso município tem mais de quarenta e cinco mil metros quadrados de relva implementada, de acordo com os cálculos, isto representa cerca



de quarenta e quatro mil metros cúbicos de água por ano e importa pensar um pouco este valor e encontrar soluções para baixar o consumo de água no concelho. -----

----- Existem alternativas bem mais viáveis do que a relva, existem jardins mediterrânicos, existem prados de sequeiros, existem outras alternativas, os jardins mediterrânicos por exemplo estão muito mais adaptados à nossa realidade e consomem cerca de um terço da água de um espaço relvado, e estou a falar um terço, há fontes que indicam dez vezes menos água do que um espaço relvado. Então a nossa proposta, é no sentido de substituir a relva presente no imediato em espaços não utilizáveis, como são rotundas e avaliar os restantes espaços. Nós não somos radicais ao ponto de dizer para tirar a relva toda, concordamos que em determinados sítios relva é uma solução válida, propomos é que seja repensada e pelo menos no caso das rotundas que seja substituída por outro tipo de jardins. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, um dos deputados municipais cujo nome e bancada não foram pronunciados, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o tema da água é um tema bem presente do geral da população e em especial dos portimonenses, mas não podemos deixar de referir que esse valor que o PSD apresenta dos quarenta e quatro mil metros quadrados de espaços relvados, realmente a se confirmarem, representam cerca de sete por cento de todos os espaços verdes do município, que são cerca de seiscentos mil metros quadrados, pelo que o valor dos espaços relvados representa um valor residual, não descorando a importância que os mesmos têm. -----

----- Sobre os jardins mediterrânicos que sugeriu, são vários os exemplos presentes no nosso concelho, nomeadamente um bom exemplo disso é a requalificação da rotunda na avenida Paul Harris, onde todo o espaço relvado foi substituído por inertes, contemplados também por espécies herbáceas e arbustivas, perfeitamente adaptadas ao nosso clima mediterrânico, o que implicam poucas necessidades hídricas. -----

----- De referir também que a Câmara e agora não estou a fazer futurismo, isto está em curso, tem em curso um contrato para uma adjudicação de sistemas de rega inteligente, e o que é que esses sistemas de rega inteligente vão-nos proporcionar. Vão-nos proporcionar poder limitar o abastecimento da água para rega quando chove, ou quando existe alguma rutura da condução de abastecimento à mesma, permite também monitorizar as zonas com maiores necessidades hídricas, pelo que várias das medidas aqui propostas atualmente estão em vigor, pelo que mais nada teremos a dizer e pelo que vamos votar contra. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que só queria fazer uma questão aqui ao executivo se lhe puder responder, se



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



as águas que são utilizadas na rega já não são tratadas. Ainda não são tratadas, ok. Muito obrigado. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício **Carlos Café**, submeteu à votação a **Moção Portimão mais sustentável e preocupado com escassez e a importância da Água (subscrita pela bancada PPD/PSD)** tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	2	0	1	1	1	13
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	2	0	0	0	2
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Proposta de Recomendação foi reprovada por maioria.** -----

----- Em Seguida, o Presidente da Assembleia Municipal **Carlos Café**, informou que se seguia para debate a **Moção Pela Regionalização (subscrita pela Bancada do BE)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «Como se deve organizar administrativamente um Estado para diminuir as desigualdades entre os territórios? Para se obterem respostas mais adequadas a um desenvolvimento harmonioso do país é ou não necessário criar um outro nível de decisão administrativa subnacional, entre Estado central e municípios? Quem elaborou a Constituição de 1976 deu resposta a estas questões, estipulando no artigo 237º que "a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais". E no artigo 238º que "as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas". As disposições constitucionais sobre as regiões administrativas nunca foram concretizadas. O país conhece os efeitos nefastos da excessiva centralização da administração estadual e as autarquias sentem de forma muito intensa o desperdício económico, as ineficiências, as desigualdades territoriais e sociais, o enfraquecimento da democracia que daí decorre. A descentralização de competências para as regiões administrativas é um imperativo democrático, uma condição necessária a uma justa distribuição de recursos pelo território e a redução das desigualdades regionais que têm causado graves disfunções económicas, sociais e ambientais. A relação direta entre a existência de regiões administrativas e um desenvolvimento económico e social mais inclusivo é uma das principais conclusões do relatório "Decentralisation and Regionalisation in Portugal" publicado pela OCDE em



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



2020. E o XXV Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) realizado em dezembro último aprovou uma resolução em que considera fundamental a criação de regiões administrativas, como contributo para a correção de desequilíbrios territoriais e para o reforço da cidadania. -----

----- Para além do processo em curso de transferência de competências do Estado para os municípios, que tem merecido de muitos municípios justas reticências, é absolutamente necessário concretizar a criação das autarquias em falta: as regiões administrativas. Para se avançar para um país menos desigual, para a promoção do desenvolvimento regional, da coesão social e territorial, para o fortalecimento dos serviços públicos locais, para criar uma escala regional de participação democrática das populações, para um maior escrutínio das políticas públicas locais, para responder a nível local aos desafios da emergência climática, para combater o desperdício financeiro e diminuir o gasto público. Assim, a Assembleia Municipal de Portimão, reunida em sessão ordinária em 29 de abril, Delibera: - Manifestar mais uma vez a necessidade de implementar as Regiões Administrativas previstas no Capítulo IV do Título VIII - Poder Local da Constituição da República Portuguesa; - Recomendar ao Executivo Municipal que aprofunde o seu empenhamento na criação das Regiões Administrativas, estimulando o esclarecimento e a participação popular através de debates e outras formas de mobilização cívica. Pelos eleitos do Bloco de Esquerda.» -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira**, para dizer que vai ser bastante sucinto, porque o seu tempo não lhes permite grandes dissertações. A nossa recomendação «e pela regionalização», prende-se com a preocupação que nós temos, colmatar as desigualdades territoriais, ou pelo menos diminuí-las, sobretudo as que nós seguimos aqui no Algarve, e nesse sentido, nós queríamos manifestar mais uma vez a «necessidade de implementar as regiões administrativas previstas no capítulo quatro do título oito, *poder local da Constituição da República Portuguesa* e recomendar ao executivo municipal que aprofunde o seu empenhamento na criação das regiões administrativas, estimulando o esclarecimento e a participação popular através do debate e outras formas de mobilização cívica». Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz"(CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)**João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, era para pedir um esclarecimento aqui aos signatários da proposta, e o esclarecimento é que explicassem à Assembleia qual é o modelo de regionalização que estão aqui a propor, porque há vários modelos e quando se defende aqui a regionalização, eu partilho dessa convicção também, mas tenho um modelo em concreto que defendo e gostava de saber qual é o modelo que o Bloco de Esquerda aqui defende, porque a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



constituição não prevê nenhum modelo de regionalização e eu gostava de saber antes de votar a proposta. disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, da parte do PS não há equívocos, nós reconhecemos que as vantagens da descentralização superam as desvantagens e nessa medida, não vamos achar oportuno, sem dúvida que não, não é o momento, não é isso que está aqui em discussão, a questão do modelo será uma questão posterior, e é óbvio que o Partido Socialista aposta numa governação multinível, portanto que atribua funções em diferentes níveis do governo, mas não é isso que está em discussão. O que está em discussão, é efetivamente encontrar suporte decisional para esta vontade férrea que nós temos de encontrar num quadro de proximidade a decisão política. Muito obrigado. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício Carlos Café, submeteu à votação a **Moção Pela Regionalização (subscrita pela Bancada do BE)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	2	1	0	0	18
ABSTENÇÕES	0	5	3	1	0	0	1	1	11
VOTOS CONTRA	0	0	0	1	0	0	0	0	1

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Proposta de Recomendação foi aprovada por maioria.** -----

----- Em Seguida, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício, **Carlos Café** informou que se seguia para debate a **Moção - Combustíveis mais acessíveis para os Bombeiros (subscrita pela Bancada CDU (PCP/PEV))**, cujo teor se transcreve na íntegra: «Os Corpos de Bombeiros mantidos por Associações Humanitárias de Bombeiros (AHBV) prestam anualmente mais de 1 milhão e meio de serviços em todo o território nacional. Prevenção, Vigilância e Combate a incêndios, Emergência Pré-Hospitalar, Socorro e Acidentes rodoviários, ferroviários e aéreos, Transporte de Doentes, Abastecimento de Água, e muitas outras missões de socorro e apoio as populações, fazem dos Corpos de Bombeiros o principal pilar do Sistema de Proteção e Socorro em Portugal, no geral e no nosso Concelho em Particular. As AHBV, em consequência do enquadramento legal do financiamento e das sucessivas suborçamentações nos Orçamentos de Estado, e das condições em que prestam os serviços no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



transporte de doentes ao Ministério da Saúde, há muito que vivem grandes dificuldades económicas, que nos últimos anos, com a pandemia, foram substancialmente agravadas com o aumento das despesas e a diminuição de receitas. Os aumentos dos preços dos combustíveis, para muitas AHBV já esta a pôr em causa o socorro e a emergência que asseguram as populações e o mesmo poderá acontecer a outras. O Governo anunciou que vai apoiar com 1500 euros cada AHBV, a título de adiantamento da compensação transitória dos encargos com combustíveis, medida que fica muito aquém do que os bombeiros necessitam e merecem. Entre as medidas que se impõem implementar num justo regime de financiamento das associações, conta-se a criação de um modelo de bonificação permanente dos combustíveis utilizados no exercício da missão dos corpos de bombeiros, vulgarmente designado gasóleo Verde. A eleita da CDU - Coligação Democrática Unitária propõem que a Assembleia Municipal de Portimão reunida a 29 de abril de 2022 delibere: -----

1. Expressar a sua solidariedade a(s) AHBV do concelho, a Federação dos Bombeiros do Distrito e à Liga dos Bombeiros Portugueses. -----
2. Apelar ao Governo e aos grupos parlamentares que legislem, rapidamente, para que os Bombeiros tenham, finalmente, acesso ao gasóleo verde. -----
3. Recomendar ao Ministério da Saúde para cobrir os custos efetivos dos serviços protocolados e prestados pelos Corpos de Bombeiros no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e Transporte de Doentes. -----
4. Enviar a presente deliberação a Presidência da República, a Assembleia da República, ao Governo, aos Grupos Parlamentares, a Associação Humanitária de Bombeiros do concelho de Portimão a Federação dos Bombeiros do Distrito e a Liga dos Bombeiros Portugueses. -----
5. Dar conhecimento desta deliberação aos órgãos de Comunicação Social e publicar na página eletrónica da Assembleia Municipal de Portimão.» -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que fala sobre os combustíveis mais acessíveis para os bombeiros. Todos nós temos conhecimento do aumento do preço dos combustíveis, o que está a provocar para muitas associações humanitárias de bombeiros, que já está a colocar e a pôr em causa o socorro e a emergência que asseguram às populações, apesar do governo ir apoiar em mil e quinhentos euros cada associação voluntária de bombeiros, a título de adiantamento da compensação transitória de encargos com combustíveis, medida que fica como todos nós sabemos aquém daquilo que os bombeiros necessitam e merecem. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, em exercício **Carlos Café**, submeteu à votação a **Moção - Combustíveis mais acessíveis para os Bombeiros (subscrita pela Bancada CDU (PCP/PEV))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	2	2	1	0	1	21
ABSTENÇÕES	0	5	3	0	0	0	1	0	9
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- A **Moção foi aprovada por maioria**. -----

-----Em Seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, **Carlos Café**, informou que se seguia para debate a **Proposta de Recomendação - Pela requalificação da totalidade do PARQUE DA JUVENTUDE DE PORTIMÃO (subscrita pela Bancada Coligação Portimão Mais Feliz – CDS-PP, Nós Cidadãos! Aliança)**, cujo teor se transcreve na íntegra:

«Considerando que: -----

a) O Parque da Juventude do Portimão, apesar de alguns investimentos efetuados nos últimos anos, continua ainda hoje a apresentar sinais evidentes da degradação em várias áreas de utilização comum; -----

b) Não obstante a requalificação da pista de BMX e da pista de carros telecomandos, efetuadas durante o mandato anterior, várias das áreas comuns do parque, como as zonas pedestres, a zona das casas do banho públicas, o recinto do polidesportivo e algumas zonas do parque infantil, continuam a evidenciar sinais de degradação, reclamando uma requalificação urgente, que permita uma normal e segura fruição dos referidos espaços por parte dos numerosos utilizadores que frequentam diariamente o parque; -----

c) Em algumas das referidas áreas comuns subsistem na presente data situações evidentes de falta de manutenção e de degradação, que em alguns aspetos, poderão pôr em perigo a segurança dos utilizadores, citando-se, a título meramente exemplificativo, a existência de baias com pouca segurança em algumas zonas do parque; -----

d) Acresce que o lago existente no Parque da Juventude evidencia igualmente um notório estado de falta de manutenção e limpeza, sendo, por exemplo, evidente, a existência de lixo e de detritos no seu fundo; -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e) O deficiente estado de conservação de algumas zonas de utilização comum do Parque da Juventude não só dá uma má imagem do equipamento em questão, como acarreta riscos de ocorrência acidentes para os utentes e visitantes, -----

Os eleitos da Coligação Coligação "Portimão Mais Feliz"(CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 2ª Sessão Ordinária de 2022, realizada em 29 de Abril, delibere recomendar ao Executivo Permanente da Câmara Municipal de Portimão a requalificação urgente das zonas de utilização comum do Parque da Juventude que ainda 1150 foram reabilitadas, como as zonas pedestres, a área das casas de banho públicas, o recinto do polidesportivo e algumas zonas do parque infantil, bem como a manutenção e limpeza do lago, do forma a que as mesmas possam ser devidamente fruídas, de forma segura, pelos visitantes do parque.» -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz"(CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que em termos muito gerais, aquilo que propõem, é uma recomendação ao executivo da Câmara, que a Assembleia aprove a recomendação ao executivo da Câmara, para que a exemplo do que sucedeu com uma parte do parque da juventude, concretamente a pista de BMX e a parte destinada aos veículos telecomandados, para que as restantes áreas comuns do parque da juventude sejam requalificadas e sejam postas em boas condições de utilização por parte dos munícipes. Eu lembro que várias zonas que estão aí identificadas têm uma série de deficiências neste momento, a nível de defeitos e a nível de limpeza também e que impedem uma fruição conveniente por parte dos munícipes neste equipamento que é tão importante e tão visitado por parte dos portimonenses. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, Quanto ao parque da juventude, neste momento, o projeto está feito, tivemos reunião tanto com o clube de BMX, como com o clube de skates, visto que também vai ter a vertente para skates e, portanto, estão neste momento orçamentados , para que não nos ocorra novamente o que nos aconteceu no parque urbano ao pé do mercado, que não existiram concorrentes e no parque da juventude já existiu uma vez e, portanto, estamos a orçamentar e a obra vai ser completa e, portanto, a única coisa que não vamos fazer intervenção, é realmente na pista de BMX, porque foi toda renovada há pouco tempo. Tenho dito, senhor Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, realmente, enfim, a resposta que ouvimos era expetável, dá-se a circunstância do equipamento estar em funcionamento e do modo deficiente em que está a ser utilizado, com questões prementes de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



segurança dos utilizadores. Existem baias que não têm a segurança de vida e que podem cair a qualquer momento em cima das pessoas que lá passam, inclusivamente na parte do poli desportivo, fitas que foram postas pela proteção civil para vedar alguns espaços que não foram usados já foram arrancadas, há veias no pavimento, quando se sobe, na zona pedestre que a qualquer momento podem ali cair pessoas e fazer lesões, e eu pergunto se vamos estar à espera do projeto para haver uma intervenção, e nem falo a nível de limpeza, nomeadamente do lago e nas casas-de-banho comuns, que é, enfim, é terceiro mundista. Vamos estar à espera do projeto e da execução do projeto? Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, o que eu disse é que o projeto já está feito, está a ser orçamentado, é das obras prioritárias que este executivo quer fazer. Tenho dito, senhor Presidente. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício **Carlos Café**, submeteu à votação a **Proposta de Recomendação - Pela requalificação da totalidade do PARQUE DA JUVENTUDE DE PORTIMÃO (subscrita pela Bancada Coligação Portimão Mais Feliz – CDS-PP, Nós Cidadãos! Aliança)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	2	2	1	1	1	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Proposta de Recomendação foi reprovada com voto de qualidade do Presidente da Assembleia, em exercício.** -----

----- Em Seguida, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício **Carlos Café**, informou que se seguia para debate a **moção - Pelo hospital central do Algarve (subscrita pela bancada do Chega)**, cujo teor se transcreve na íntegra: -----

"A construção do Hospital Central do Algarve é, como o estado de pandemia veio a revelar, a maior necessidade da região.-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Os sucessivos governos adiam esta obra, prometem-na antes de todos os actos eleitorais, mas nunca cumprem essas promessas. Chegou a hora da região dizer de uma forma oficial e, a uma só voz, que não vamos esperar mais. A nossa pretensão com esta moção é solicitar ao executivo, a que, de uma forma oficial e em conjunto com a população, se juntem a uma vigília. A vigília decorrerá defronte ao edifício da Camara Municipal, em data a designar. Pretendemos mostrar ao poder central, que o Algarve também é Portugal, que pagamos impostos e temos de ter os mesmos direitos dos outros cidadãos. -----

O estado dos cuidados de saúde da região é insustentável, como se verificou com o encerramento da urgência pediátrica no Hospital de Faro há bem pouco tempo. Podíamos enumerar vários casos, mas não é isso que interessa. O que interessa é a construção do novo hospital, e se o governo tem meios para aeroportos, TGV e autoestradas para lado nenhum, também tem de ter meios para a construção do Hospital Central do Algarve. Esta vigília será apartidária e o mais oficial possível, queremos contar com os apoios institucionais desta Assembleia, Executivo, e com a presença do maior número de Deputados e Vereadores Municipais. Será a primeira acção de reivindicação, de forma a fazer chegar a Lisboa, que já chega do Algarve servir somente para" ir à praia". Aqui vivem cidadãos cumpridores da lei, que pagam os seus impostos e que querem ter a sua voz ouvida. -----

Esta moção será apresentada em todas as assembleias municipais algarvias em que o partido CHEGA tem representação. **Repito:** a nossa intenção não é fazer um evento partidário, porque a importância do Hospital é muito superior a isso, mas sim, obter o máximo de apoio institucional e popular, para esta causa. Chegou a hora de dizer basta, e mostrar ao Governo que não vamos tolerar mais o adiamento desta obra. -----

A necessidade de um novo hospital é justificada pela carência de diversas especialidades, quer nos serviços de urgência, quer ao nível de cobertura às várias especialidades, assim como, na deficiente e falta de condições no internamento dos doentes. -----

A falta de profissionais médicos é transversal, não só nos cuidados de saúde primários, como também secundários. A falta de recursos humanos ao nível da saúde é "gritante e desesperante", pelo que é urgente o novo hospital, dando resposta as necessidades de saúde coletivas e individuais, assim como, na urgente retificação do modelo de gestão da saúde, no Algarve, sendo aconselhável também, um efetivo e simbiótico entendimento com os privados, compensando assim o péssimo serviço público que constantemente é prestado no Algarve, por falta de recursos humanos e meios técnicos." -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, eu diria que base de partida, não nos podemos esquecer que estamos num concelho que tem quase vinte mil munícipes sem médico de família, e a construção do hospital central do Algarve é como o estado da pandemia veio revelar a maior necessidade da região. Aliás, os sucessivos governos adiam esta obra, prometem-na antes de todos os atos eleitorais, mas não cumprem estas promessas, e resumindo esta moção, com certeza terão todos tido oportunidade de ler, a necessidade de um hospital é justificada pela carência de diversas especialidades, quer nos serviços de urgência, quer ao nível da cobertura das várias especialidades, assim como na deficiente e falta de condições de internamento dos doentes. A falta de profissionais médicos é transversal, não só nos cuidados de saúde primários, mas também nos secundários. A falta de recursos humanos ao nível de saúde é gritante e desesperante, e pelo que é urgente um novo hospital, dando resposta às necessidades de saúde coletivas e individuais e assim como na urgente retificação de um modelo de gestão de saúde do Algarve. Portanto, apelamos que esta moção seja apartidária, no sentido de marcar uma posição definitiva sobre esta matéria de todos. Muito obrigado, tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que vão procurar ser muito breves. A posição do PS em termos regionalistas sempre foi absolutamente inequívoca, o PS sublinha, tem sublinhado a importância de se construir um novo hospital universitário moderno, naturalmente capaz de atrair, de fixar médicos, de suprir um conjunto de estrangulamentos crónicos que todos nós conhecemos. Mas a proposta do Chega vem desfasada no tempo. O hospital não apenas consta no programa do governo, como poderíamos dizer, bem isso já acontece há imensos anos, estamos cansados desse diálogo, ou desse monólogo neste caso. Mas a verdade é que o hospital já faz parte integrante do orçamento de estado, de um orçamento de estado que o Chega vai votar contra. De todo em todo, se nós conseguíssemos de facto explicarmos de uma forma racional esta posição, então não levantaríamos qualquer dificuldade e iríamos votar favoravelmente. Agora, não percebemos este desconhecimento intencional, é ou não intencional, pode não o ser, mas esta incorporação de um hospital num orçamento de estado, penso que é do conhecimento geral, daí que estejamos rendidos à ideia de ter de votar contra, uma vez que o hospital de facto está contemplado no orçamento de estado e consequentemente não faria sentido qualquer posição neste momento que fosse delicada, que pusesse em causa esta vontade do governo de se exprimir através justamente desta iniciativa política. Muito obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que gostava que o senhor deputado Figueiredo Santos, com base naquilo que acabou de explanar, dissesse a esta Assembleia, se o voto de determinadas bancadas parlamentares em relação ao orçamento de estado, se esgota num determinado projeto, no caso o hospital central do Algarve. É que enfim, vamos lá ver, um documento tão complexo como um orçamento geral do estado, o senhor deputado Figueiredo Santos reduz a posição de um determinado partido seja ele qual for, a um projeto em concreto. Quer dizer, há muita coisa no orçamento que poderá merecer o voto contra e merecerá de vários partidos, para além do projeto em concreto, acho eu, mas eu gostava que a bancada do PS explicasse isto à Assembleia. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício **Carlos Café**, submeteu à votação a **moção - Pelo hospital central do Algarve (subscrita pela bancada do Chega)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	3	2	2	0	0	1	8
ABSTENÇÕES	0	5	0	0	0	1	1	0	7
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A moção foi reprovada por maioria.** -----

----- **No seguimento desta votação, a bancada do PAN, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «Concordamos em absoluto com esta urgência e louvamos a preocupação do Chega com esta realidade. -----

O PAN é da opinião de que, desde as últimas duas décadas, a prestação de cuidados de saúde na nossa região, a nível hospitalar (e também nos cuidados de saúde primários) se tem vindo a degradar de forma progressiva. -----

Com a opção política de agrupar os antigos dois hospitais distritais do Algarve (Faro e Portimão) criando um Centro Hospitalar do Algarve (CHA) que passou mais recentemente a Centro Universitário do Algarve (CHUA) foi criada uma estrutura única com os serviços à distância de mais de 60 Km, numa tentativa de poupar e otimizar recursos, coisa que ainda veio agravar a situação dos utentes e dos profissionais que trabalham nos serviços. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Vejam-se as constantes notícias na comunicação social do caos instalado no Hospital de Faro, com Chefes de Serviço a pedir a demissão, enfermeiros a denunciar as graves e até desumanas condições em que trabalham (por carências de recursos humanos, espaço e equipamentos), assim como a perda de idoneidade formativa de Serviços como a Cirurgia ou Ortopedia por falta de médicos que possam garantir as condições necessárias para a formação de novos especialistas. --- Estas situações não foram evidenciadas apenas durante os dois anos últimos em estado de pandemia, e sim denunciadas pública e sistematicamente por várias estruturas profissionais da saúde, desde há mais de 10 anos. Veja-se o pedido recorrente de escusa de responsabilidade profissional por parte de médicos e enfermeiros no Hospital de Faro, o encerramento das Urgências de Pediatria, o encerramento da consulta de Dermatologia, por falta de especialistas. ----- Todos aqui presentes testemunhamos, há muitos anos, estas notícias como abertura de telejornais na nossa televisão. -----

A moção do Chega diz, e citamos: "A nossa pretensão com esta moção é solicitar ao executivo, a que, de uma forma oficial e em conjunto com a população, se junte a uma vigília. "e que "Esta vigília será apartidária e o mais oficial possível" e ainda refere "A nossa intenção não é fazer um evento partidário". -----

Ao dizer que será um evento o mais apartidário possível e que não é sua intenção torná-lo partidário, o Chega está a contradizer-se, uma vez que a atividade nesta Assembleia é, por definição, uma atividade partidária. -----

Entendemos que, um assunto que se reveste de uma importância extrema como a necessidade da construção desta infraestrutura hospitalar, talvez a mais prioritária para a nossa região, não pode ser abordada desta forma tão superficial e desadequada. -----

Somos da opinião que não é com propostas que se revestem de um carácter populista, como é esta moção do Chega, que a política deve ser feita, pois os bons resultados não surgem por esta via.-----

A finalidade pode até dizer-se nobre, mas se os meios que utilizarmos para a atingir não forem adequados e sérios, corremos o risco de nunca alcançar o que é justo e devido para o bem-estar da nossa sociedade, sendo que é essa a verdadeira razão de todos estarmos aqui. -----

Por todos estes motivos o PAN votou abstenção nesta moção.» -----

-----Em Seguida, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício **Carlos Café**, informou que se seguia para debate a **moção - Portimão com mais eficiência energética (subscrita pela Bancada PPD/PSD)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «Vivemos tempos que nos obrigam a adaptar-nos a novos desafios que surgem constantemente. As temáticas ambiental, económica e



energética estão intimamente ligadas e são cada vez mais temas fundamentais que nos obrigam a inovar e repensar soluções. As grandes emissões de gases com efeito de estufa (GEE) estão a provocar alterações no clima resultando no aumento na temperatura global e fenómenos climáticos extremos. Em 2019, mais de 70% dos GEE estavam relacionados com o setor energético. Por outro lado, o constante aumento do valor das licenças de emissões de CO₂ e aumento do valor de energia elétrica devem motivar-nos a procurar alternativas. A guerra veio revelar a dependência do gás natural externo e a sua relação com os custos energéticos dos mercados internacionais e o mercado ibérico não é exceção. Existem metas europeias a atingir e existem metas nacionais a atingir e não podemos nem devemos esperar por amanhã. -----

Vários Municípios estão a preparar projetos para constituição de Comunidades de Energia Renovável (CER) e Portimão, enquanto Município, deve acompanhar estas iniciativas, aproveitando as excelentes condições naturais existentes com ótima exposição solar. A produção de energia renovável não se esgota na tecnologia fotovoltaica e devemos estar atentos a outras formas que possam beneficiar o mix de produção energético. -----

Seguindo estes considerandos, propõe a Assembleia Municipal de Portimão reunida a 29 de abril que o executivo camarário: -----

1. Efetue um estudo com vista a implementação de uma ou várias CER aproveitando coberturas de edifícios sob a sua alçada para instalação de parques fotovoltaicos que produzirão energia para autoconsumo local e de outras instalações municipais; -----
2. implemente ações com vista ao aumento da eficiência energética dos edifícios Municipais; -----
3. Efetue um estudo com vista a conhecer o potencial energético do Concelho para a produção de energia elétrica a partir de outras fontes para além do fotovoltaico; -----
4. Renove progressivamente a sua frota automóvel, incluindo transportes públicos ao serviço do Município, seguindo as orientações europeias com vista a eletrificação.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Candeias**, para dizer que há pouco a bancada do PS referiu que resolveu o caso de uma rotunda, retirou relva e colocou outro material e que o problema da relva estava resolvido, ignorou o número quarenta e três mil metros cúbicos de água por ano, mais de quarenta e três mil metros cúbicos de água por ano, provavelmente agora vai usar o mesmo argumento. A Câmara não tem um plano municipal de ação para a eficiência energética e sustentabilidade, tem no entanto dois parques fotovoltaicos, um de dezasseis Kw e outro de dezassete e vai dizer que este problema da energia está resolvido. -----



----- O que nós defendemos, é que os municípios devem ter um papel importante na utilização dos seus recursos, com vista à adoção de medidas que ajudem à neutralidade carbónica, e vários municípios estão já a seguir esse caminho. O que nós defendemos, é que deve de haver mais sistemas de autoprodução de eletricidade em edifícios públicos, para consumo em regime de comunidade de energia. Penso que é um conceito que ainda é desconhecido para muitas das entidades e provavelmente também para o município. Esta comunidade de energia permite produzir a energia onde a mesma possa ser utilizada, em escolas, pavilhões desportivos e edifícios administrativos, mesmo que seja fora dos seus locais de produção. É esta a nossa proposta. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que por acaso agradece esta moção do PSD, porque na realidade também faz-lhes publicitar aquilo que já têm, e é o desconhecimento que o PSD também tem nesta matéria e por isto é que pode apresentar uma moção destas e, portanto, penitencio-me por isto mesmo, é que realmente nós temos que na Câmara também publicitar melhor aquilo que já fazemos e depois temos que ouvir certas coisas como estas e, portanto, nós neste momento a nível de painéis fotovoltaicos já temos instalados no Edifício do Passos do Concelho, no pavilhão municipal, no agrupamento de escolas do Pontal, no mercado municipal e no DOGEP, e até lhe posso dar a potência que está instalada e aquilo que conseguimos reutilizar neste edifício. -----

----- Depois, temos previsto para este ano e até 2025, com o acordo que temos com a EDP e o contrato que temos com a EDP são cento e cinquenta mil euros, que a EDP nos paga em painéis fotovoltaicos em energias alternativas. Na escola secundária da Bemposta, no complexo desportivo de Alvor, na escola Dom Martinho Castelo Branco, na escola básica Júdice Fialho, na escola Major David Neto, na EB2 e 3 da Mexilhoeira, na escola EB2,3 Nuno Mergulhão e no centro de saúde de Portimão, e são estes para já os passos que já temos dado. -----

----- Depois, também queremos lançar um concurso público, tanto para carregadores de viaturas rápidos que não temos em Portimão e também queremos lançar um concurso para isso. Nos parques de estacionamento, também já temos com uma empresa, para conseguirmos fazer um concurso nalguns parques de estacionamento que temos, para que possam ser cobertos também por unidades de energia, até com um acordo com a AMAL. -----

----- Depois, a nível de iluminarias, Portimão tem à volta de dezassete mil iluminarias. Temos neste momento oito mil e quinhentas que já são em LED, e temos um acordo com a EDP também, de substituição gradualmente em mil e duzentas. Neste momento, vamos comprar também lanternas para a freguesia de Alvor, que também já vem com a tecnologia LED, e é



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



progressivamente e tanto nas escolas que toda a iluminação que temos mudado, estamos a mudar para tecnologia LED e, portanto, é este o trabalho que temos feito, mas concordo com o PSD que na realidade devemos dar a conhecer mais isto, tanto nisto, como nas zonas verdes e, portanto, é isso que vamos ter que começar a fazer e é isso que vamos fazer. -----

----- Uma informação complementar, também na EMARP temos também painéis fotovoltaicos e nos depósitos de água também já temos painéis fotovoltaicos instalados e, portanto, também é a informação que posso dar. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício, **Carlos Café**, submeteu à votação a **moção - Portimão com mais eficiência energética (subscrita pela Bancada PPD/PSD)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	2	2	1	1	1	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança). -----

----- **A Moção foi reprovada com voto de qualidade do Presidente da Assembleia, em exercício.** -----

----- Em Seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, **Carlos Café**, informou que se seguia para debate a **Proposta de recomendação – Pela repavimentação urgente da Estrada Municipal 531-1, no troço entre os Montes de Alvor e a Igreja da Penina (subscrita pela Bancada Coligação Portimão Mais Feliz – CDS-PP, Nós Cidadãos! Aliança)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «Considerando que: -----

a) A Estrada Municipal n.º 531-1, no troço compreendido entre os Montes de Alvor e Penina, encontra-se num avançado estrado de degradação, sendo evidente o mau estado do seu piso, as insuficientes dimensões da sua faixa de rodagem e a perigosidade do seu perfil; -----

b) Dos problemas que se deixaram referidos, a repavimentação do piso é o problema mais premente e de mais fácil e rápida "resolução, a exemplo, aliás, do que tem sido recentemente feito noutras vias do concelho de Portimão, com repavimentações efetuadas recentemente; -----

c) Sem prejuízo da necessidade de uma intervenção mais global e profunda na referida estrada, que "resolva de forma estrutural e permanente as patologias que ficaram referidas, a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



repavimentação da "mesma, no citado troço, revela-se urgente, já que os recorrentes remendos que têm sido aplicados no piso, não só não são suficientes, como não eliminam o risco de acidente ou de danos nos veículos para os seus utilizadores; -----

d) A via rodoviária em causa é um dos principais eixos de entrada e saída de veículos automóveis da freguesia de Alvor, sendo utilizada diariamente por centenas de veículos ligeiros e pesados, servindo ainda de acesso a um equipamento municipal de grande importância (Aeródromo Municipal de Portimão), também ele porta de entrada no concelho para muitas pessoas; -----

e) O degradado estado de conservação do piso da estrada em questão é um enorme fator de risco, potenciador de eventuais graves acidentes rodoviários, que, felizmente, até a presente data não ocorreram, -----

Os eleitos da Coligação COLIGAÇÃO "PORTIMÃO MAIS FELIZ"(CDS-PP/NÓS CIDADÃOS/ALIANÇA)propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 2ª Sessão Ordinária de 2022, realizada em 29 de Abril, delibere recomendar ao Executivo Permanente da Camara Municipal de Portimão a repavimentação urgente do piso da Estrada Municipal 531-1, no troço compreendido entre os Montes de Alvor e a Igreja da Penina, tendo em atenção o profundo estado de degradação que o mesmo apresenta e o evidente perigo que constitui para os munícipes e visitantes do concelho.» -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, esta recomendação visa a repavimentação urgente da estrada municipal 531-1 que todos conhecem, é aquele troço que liga a Penina aos Montes de Alvor, que entendemos, já trouxemos e é uma segunda vez que trazemos e vamos continuar a trazer, já sabemos que está projetada uma grande obra que vai incluir aquele troço, a questão é, até essa obra ser orçamentada, adjudicada e realizada, esta estrada é muito utilizada, tem um traçado por si sinuoso e que está em muito mau estado. Portanto, a nossa preocupação é a segurança das pessoas que ali circulam de carro, a pé e é isso que nos preocupa e pensamos que gaste a Câmara aquilo que gastar, é preferível gastar do que pôr em risco a saúde de quem lá passa e a integridade física e até a vida. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que acha que o Bloco de Esquerda também já trouxe umas duas moções sobre esta situação. Aqui na informação da senhora Presidente, já foi visto, houve dois acidentes lá daqueles que foram escritos na proteção civil, por isso urge com maior rapidez concluir esta obra e tornar esta via capaz de satisfazer os seus utentes, quem utiliza esta via, ainda por cima temos lá o aeródromo que muito honra a cidade que devia de estar em condições. Tenho dito. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **Filipe Mesquita Vital**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes e explicar muito rapidamente até porque não há muito tempo para a discussão, que de facto, o projeto está na sua reta final, estarão no próximo trimestre em condições de lançar o concurso e prevêem de facto até lá nalguns troços fazer algumas intervenções, de maneira a melhorar a segurança rodoviária, nomeadamente no troço, há uma componente da estrada que não vai ser afetada pela obra de requalificação, que é a componente ali em frente ao aeródromo. Esse troço pode sofrer desde já obras de requalificação e de repavimentação. -----

----- Em relação ao resto, há ali mais cem metros que de facto também necessitam de uma repavimentação de urgência só para que a estrada aguente até que a obra seja finalizada, porque sabemos que os procedimentos concursais levam o seu tempo, é uma obra que necessita de tribunal de contas, estamos a falar de uma obra que rondará provavelmente os cinco milhões de euros e ainda tem expropriações a fazer. Portanto, teremos que obviamente acautelar a segurança rodoviária naquela estrada. Muito obrigado, senhor Presidente. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício **Carlos Café**, submeteu à votação a **Proposta de recomendação – Pela repavimentação urgente da Estrada Municipal 531-1, no troço entre os Montes de Alvor e a Igreja da Penina (subscrita pela Bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) – CDS-PP, Nós Cidadãos! Aliança)**, tendo sido obtido o seguinte resultado:

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ(*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	2	2	1	1	1	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

A proposta de recomendação foi reprovada com voto de qualidade do Presidente da Assembleia, em exercício. -----

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício **Carlos Café**, informou que se seguia para apreciação o ponto 3) da ordem de trabalhos – **Apreciação da Informação Escrita apresentada pela Presidente da Câmara Municipal de Portimão** nos termos do artigo 25º, nº. 2, alínea C), da Lei 75/13 de 12 de setembro. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, só para dar nota que se tratou de um trimestre em que continuamos ainda com os apoios ao Covid e com o nosso centro de vacinação ainda instalado e, portanto, com algumas restrições também a nível de apoios muito grandes às famílias que mais necessitam. Neste momento, também estamos com um grupo de apoio aos cidadãos ucranianos que escolheram a nossa terra para cá estarem, estamos com muito apoio aos estudantes ucranianos, que temos conseguido com as nossas escolas e os nossos agrupamentos a correr a todas as solicitações e com o apoio das juntas de freguesia também, e tratou-se de um trimestre também, que como todos são de Portimão e como todos conhecem bem Portimão, com muita repavimentação, melhorámos muito as nossas vias e vamos continuar a fazê-lo, também com a substituição do passadiço da praia da Rocha e com a iluminação pública no passadiço e quer noutras zonas de Portimão. Posto isto, ponho-me então à disposição para as perguntas que me possam fazer. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, começo para já por agradecer, na última Assembleia Municipal, a primeira Ordinária, uma recomendação do Bloco de Esquerda para colocação de passadeiras, e venho cá agradecer, tanto à Assembleia, porque votou favoravelmente, como ao executivo que já concretizou essa recomendação. O nosso obrigado, pelo Bloco de Esquerda. -----

----- Temos aqui uma situação que acolhemos que era a questão das obras da esquadra da PSP. Recebemos uma notificação de vinte e um do dois, sobre uma obra na PSP que no fim de contas a Câmara é que está a tratar dessa obra, e acontece que está atrasada, as pessoas não têm balneários, está tudo muito atrasado e é uma obra que orça um milhão e meio. Gostaríamos de saber o que é que se passa com esta questão da esquadra da PSP de Portimão. -----

----- No edifício de lota, também ficámos a saber que vai a concurso público um espaço e nós achamos que aquele negócio seja voltado para o mar, isto é, que aquilo tenha um restaurante típico ou um negócio que trate de artigos alusivos ao mar que não vá lá aparecer tipo uma pizaria, que não vá lá aparecer um McDonald's, ou outra situação igual. Por isso, acho que isso também num concurso público devia de haver uma cláusula para isso mesmo. -----

----- Uma rua de Portimão também tinha sido acabada de ser repavimentada e passado duas semanas sofreu logo uma intervenção que abriram a rua e neste momento ainda está com terra por cima, ou seja, aquela rua antes da repavimentada devia ter levado a tubagem nova e uma intervenção de profunda para não estar a pôr alcatrão e depois estar a abrir roços



novamente, porque temos de ter cuidado com os dinheiros públicos. Isto é a rua Cancela de Abreu. Já foi respondido aqui a uma questão da Casa dos Pescadores. -----

----- Também gostava de saber o que é que vai ser, agora com as transferências, feito do palácio que era a antiga alfândega e guarda fiscal, não sei se esse palácio vai pertencer à Câmara ou não. Gostaria de saber também o que é que se passa com o ciclo, que também pertencia às finanças, não sei se vai voltar para a Câmara ou não, que é da Dom Martinho Castelo Branco. -----

----- Dos refugiados o senhor Vice-Presidente já falou e da informação da Presidente, tenho aqui uma situação que é as férias inclusivas. Eu gostaria de saber que projeto é este, acho que é nas páginas vinte e um, vinte e dois, e para já fico-me por aqui, tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que queria começar até se calhar pela antiga lota, queria começar por dar os parabéns ao executivo pela requalificação da antiga lota, que enfim, pensa que foi visível no dia 25 de Abril, que foi uma requalificação bem conseguida e, portanto, esperamos que o espaço seja agora utilizado de uma forma aberta e participada pelas associações e entidades da cidade e pelos portimonenses. -----

----- Relativamente ao espaço daquela cafetaria, penso que é uma cafetaria, depois gostaria que confirmassem se vai ser objeto de concurso público para a atribuição do direito de ocupação do espaço e que tipo, como foi aqui questionado, de ocupação é que vai ser prevista no caderno de encargos. -----

----- Uma preocupação que me foi transmitida também por munícipes, tem que ver com aquela obra que está ali a decorrer no Lidl no barranco do Rodrigo. Não percebi ainda qual é a intervenção que está a ser feita, aliás, é estranho que aquela obra nem tenha o painel que é obrigatório, identificando a operação urbanística, o prazo, quando é que foi aprovada, e é tanto mais estranho que a obra começou creio que há quase um mês e ontem, na edição do Barlavento de ontem, é que veio um edital com a publicitação do ato administrativo de aprovação da obra e, portanto, gostaria de saber o que é que se passa ali porque é um bocadinho estranho. -----

----- Também é estranho aquilo que se passa no famigerado Intermarché do Marachique, que o senhor vereador Gambôa se calhar poderá dar alguns esclarecimentos. Não percebo o que é que se passa com aquele pavimento que está ali sucessivamente a abater e com a falta de cuidado que há ali na sinalização do piso que vai abatendo. Eu no outro dia não vi ali uma desgraça por mero acaso e ainda bem que não aconteceu, porque aquilo chega ali a arreiar o ridículo com a sinalização deficiente que põem ali, em dois ou três sítios em frente à bomba de gasolina o piso vai abatendo. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Depois, questões mais concretas. Em relação aqui à execução orçamental, perguntar ao executivo se há uma explicação para a diminuição da receita do IMI face aos números homólogos do ano passado na mesma altura, o primeiro trimestre, e depois perguntar também em relação ao passadiço, falou-se aqui no passadiço da praia da Rocha, que finalmente está a ser objeto de reparação, eu perguntava se em relação ao passadiço de Alvor está prevista alguma intervenção, porque passo lá muitas vezes e começam-se a ver sinais evidentes de degradação. Eu espero sinceramente que não se deixe chegar o passadiço de Alvor ao ponto em que chegou o da praia da Rocha, para se lançar depois o concurso para haver uma intervenção de reparação ali da infraestrutura. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que tem uma questão a pôr que foi e será a mesma do deputado Pedro Mota, respeitante à sede, ou à esquadra da polícia PSP. -----

----- Como sabem, recebemos todos, penso eu, os eleitos nesta Assembleia, um e-mail e eu quero dar resposta. Nesta área e vendo o mapa de resumo das empreitadas, verifiquei que a obra está em curso claro, e expira amanhã, dia trinta, porque estavam-lhes dados, ou a obra era para trezentos e sessenta e cinco dias. Consultei o comissário que me andou a mostrar as obras todas que estão a ser efetuadas, inclusivamente interpus a solução a um dirigente do município e ainda não obtive resposta. Ora, a Câmara fez o tal protocolo, em que se propunha a elaborar o projeto de requalificação, o concurso público e a fiscalização da obra. Acontece que quem fez o projeto para a requalificação, deve-o ter feito através do projeto inicial, e o que foi lastimável, é que o setor da investigação criminal, não foi beneficiada com climatização. Esse é um ponto fulcral da questão. -----

----- Outra, a instalação elétrica dizem eles que está degradável e não está contemplada. A pintura é feita só nas paredes e não nos tetos, e o grande receio é que a conclusão da obra não seja feita até amanhã, onde perfazem os trezentos e sessenta e cinco dias. Gostaria que na realidade, o município explicasse aqui qual é o problema, porque eu tenho que dar uma resposta ao e-mail que recebi. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que quanto à obra da PSP, obrigado, senhor Presidente, a autarquia na realidade elaborou o projeto de acordo com o Ministério da Administração interna e com o valor que tinha que ser gasto naquela obra, e que o valor era aquele e não podia ser mais. A autarquia o que faz naquela obra é a fiscalização, e na realidade



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ainda a semana passada estive lá eu com o senhor vereador Filipe Vital, mas depois gostaria de passar a palavra ao senhor vereador que é ele que está com esta obra. -----

----- No Bloco de Esquerda, bairro Pontal a rua Cancela de Abreu, foi na realidade um problema da pavimentação. Quando pavimentámos é que fez uma rutura no tubo e por isso teve que ser substituído e agora vai ser reparado como deve de ser, porque é uma rua que ficou nova e agora ficava ali com um remendo e, portanto, essa responsabilidade tem agora com a EMARP e vai ter que pôr aquilo nas devidas condições. -----

----- Do palácio onde era a antiga alfândega e a escola Martinho Castelo Branco, já pedimos mas ainda não obtivemos resposta e ainda não está na posse da autarquia. -----

----- Férias inclusivas, depois passaria a palavra aqui à minha colega Teresa Mendes. -----

----- Acho que estamos todos de acordo na cafetaria que está na antiga lota. Portanto, o caderno de encargos tem que ser muito bem elaborado, para que aquilo seja voltado para o mar e como já temos bons exemplos aqui nesta nossa zona ribeirinha do que é que tem que ser feito e é isso que vamos querer também num sítio daqueles que é um sítio de excelência. -----

----- Quanto à execução orçamental, não querendo fugir, depois do Lidl e do Intermarché, passo a palavra ao meu colega João Gambôa e, portanto, acho que é fácil, a execução orçamental do IMI, pois se baixámos o IMI, obtivemos menos receita. Baixamos a taxa de IMI em dois pontos e, portanto, o senhor deputado estava presente e sabe que baixámos e é essa a explicação senhor deputado. -----

----- Quanto ao passadiço de Alvor, temos que fazer sempre manutenção e na realidade já estamos a ver que o mesmo empreiteiro que está a fazer o novo agora da praia da Rocha, como é que podemos fazer um plano de recuperação daquele e de manutenção para continuar, porque o que queremos também, aquele passadiço é muito grande e temos que o manter em condições. Passaria então a palavra se me dá licença senhor Presidente em exercício, ao senhor vereador Filipe Vital, quanto à esquadra da PSP. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **Filipe Mesquita Vital**, nós na esquadra da PSP funcionámos aqui um bocadinho como barriga de aluguer, porque a obra no fundo é uma obra do Ministério da Administração Interna, é o Ministério da Administração Interna, a secretaria geral do MAI quem define o programa da obra, tinha uma cotação inicial de setecentos e cinquenta mil euros à volta disso, que se revelou desde logo insuficiente para aquilo que eram as necessidades da esquadra e, portanto, foi possível ainda antes de lançar o procedimento, antes de lançar a obra, duplicar a cotação, portanto temos neste momento uma obra de cerca de um milhão e meio de euros, mas que na verdade é metade do dinheiro que seria



necessário para se fazer a obra como deve de ser. Para se fazer uma remodelação completa daquele edifício, precisaríamos de pelo menos três milhões e meio de euros e não existem os três milhões de euros. Existe um milhão e meio de euros, existe um caderno de encargos e um concurso de um milhão e meio de euros e isso está a ser concretizado, ou seja, de facto, a obra vai resolver muitos problemas na esquadra, vai remodelar os balneários, casas-de-banho, etc. Há outros problemas que não vão ficar resolvidos com esta obra e vamos ter desde já que começar a falar com o Ministério da Administração Interna para se começar a pensar numa nova empreitada que possa solucionar os problemas que vão ficar por resolver com esta empreitada. É tão simples quanto isto. Muito obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, concluindo que não vai ficar acabado amanhã, houve vários problemas de matérias-primas, nesta visita com o empreiteiro, também foi constatado que vai pedir uma prorrogação de prazo para poder terminar a obra, pelo menos por mais três meses, porque a obra não vai ser concluída. O que lhe foi pedido, é que pelo menos nas zonas funcionais de trabalho até ao verão, aquela zona tem que estar com melhores condições de trabalho para os membros da PSP. Pedia então à senhora vereadora Teresa Mendes, quanto às férias inclusivas. ---

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que relativamente às férias inclusivas, é um projeto que já existe há dois anos, sendo que no que é que consiste. Os meninos, crianças e jovens que tenham problemas associados a qualquer deficiência e que não possam na realidade ficar em casa com os seus pais, nós tínhamos já um projeto de apoio às crianças com menos de cinco anos, que são as chamadas AAASFs, ou seja, esses meninos permanecem na escola durante as interrupções letivas e desde há dois anos podem permanecer também as crianças das chamadas unidades de multideficiência ou outras, autismo e todas as unidades. Os meninos permanecem na escola acompanhados pelas técnicas que normalmente os acompanham durante a atividade letiva e com um plano traçado com os docentes da educação especial, porque esses estão em interrupção letiva. -----

----- No mês de agosto, é que não é possível realmente os meninos permanecerem na escola acompanhados pelos nossos funcionários e técnicos contratados pelos agrupamentos escolares, temos um projeto que é Férias Inclusivas para a comunidade algarvia, e aí ficam na escola engenheiro Nuno Mergulhão, juntando-se todos os meninos de todas as unidades que os pais necessitam e ficam nessa escola com um protocolo com a associação Teia de Impulsos, com técnicos e voluntários contratados também com uma verba que lhes é atribuída para esse projeto,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ou seja, no nosso concelho essa população tem apoio o ano inteiro, desde que esteja em idade escolar, sendo que no mês de agosto não é só para os meninos, para os jovens neste caso que estejam em idade escolar, também poderá ser para outros jovens, podendo assim os pais poder trabalhar, tendo onde deixar os seus filhos ou filhas. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **João Gambôa**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que relativamente ao Lidl e tal como diz no aviso publicado no jornal Barlavento, «a Câmara aprovou por despacho do vereador João Gambôa a 21-12-2021 as obras da urbanização e emitiu o respetivo alvará a 11 de abril». ---

----- Aquilo que se passa ali são duas obras, uma para renovação total da loja e outra obras de urbanização, que vão permitir, também diz no mesmo aviso publicado no jornal do Barlavento, «que as obras da urbanização destinam-se à execução da faixa de rodagem da avenida das Olimpíadas e respetivo passeio». Quer dizer que vamos ter ali na faixa de rodagem duas vias que vão permitir e até facilitar o trânsito. -----

----- Relativamente à obra do Intermarché, são obras na urbanização, estão caucionadas, ainda não foram pedidas as receções provisórias, o empreiteiro que fez, ou o promotor, terá que as reparar e a Câmara está salvaguardada com a caução que foi emitida e mais nada tenho a dizer. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, gostava de referir não me foi perguntado, mas também gostava de referir logo que a nível do canil, o canil, o processo foi impugnado judicialmente por um dos concorrentes, neste momento está no tribunal de contas, mas o contrato o que queremos, é que seja assinado, vai ser assinado e assim que vier do tribunal de contas nós vamos querer fazer aquela obra que é prioritária e, portanto, como a impugnação não tem efeitos suspensivos, nós vamos querer avançar com aquela obra. Tenho dito, senhor Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, ao olhar para esta informação escrita, oriunda do executivo e da senhora Presidente, tive a oportunidade de ver com algum detalhe aqui algumas páginas e das quais me suscitaram aqui algumas dúvidas, e obviamente por causa disso vou colocar aqui algumas questões, nomeadamente um facto positivo, e se não estou em erro nomeadamente na página sete da informação, menciona exatamente um encaixe financeiro de mais de um milhão e oitocentos mil euros, através de IMT. Penso que não estou enganado, o que obviamente é um facto positivo, pode demonstrar várias coisas e, portanto, numa Câmara em que tem a intervenção financeira que têm e que sabemos que é histórica e que provoca algumas dificuldades, além da



própria lei das finanças locais, 75/2013, 73/2013, a própria quadro de descentralização, 50/2018, do qual muitas vezes não vem o envelope financeiro para acompanhar a descentralização. Portanto, há aqui várias condicionantes que este município tem, além daquilo que foi a gestão de anos e anos a acumular dívida e a gerir e a acumular dívida. Mas no entanto hoje temos aqui um facto positivo e, portanto, é de realçar este encaixe de IMT de um milhão e oitocentos mil euros. Mas depois na página nove, eu vejo e relembro-me enfim aquilo que é utilizado muitas vezes e até sob o ponto de vista político como uma coisa favorável, os tais vinte e seis milhões de euros de trânsito ou transitados de um ano para o outro de excedentes, muitas vezes serve de vanglorização relativamente a aspetos positivos, mas depois sabemos a engenharia financeira que está por detrás disto, mas depois estamos no primeiro trimestre e vinte e cinco por cento do orçamento já devia de estar cumprido e afinal reparamos que apenas estão catorze. De qualquer das maneiras, chegamos a esta altura e a página salvo erro dezanove, menciona aqui que estamos com um limite de dívida a mais de trinta e dois milhões de euros. A questão que eu coloco é, porque é que se houve este encaixe financeiro mágico que não era esperado, porque é que não se aproveitou para abater dívida. Tenho dito, obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz"(CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)**João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que em relação à primeira ronda de questões que fez, tinha questionado em relação ao Intermarché, as questões de sinalização e de segurança rodoviária, o senhor vereador João Gambôa não explicou nem disse o que é que a Câmara está a fazer relativamente a isso, e em relação ao Lidl, porque é que o painel que é obrigatório por lei estar lá da operação urbanística que está a ser feita não está lá afixado, e o que é que a Câmara vai fazer em relação a isso. Também não foi respondido. Portanto, fica aqui novamente as duas questões para o senhor vereador João Gambôa. -----

----- Depois, tinha aqui mais duas questões que se prendem com... uma é uma preocupação que não é nova aqui e eu tive enfim, não foi e infelicidade mas tive o azar de ter que lá ir como utente, pode acontecer a qualquer um, que fui à urgência do CHUA, no passado dia dez de março e já há algum tempo confesso que não me deslocava lá à urgência, felizmente já há algum tempo que não precisava e posso-vos dizer que aquilo com que me deparei é deprimente, quer para os utentes, quer para os profissionais de saúde. Quando se enche a boca a elogiar os profissionais de saúde pela prestação que tiveram em relação ao Covid, e com justiça, eu acho que devíamos todos ir ver as condições, é que aquela malta que está ali nas urgências, médicos, enfermeiros, assistentes operacionais, funcionários administrativos, trabalham no dia-a-dia, quer em termos de condições de trabalho, quer em termos de condições de segurança, porque agora está lá um



agente da PSP em permanência à porta da urgência do hospital. Não é por espírito benevolente da PSP, é porque é necessário por razões de segurança, e as condições para os utentes e para os profissionais de saúde dentro da urgência são confrangedoras e, portanto, eu gostava de saber quando se fala tanto de saúde no Algarve, o que é que o executivo em conjugação com o concelho de administração do CHUA, planeia fazer para colmatar esta situação que nos pode afetar a qualquer um de nós, porque ninguém sabe quando é que precisa de ir à urgência de um hospital, se é hoje, se é amanhã, se é para o mês que vem, e acreditem e eu convidava todos aqui na sala a irem visitar a urgência do CHUA. Acreditem que aquilo é digno de um país do terceiro mundo, quer para os profissionais de saúde, quer para os utentes. -----

----- Depois, relativamente aqui a um assunto que vem na informação da divisão de assuntos jurídicos, que se prende com o processo que opõe o município ao senhor Jaime Dias Cordeiro, fala aqui nuns embargos do executado que foram deduzidos pela Câmara. Eu recordo-me de uma data anterior, foi dito em reuniões de Câmara que a Câmara iria eventualmente investigar em que condições é que o senhor Jaime Dias Cordeiro arrendou aquele edifício à Câmara, nomeadamente em que condições e com que direito é que se regula o proprietário para cobrar rendas à Câmara e, portanto, perguntava diretamente ao executivo como é que está essa investigação, qual é o ponto de situação dessa investigação, se foram tomadas algumas medidas judiciais nesse âmbito e com que fundamentos é que foram feitos os embargos, e finalmente se a Câmara espera ou não com base nesses embargos, espera ou não receber e ser ressarcida daquilo que pagou indevidamente no âmbito do contrato de arrendamento que existiu para a loja aqui à frente na avenida Guanaré. Disse.-----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, para dizer que tem várias questões aqui a colocar. A primeira, prende-se com a parte dos recursos humanos, em que verificamos no relatório que é apresentado, que saíram nove trabalhadores, sendo que não há uma indicação de que setores, de onde é que eles saíram, para podermos compreender onde é que houve essa saída de trabalhadores e que entrou um. Concluímos que existe uma perda de trabalhadores neste período de oito. Era importante saber onde é que perdemos esses trabalhadores. -----

----- Depois, relativamente ao abrigo temporário que é apresentado, que esteve ativo durante noventa e nove noites e onde é indicado que teve utilização durante noventa e oito noites, sendo que o utilizador mais novo tinha apenas vinte e dois anos e o mais velho tinha setenta e oito anos. Neste período, existiram trinta e seis pessoas distintas que utilizaram este serviço, sendo que estes dados demonstram a importância de termos um abrigo temporário permanente no



município. Sei que o executivo já no passado apresentou que estava a estudar uma localização para esse abrigo temporário, e a minha questão prende-se se existem desenvolvimentos quanto a essa localização. -----

----- Relativamente à parte do jurídico, o senhor Vice-Presidente já o explicou e agradeço, congratular também o executivo por finalmente existirem informações relativamente ao CRO como solicitámos e agradecemos, questionar relativamente às catorze deslocações para a clínica veterinária para esterilização e tratamentos que foram feitos no CRO, se estes custos foram suportados pelo município e também temos conhecimento da existência de incidentes entre animais no próprio CRO, em que teve que ser a associação por meios próprios a levar os animais para a clínica e custear os valores dessas intervenções, quando estavam os animais no CRO, ou seja, responsabilidade do município. -----

----- Relativamente também ainda ao Intermarché, qualquer pessoa que faça utilização do próprio supermercado, verifica o fluxo de tráfego elevado que agora existe no cruzamento, logo após para a urbanização Mar e Serra, porque os condutores não vão lá abaixo ao fundo à rotunda para voltar para trás. A minha questão, é se este aumento de tráfego foi considerado quando foi pensada aquela via naquela localização, se esse estudo foi feito e aquilo que é previsível, é o aumento de sinistralidade naquele cruzamento, com o aumento considerável, muito considerável de tráfego naquele cruzamento. O que é que o município pensa fazer sobre isso, ou se não pensa fazer nada e deixar o estado até que alguém morra no local e depois se decida fazer uma rotunda para resolver o problema naquela localização. Disse, obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, realmente no Partido Chega ver o facto positivo do IMT é verdade, mas também deve ver o facto positivo dos resultados transitados, porque se não fosse isso o executivo não conseguiria dar resposta que deu nos tempos de Covid e tudo o que ajudou que foram à volta de sete milhões e, portanto, eu sei que isto para o Chega é pouco, mas eu também não vou estar a responder a estas provocações com a engenharia financeira que achem e, portanto, vou-me dispensar, mas depois o meu colega Filipe Vital quererá também que está com esse pelouro e depois dará mais respostas. -----

----- Também vejo que no pagamento da dívida, o endividamento excessivo, também vê aí que os juros baixaram e também vê aí que a nível do endividamento excessivo, a partir de 2025 deixará de haver endividamento excessivo, e é esta a obrigação que o executivo quer fazer, é continuar com o trabalho que tem feito até aqui, é dar, é criar melhor as estruturas para Portimão e é isso que vamos continuar a fazer e vamos continuar a fazer o nosso trabalho nesse sentido. --



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Quanto ao deputado João Caetano, devo-lhe dizer que a loja da pessoa que falou ainda não passou para a posse da autarquia e, portanto, depois de passar, nós teremos que ver o processo e como é que é o contrato, que aquele contrato está desenhado com a entidade que detém aquele espaço e esse respetivo por inquilino. -----

----- Quanto ao PAN dos recursos humanos, vou ver e darei esta informação, porque não a tenho aqui. -----

----- Ao abrigo temporário, na realidade faz muita falta e sei que o senhor deputado sabe também que um dos sítios é mesmo num destes armazéns. Quando passar, a Câmara pensa então fazer um abrigo temporário e será permanente, porque na realidade se podemos aproveitar, aqueles que querem ser ajudados, porque não são todos e, portanto, é isso que vamos querer fazer. -----

----- As deslocações dos animais que estavam no CRO e que tiveram que ir ao hospital veterinário, foi tão só como isto. A Câmara abriu um concurso e o hospital veterinário não conseguiu concorrer, não entrou na plataforma e não concorreu, e por isso a Câmara também tem os protocolos com as associações, para poder fazer face para que os animais não fiquem sem o devido tratamento, e é isso, vamos voltar a abrir concurso para o hospital veterinário, para que possam concorrer, porque a Câmara quer pagar todos esses tratamentos. Enquanto não temos isso feito, estamos disponíveis para fazermos protocolos com as associações e assim os animais serão sempre bem tratados. Portanto, senhor Presidente agora gostaria de passar a palavra ao senhor vereador Filipe Vital. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **Filipe Mesquita Vital**, senhor deputado Paulo Canha, para já gostava que de facto explicasse aqui à Assembleia, porque disse que todos conhecíamos a engenharia financeira por detrás dos resultados transitados e eu confesso-lhe que não conheço e, portanto, esse esclarecimento era importante que fosse dado pelo senhor deputado, para que todos soubéssemos de que engenharia financeira é que se trata e dizer-lhe que ainda que se amortizasse a dívida, os tais um vírgula oito milhões que resultaram do IMT, o excesso de endividamento continuaria na ordem dos trinta milhões, porque um vírgula oito milhões é uma gota no oceano dos trinta milhões do excesso de endividamento, e nós estamos obrigados às condicionantes do empréstimo FAM enquanto tivermos excesso de endividamento. Mesmo que eu agarrasse em todo o dinheiro do saldo transitado e amortizasse a dívida, continuaria com excesso de endividamento e continuaria sobre o efeito e sobre as medidas do empréstimo de FAM, pelo que nós achamos com o facto das taxas de juro serem também muito baixas, o empréstimo FAM tem taxas de juro muito baixas, nós achamos que cumprindo com as



amortizações do plano do empréstimo, é suficiente para podermos libertar dinheiro, para fazermos a obra e o investimento público que queremos, é outra forma de devolvermos os impostos aos portimonenses, é fazendo o investimento público e nós achamos que essa é a melhor forma neste momento de devolver de facto o dinheiro dos impostos dos portimonenses à população. Portanto, é isso que vamos continuar a fazer, não fazendo amortizações extraordinárias, porque neste facto com a taxa de juro como está não se justifica e porque isso não levaria a que nos libertássemos do juro do empréstimo FAM, que tem de facto depois condicionantes que são complicadas de gerir, nomeadamente temos que ter impostos à taxa máxima, temos que apresentar relatórios, temos que isto, temos que aquilo, somos monitorizados. Portanto, isso para nós de facto causa-nos algum trabalho adicional, mas de qualquer forma também não é nada que não o façamos e também causa aos munícipes algum problema o facto de terem que pagar impostos à taxa máxima. Temos conseguido negociar com o FAM alguma redução, nomeadamente no IMI e isso temo-lo feito, mas por exemplo há impostos que o FAM, a lei não permite que sejam reduzidos e que possam ser ajustados, ainda que estejamos a cumprir todas as metas que estão, e algumas delas até estamos mais do que a cumprir, estamos muito bem, e ainda assim há impostos e taxas que nós não podemos mexer, porque a lei não o permite. Portanto, amortizar extraordinariamente se isso não nos leva a sair do procedimento FAM, era de facto um desperdício de recursos a nosso ver e, portanto, não é isso que vamos fazer. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **João Gambôa**, para dizer que não há assim muito mais a esclarecer, mas relativamente ao Lidl, pode dizer que todos os dias saem notificações a solicitar a colocação de cartazes de obra que são obrigatórios, e pode ver se esta eventualmente não os tem, na certeza porém que a obra não é escondida nem clandestina, senão não seria publicitada no jornal. -----

----- O Intermarché, os serviços estão a acompanhar os abatimentos lá da estrada e a questão que o Chega colocou, o que posso acrescentar, é que aquela viragem à esquerda para o Intermarché, ou seja, no sentido Alvor Portimão virar à esquerda, é temporária até existir a rotunda sensivelmente em frente à Pausa, que vai ligar a V12 à V13, V13 que liga à Prainha, àquela estrada de Alvor e, portanto, assim que essa rotunda estiver feita, aquela viragem à esquerda acaba. No sentido contrário, que é quem sai do Intermarché e quer ir para Portimão, existe uma rotunda lá mais à frente que é só em frente ao hospital de Alvor, está em estudo outra rotunda em frente ao Marachique, para acabar com a rotunda do Marachique, e aí eventualmente já se pode colocar ali um traço contínuo e pinos e por aí. Não podemos controlar os condutores que querem é talhar e não querem fazer mais duzentos metros e fazem ali uma pequena batota à



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



roda do separador central. Mas de qualquer maneira isto está previsto, estamos a acompanhar e é isto que está a ser tratado. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Presidente em exercício **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, para dizer que em relação à data da continuação, quer informar o seguinte. Eu fui informado pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, que a senhora Presidente da Câmara a contactou, no sentido de informar que por motivos institucionais decorrentes da sua função, não poderia estar presente na sessão que supostamente poderia ser de dia dois, e a Presidente do executivo solicitou, porque quer muito estar presente nessa sessão, que a Presidente da Assembleia Municipal encontrasse uma outra data que permitisse duas coisas, que o desejo da senhora Presidente em estar presente se concretizasse, e naturalmente o desejo também das bancadas, nomeadamente bancadas da oposição, que poderão interpelar e colocar as questões que entenderem à senhora Presidente. Nesse sentido, foi decidido que a data de continuação desta reunião, portanto da próxima sessão será no dia nove de maio, segunda-feira também, que era de resto uma data que tinha sido apontada em conferência de líderes como uma das datas possíveis para o prolongamento que se adivinhava que viesse a acontecer, face à ordem de trabalhos extensa desta reunião. Portanto, isto quer dizer que os senhores deputados irão receber uma convocatória para o dia nove de maio, também uma segunda-feira, também aqui e também às vinte e uma horas. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, só para fazer uma apreciação em relação àquilo que o senhor acabou de dizer. O dia nove foi abordado na conferência de representantes efetivamente, mas no pressuposto que haveria uma reunião no dia dois, na próxima segunda-feira e, portanto, o dia nove foi abordado como data residual para uma eventual terceira reunião desta sessão Ordinária, pressupondo que teríamos uma continuação na próxima segunda-feira. Eu muito sinceramente, mas isto foi uma convicção minha até pensei que eventualmente no dia nove não fosse necessário reunirmos, porque fiquei convencido que no dia dois os restantes pontos da ordem de trabalhos seriam discutidos e votados. Eu tenho algumas reservas se se pode marcar assim uma reunião para dia nove sem que a conferência de representantes seja consultada, mas não creio que as pessoas aqui tivessem a contar com uma marcação para dia nove, eu pessoalmente estava a contar com a continuação desta Assembleia na próxima segunda-feira. Percebo que pode haver condicionantes a nível pessoal, mas isso todos temos, hoje também tiveram, a senhora Presidente e a senhora Presidente da Assembleia, todos temos e todos podemos ter, e já para não falar de outras questões do ponto de vista legal também



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



com os prazos para a aprovação aqui das contas, não sei se não haverá também uma questão com isso. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, para confessar que em relação aos prazos, neste momento não tem nenhum elemento em relação a isso, mas o que lhe parece claro é o seguinte. Para já, a conferência de líderes é como disse e muito bem, um órgão consultivo. Portanto, a decisão final cabe sempre à mesa e neste caso à Presidente da Assembleia Municipal. Eu parece-me que é de compreensão generalizada que do ponto de vista político e no cumprimento das funções desta Assembleia, que é comparavelmente melhor que seja possível realizar, desde que sejam cumpridos naturalmente todas as exigências e procedimentos formais, realizar a sessão com a presença da senhora Presidente, como de resto é o desejo que ela própria manifestou desde logo. Aliás, eu permito-me senhor deputado fazer esta observação que é o seguinte. Essa decisão e esta vontade da senhora Presidente em estar presente que está na origem desta marcação, vai ao encontro do desejo e de uma posição que tem sido reiteradamente defendida, nomeadamente pelo senhor deputado e muito bem, segundo a qual é sempre preferível fazer tudo para que a senhora Presidente da Câmara esteja presente. Ora, nós estamos numa situação em que é precisamente isso que se pretende e pelos vistos se consegue, que é a conciliação entre o desejo expresso da senhora Presidente em estar na reunião e naturalmente o interesse e o desejo de todas as bancadas, nomeadamente a de Portimão Mais Feliz, de que a senhora Presidente esteja. Portanto, eu parece-me que se estiverem e estarão decerto cumpridas todas as exigências formais, nada obsta a que a reunião seja no dia 9 de maio. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que sobre esta matéria, que é muito importante que a senhora Presidente esteja presente, o que não também significa que os trabalhos não possam ser realizados, quando há informação escrita da Presidente, no mandato anterior quando foi o orçamento. Portanto, eu desconfio um bocadinho da vontade da senhora Presidente estar presente, mas é efetivamente verdade que a conferência de representantes é um órgão consultivo, o regimento não o é, e havia uma nota e era para ser dita à senhora Presidente da Assembleia, mas também não está, mas o artigo trinta e cinco o ponto quatro diz, e passo a ler. «as sessões cuja ordem de trabalhos não tiver sido esgotada na primeira reunião, poderão continuar em dias úteis subsequentes, sendo a convocatória feita verbalmente no fim da reunião e por via telefónica em relação aos membros ausentes». O que eu quero dizer com isto é o seguinte, eu não discordo e se formos contabilizar o número de faltas, estou muito confortável relativamente a qualquer pessoa que tenha sido eleita



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



neste mandato e no anterior, mas dizer o seguinte. Até pode ser dia nove, podem marcar para dia vinte e nove, podem marcar para julho que eu cá estarei. A questão é que, peço à mesa e que fique registado em ata, que não é o dia dois e depois na semana a seguir o dia nove, porque pode haver compromissos a trezentos quilómetros de Portimão que impeçam, que situações inadiáveis de representação do município. É visto que tudo funciona, hoje funcionou pontos que eram da senhora Presidente. Agora, há mínimos olímpicos que temos que cumprir, não é a pista olímpica, porque isso Portimão não tem, mas o mínimo olímpico é não esquecermos que há um órgão consultivo que é para ser consultado, mas há uma coisa que não é consultiva, é para ser cumprido, e face ao exposto, dizer que estamos a incumprir o regimento da Assembleia. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, para dizer que regista a posição do deputado Carlos Martins, que de resto ficou em ata como pretendeu. Eu recordaria só que a data de nove de maio tinha sido uma das datas consideradas como, pelo menos ninguém terá manifestado nenhuma incompatibilidade, tanto que ela ficou no horizonte, como sendo uma das datas possíveis de continuação desta reunião. Ora, parece-me que se fosse escolher uma data que não tinha sido previamente admitida como desejável em sede de reunião de conselho de líderes, sim isso seria até incompreensível. Não é, porque essa data foi colocada como uma data, se era a segunda sessão da reunião, ou se era a terceira sessão da reunião, o que me parece é que em termos substanciais e políticos, o que é mais importante é que essa data estava prevista, essa data permite a conciliação de dois interesses fundamentais, o desejo da senhora Presidente estar presente e o desejo das diferentes bancadas de que a senhora Presidente esteja presente. A data foi referida e, portanto, eu pessoalmente, salvo melhor opinião, não vejo neste momento pelo menos, nenhum argumento que possa refutar esta possibilidade. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, só para terminar e para precisar uma coisa que disse. Daquilo que eu percebi, só para que fique claro, o adiamento de dia 2 para dia 9, decorre do pedido da senhora Presidente de Câmara para poder estar presente na segunda reunião desta sessão ordinária. É isso, não é? -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, para dizer que foi essa a informação que lhe foi dada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que então nessa medida, embora continuem a achar como disse na intervenção anterior que deveria de ser



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



consultada a conferência de representantes, de acordo com o que está no regimento e com as competências dessa conferência, nessa medida, de acordo com essa explicação que agora foi confirmada, não têm nada a opor que a reunião continue no dia nove, só por esse motivo. -----

----- Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram Zero horas e vinte cinco minutos, o Presidente da Assembleia Municipal, em exercício Carlos Café deu por concluída a 2ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e dois, realizada no dia vinte e nove de abril, e desde logo ficou agendada a continuação dos trabalhos para o dia nove de maio, no mesmo horário e local, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento.-----

-----Ata nº 3/2022-----

-----2ª Reunião da 2ª Sessão ordinária de 2021 – 1ª Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 09 de Maio de 2022 -----

-----Aos nove dias do mês de Maio do ano de dois mil e vinte e dois, em cumprimento da convocatória, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em 2ª reunião da Sessão Ordinária, realizada no Auditório do Museu Municipal, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a presidência da sua Presidente, **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvado por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia. -----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz"



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



	(CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Cristina Maria de Sousa Velha	Partido Social Democrata
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança
Daniela Marlene da Conceição Duarte	PAN
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	Bloco Esquerda
Luís Filipe Lourenço Custódio	CHEGA
Carlos Alberto Osório	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Cristiano Malha Gregório	Partido Socialista
José Luis Mateus Barbudo	Partido Socialista
Raquel Gonçalves Bernardino	Partido Social Democrata
Alzira Maria Maçãs Calha	Partido Social Democrata
Rui Filipe Duarte Norte	Partido Social Democrata
Filipa Maria António Marques	Partido Social Democrata
Maria da Luz Santana Nunes – Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Ivo Miguel Inácio Carvalho– Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes – Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista

----- Não esteve presente a senhora Deputada Municipal independente Ângela Venâncio Quadros, por motivos de saúde. -----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	Força Política
Maria Manuela Santos Trigo	CHEGA



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----De acordo com o artigo 11º do Regimento da Assembleia Municipal, pediu Renúncia de Mandato na data de 3 de maio de 2022, a senhora deputada municipal Maria Manuela Santos Trigo, pelo que foi chamado a assumir as funções de membro afetivo o senhor Luís Filipe Lourenço Custódio. -----

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PSD	Pedro Américo Mateus	1	09/05/22	Raquel Bernardino
PS	Joaquim Paulino Duarte	1	09/05/22	Cristiano Malha Gregório
PS	Sheila Tomé	1	09/05/22	José Luís Barbudo
PSD	Natalino Alves	1	09/05/22	Filipa Marques
PSD	Vítor Couto	1	09/05/22	Rui Filipe Duarte Norte
PS	Pedro Moreira	1	09/05/22	Alzira Calha

----- A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes	Presidente – Partido Socialista
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista
Filipe Mesquita Vital	Vereador – Partido Socialista
João Vasco Gambôa	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Ana Maria Chapeleiro Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA

-----Por parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não esteve presente: -----

Luis Manuel de Carvalho Carito	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança
--------------------------------	---

----- Quando eram vinte e uma horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta **a 2ª reunião da 2ª Sessão Ordinária de 2022**, cumprimentando todos os presentes, deixando uma palavra de agradecimento ao Dr. Carlos Café, pelo facto de ter presidido à primeira reunião na semana anterior. Em seguida, transmitiu que houve uma renúncia de mandato da senhora deputada municipal Manuela Santos Trigo, por motivos profissionais, portanto vai-se deslocar do município de Portimão, e por esse facto, deu posse ao senhor Luís Custódio, há pouco, que será o novo membro efetivo do Partido Chega. Em seguida, informou que iria passar a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal, uma vez que a senhora Presidente pediu uma intervenção no início dos trabalhos. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que antes de mais, queria agradecer à Assembleia o facto de ter permitido que a Assembleia fosse marcada para o dia de hoje. Porque eu fazia questão de estar aqui na apresentação das contas. De qualquer forma, as coisas nem sempre são como nós queremos e eu esqueci-me, de que hoje era o dia da Europa e a única comemoração do dia da Europa que há em Portimão, vai decorrer agora na casa Manuel Teixeira Gomes, é promovida pela escola de música de Portimão e pediram-me obviamente para às dez horas ir lá dizer umas palavras. Como sabem, eu sou membro do comité das regiões e tenho responsabilidades acrescidas, porque sou membro do BUREAU e a coordenadora da delegação nacional. Portanto, mal me ficaria, penso que todos concordam comigo, não ir lá dizer umas palavras e acho que hoje é mais importante que nunca falar da Europa democrática e falar da Europa que nós todos queremos defender e que queremos cada vez mais forte, para lutar contra os problemas que possam aparecer. Aliás, esta iniciativa é inclusivamente no âmbito do Erasmus. Portanto, a escola de música tem Erasmus, candidatou-se ao Erasmus, tem gente aqui de fora a aprender com eles e os nossos estudantes vão lá fora também. Infelizmente neste momento já não podem ir a Inglaterra, porque o Reino Unido acabou com o Erasmus, mas temos uma boa notícia que, por exemplo, os Países Baixos criaram uma medida exatamente idêntica à do Erasmus, para permitir que os jovens possam ir para os Países



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Baixos, para poderem também praticar obviamente e fazer o mesmo que fariam se tivessem Erasmus. -----

----- Devo dizer-vos que a dotação, aliás, tive uma reunião exatamente nos Países Baixos e a informação que recebemos, foi que a dotação é de sessenta e cinco milhões de libras, não é euros, sessenta e cinco milhões de libras para poder providenciar nesta nova modalidade e, portanto, é o *el stade*, é assim que se chama o novo programa criado pelos Países Baixos. Portanto, queria-vos pedir mais uma vez desculpa naturalmente, mas infelizmente as coisas são como são e eu não consigo desmultiplicar-me e, portanto, quando eu me for embora cinco para as dez, ficará aqui o senhor Vice-Presidente e os senhores vereadores que certamente darão conta do recado, têm a minha total confiança e, portanto, as coisas correrão bem com certeza, e agradecer mais uma vez o facto de terem acedido a esta alteração, infelizmente calhou logo neste dia também e, portanto, mas eu não quis deixar de estar aqui para vos dar esta explicação e também para fazer este agradecimento. Senhora Presidente, muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que é muito breve. Senhora Presidente de Câmara, eu compreendendo aquilo que a senhora acabou de explicar aqui à Assembleia e não pondo em causa a importância e a relevância do dia da Europa, particularmente no momento em que vivemos, senhora Presidente da Assembleia, queria lembrar que a senhora Presidente de Câmara antes de fazer parte do BUREAU do comité das regiões da União Europeia, era Presidente de Câmara, e só é membro do BUREAU, porque é Presidente de Câmara e, portanto, a reunião foi agendada para hoje para que, e foi com a anuência das bancadas, para que a senhora pudesse estar presente e participar na discussão da prestação de contas, e que queria lamentar em nome da Assembleia, que esse evento do dia da Europa se sobrepusesse às obrigações que tem enquanto Presidente de Câmara de estar aqui e de prestar esclarecimentos e responder perante a Assembleia. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Cristina Andrez Guerreiro**, para agradecer a intervenção do senhor deputado e dizer que regimentalmente estão no período da informação escrita. Eu dei-lhe a palavra, foi feito, a senhora Presidente explicou, a explicação está feita, e eu penso que não haverá grande discussão sobre a explicação, a senhora Presidente sabe muito bem quais são as suas competências, sabe porque é que foi eleita no comité das regiões e, portanto, acho que explicou e cada um aceitará ou não a justificação. Agora, não é em nome da Assembleia, é em nome da sua força partidária, era isso que eu queria dizer. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que era isso que ia perguntar, se falava em nome da Assembleia obviamente. Portanto, fala em nome de duas pessoas. -----

----- A senhora Presidente da assembleia Municipal, **Isabel Cristina Andrez Guerreiro**, informou que iriam continuar com o ponto 3- **APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO** nos termos do artigo 25º nº. 2, alínea c) da Lei 75/13 de 12 de Setembro. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que ainda volta outra vez à questão da PSP. Vieram-me contar mais situações sobre a requalificação da PSP, e eu questiono aqui... disseram que agora a licença ia terminar e ia ser a licença por mais três meses, penso eu, não sei se ouvi bem se era mais três meses, mas julgo que as coisas são muito mais complicadas que isso, estamos a ver que se calhar é capaz de ficar aquilo tudo embargado, salvo seja. Não sei, foi o que me vieram contar, eu não posso falar mais sobre isso, mas eu estou a desconfiar que aquela situação daquela obra vai ficar muito pior do que ao que está, e gostaria de saber o que é que a Câmara pretende, porque é uma obra essencial para a PSP. A PSP é essencial para Portimão, e nós gostaríamos, o Bloco de Esquerda recebeu uma carta como todos receberam da associação dos profissionais da PSP, estamos preocupados e gostaríamos que esse problema ficasse resolvido o mais rapidamente possível e que também que aquelas obras que eles querem fazer, que é uma sala para receberem pessoas que essa obra fosse realizada e que mantivesse os níveis que aquela sala merece, com ar condicionado e com as competências para as pessoas poderem receber as pessoas e fazerem o seu trabalho. -----

----- Outra situação que eu pergunto aqui, mais uma vez, isto é repetitivo, mas também quando andávamos aí nas eleições, fomos também outra vez ao bairro do Palácio e vimos lá que foram plantadas várias árvores, árvores que já não existem. Está lá o cartaz, mas as árvores não existem. Eu gostaria de saber com que dinheiro foi feito aquilo, e que agora já não existem e o que é que vai ser feito daquele projeto. Mais uma vez são as preocupações que nós temos, foi o plantar de árvores que eu não as vejo lá e sei que foram muitas, o meu camarada é que ficou com esse pelouro e poderá explicar melhor. Gostaríamos de saber o que é que vai ser feito e o que é que é feito das árvores e o que é que vai ser feito daquele terreno. Para já fico-me por aqui. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, relativamente à PSP, como o senhor deputado



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



municipal sabe, nós somos apenas barriga de aluguer. Agora, o que eu lhe posso dizer, é que já falei com o novo ministro da administração interna, alertei-o para o problema que tínhamos aqui e ele prometeu-me que ia analisar a situação e possivelmente até fazer uma deslocação aqui para ver o que é que se passava. Portanto, eu já falei com o Dr. José Luís Carneiro, no sentido de verificar se de facto há verba para se avançar com as restantes obras, porque eu acho que é uma pena estarmos a investir numa área e deixarmos o resto das áreas. Naquela altura obviamente, a informação que nos foi dada, é que não havia mais dinheiro. Aliás, eu devo dizer inclusivamente que a dotação inicial era de oitocentos mil euros. Depois, veio cá a senhora secretária de estado e viu que de facto com oitocentos mil euros não era possível fazer as obras que eram imprescindíveis e, portanto, aumentou a verba, mas mesmo assim é uma verba insuficiente para fazer uma casa como aquela que todos nós pretendemos. Portanto, eu espero que o Dr. José Luís Carneiro, atual ministro da administração interna se mostre disponível para o mais rapidamente possível analisar o processo e dar a resposta que nós pretendemos, mas posso-lhe dizer que já falei com ele. -----

----- Quanto ao palácio e projeto para o palácio, obviamente que nós temos ideias para o palácio, toda a gente sabe, não é? Agora, as árvores não sei o que é que lhes aconteceu, sinceramente não sei o que é que lhes aconteceu. -----

----- Quanto ao projeto, chegará a altura em que nós vamos discutir esse projeto, primeiro no executivo e depois aqui na Assembleia Municipal e penso que os membros desta Assembleia Municipal ficarão satisfeitos com a ideia que há para aquele terreno. Portanto. Tanto mais, aliás, há uma coisa que todos nós sabemos que é um parque urbano. Portanto, aquilo tem que ter muitas árvores, tem que ter ali um espaço atrativo para os cidadãos. Agora, depois o resto obviamente... nós neste momento o que estamos a fazer é o destaque, estamos a destacar aquela área que pode ser construída, da outra área que era para equipamentos. Os equipamentos como sabe era o campo de futebol, era uma piscina olímpica, era um centro comercial, portanto era uma área muito grande. Naturalmente que pode haver alternativas que sejam melhores para Portimão, como por exemplo e eu vou dar-vos aqui e deixar já aqui uma porta aberta, porque não construir ali um campus universitário, que Portimão bem precisa e, portanto, um campus universitário naquele espaço seria a cereja no topo do bolo como se costuma dizer. Também posso dizer que já tivemos reuniões com o senhor reitor, já lhe dissemos que oferecemos o terreno necessário para a construção do campus universitário, oferecemos obviamente, naturalmente que depois o executivo dirá e a Assembleia Municipal também, mas acho que é uma boa permuta, a gente dá o terreno e eles constroem o campus universitário. Não é polo,



atenção, e eu frisei bem, campus universitário, dedicado mais às áreas tecnológicas que têm a ver por exemplo com os desportos motorizados, às engenharias tecnológicas e outras obviamente, não é, mas não há no Algarve esse tipo de engenharias. Como sabem também, e já me foi dito por diversas vezes, cada vez que há uma prova, uma prova mesmo das mais pequenas no autódromo, é preciso virem engenheiros de fora. Ora, se nós tivermos aqui gente devidamente formada para poder dar o apoio, naturalmente que é emprego garantido para essas pessoas e sobretudo são empregos de qualidade, que é uma coisa que nós precisamos, e também como queremos diversificar a economia, é também uma forma de o fazer, porque como sabem, o autódromo também tem um espaço para polo tecnológico, e se conseguirmos instalar a primeira empresa, estamos a trabalhar nisso, no polo tecnológico, e devo dizer que essa empresa já tem fundos comunitários para se poder instalar, e se instalar a primeira, depois as outras virão a seguir e, portanto, há aqui digamos uma outra área, esta área nova na qual estamos a trabalhar, e que esperamos que tenhamos sucesso. Não sei se vamos ter, se não vamos ter, ó senhor deputado municipal, mas se não tivermos não é por nossa culpa, porque nós temos feito todas as diligências, todas as démarches para que essas coisas aconteçam, e isso seria uma coisa muito boa para Portimão. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que vai iniciar com um alerta, que é apenas regimental e que já o tinha dito na última reunião, mas quer que conste em ata, porque nada e até acha bem que a senhora Presidente de Câmara esteja no evento sobre a Europa e acha mesmo sem qualquer tipo de ironia para que conste, mas são aqueles imprevistos que ocorrem a quem é edil de uma cidade como Portimão e que tem uma dinâmica muito própria e dias a cumprir. -----

----- Aquilo que gostaria de salientar e inclusive para este ponto havia um modelo de intervenção que é preparado com um *gap* de mais de dez dias de interrupção dos trabalhos, fica inevitavelmente estrangulado e alterado, perde o fulgor que tinha à data que iria ser dito, mas salientar que o regimento em vigor diz, e que fique em ata o ponto quatro do artigo trinta e cinco, cito. «as sessões cuja ordem de trabalhos não tiver sido esgotada na primeira reunião, poderão continuar em dias úteis subsequentes, sendo a convocatória feita verbalmente no fim da reunião ou por via telefónica em relação aos membros ausentes». Quero com isto dizer que nós podemos ter sempre a maior boa vontade em atempadamente conseguir ter que a agenda seja favorável naturalmente ao executivo, porque nós queremos é debater com o executivo presente, com a Presidente de Câmara, com a Presidente da Assembleia e sabemos isso. Mas salientar que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



embora tenha sido aceite, com vinte e quatro horas de informação, a forma com que foi feito, permitam-me e prefiro que a senhora Presidente de Câmara esteja presente que não haja a mínima dúvida disso, não foi a mais correta, e o regimento prevê inclusive que não devia ter sido feito assim, mas agora agarrando em pontos... -----

----- Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Cristina Andrez Guerreiro**, ó senhor deputado permita-me só uma coisa. Nós tivemos hoje uma conferência de líderes e se não foi levantada essa questão, e foi pedido na altura e eu não estava cá, como já justifiquei e penso que teria sido simpático que tivesse sido abordada essa questão na conferência de líderes, apesar de ter sido outra a matéria, mas podíamos ter falado sobre isso, e penso que está registado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que pode-lhe responder. Muito simples, eu abordei na última reunião, abordo nesta porque é a consequente, e a conferência de líderes foi sobre as comissões, eu adaptei-me ao tema, não fiz furo. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Cristina Andrez Guerreiro**, para dizer que pensa que por uma questão de lealdade democrática, podiam ter discutido essa situação e ela teria aceite obviamente aquilo que teria a dizer e provavelmente... não o vou agora responder e, portanto, eu acho que a responsabilidade é da mesa não é da senhora Presidente, a senhora Presidente fez um pedido e a mesa aceitou esse pedido e, portanto, a responsabilidade não é da senhora Presidente, é da mesa. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que sim e confirma aquilo que disse e subscreve. Mas voltando agora aos pontos, tinha primeiramente três questões a colocar. Portimão tem previsto e muito bem, nós somos favoráveis a que a iniciativa privada escolha Portimão para realizar eventos, três eventos, dois de média dimensão, um de grande dimensão, no areal da praia da Rocha. A questão e inclusive sobre uma questão de mobilidade, na última reunião desta sessão, a bancada do Partido Socialista falou muito em estudos, no que é que nos baseávamos, e eu gostaria de saber quais os estudos já efetuados relativamente à avenida Tomás Cabreira, à Bartolomeu Dias, que é a adjacente e, portanto, vão ter claramente afluência de tráfego maior, não sei se serão cortadas, se podem responder relativamente a isso e inclusive à ocupação do areal, porque há dúvida por parte dos estabelecimentos comerciais se o areal fica interdito, se não fica interdito, qual a dimensão e não nos podemos guiar pela espuma dos dias das redes sociais sobre isto, é



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



preciso termos essa consciência para podermos também nós enquanto autarcas da oposição em nosso exercício de funções elucidar as pessoas. -----

----- Relativamente a uma questão que nos últimos anos em virtude da pandemia foi naturalmente afetada de formas diferentes, a pandemia ainda cá está, mas é relativamente aos estacionamento, perguntar se haverá alguma alteração relativamente a períodos pagos, testes de tempo máximo e mínimo de ocupação de via pública com estacionamento automóvel e quais as zonas abrangidas, dado que já estamos em maio e os próximos meses serão críticos e esperamos que escolham muitos milhares ou milhões de pessoas de Portimão para desfrutar com as suas famílias, ou sozinhos, ou como entenderem, com pessoas que mal conhecem, Portimão para estar, e por fim, uma questão mais solene, mas que salientamos a solidariedade perante o município face àquilo que é público, veio a comunicação social nacional trazer a matéria da associação dita, saliento dita, nada sei sobre isso, pró-russa Capela em Portimão, e salientar que manifestamos solidariedade perante o município face àquilo que foi exposto publicamente, mas perguntar em sítio próprio e não querendo aflorar o assunto, porque há matérias que devem ser feitas noutros fóruns, e dizer que pelo menos o Partido Social Democrata estará disponível, se necessário em reunião de Câmara, para juntamente com o executivo Socialista, porventura interpelar à associação e conseguirmos mais cabais esclarecimentos à porta fechada e com quem de direito, para ser tratado com a devida dignidade, porque estamos a falar de pessoas e não estamos a falar de capas de jornais sensacionalistas que às vezes gostam muito de pegar nestas matérias, mas acho que é uma matéria pertinente e importante para o município e salientar a solidariedade face àquilo que se conhece da bancada do PSD, mas sobretudo a importância e proeminência de termos um espaço em que neste caso os vereadores eleitos pelo PSD estarão também disponíveis para em reunião dita para o efeito, trabalhar esta matéria. Para já, disse, obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, bom, relativamente à primeira pergunta e relativamente ao tráfego, eu não lhe posso responder neste momento, aliás, penso que provavelmente o meu colega Filipe Vital, ou o senhor Vice-Presidente Álvaro Bila, saberão responder. O que posso dizer, é que os empresários foram todos contactados, todos aceitaram e estão extremamente confortáveis com aquilo que se vai fazer ali, até porque eles só têm a ganhar. Porque este ano, por exemplo, o acesso ao molhe está garantido, portanto não vai ser cortado o acesso ao molhe, a zona de banhos junto ao mar, vai continuar a ficar livre em toda a orla costeira e em toda a praia da Rocha, vai inclusivamente ser construído um passadiço em torno do evento que é para



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



as pessoas poderem passar e depois poderem ir para a praia se quiserem. Portanto, toda a gente se manifestou muito satisfeita com a vinda dos três festivais, toda a gente e foram todos ouvidos. É a informação que eu tenho. Repare senhor deputado municipal, se não for assim, eu tenho que naturalmente chamar a pessoa que me deu a informação, ou as pessoas e dizer que não é bem assim, se me conseguir trazer alguém que não fosse contactado, não é? -----

----- Depois, a ocupação da via pública, eu vou deixar para o senhor vereador e, relativamente à Capela, nós não temos nada a esconder, nem a Capela. A Capela é uma instituição que está a trabalhar no município há vinte e tal anos, e há vinte e tal anos que a Capela faz a ligação com todos os países de língua russa por assim dizer. Agora, a senhora é moldava, não é russa. -----

----- Ela foi sempre a intérprete, ou maioritariamente das vezes foi a intérprete do SEF. Eu não posso dizer com quem falei, agora posso dizer que tive o cuidado de falar de imediato com um elemento do SEF que me disse que nunca tiveram a mínima desconfiança da senhora. Portanto, o que é que ela faz. A única coisa que ela faz, não é aquilo que se passa em Setúbal, em que é a senhora que atende, quem atende é o CLAIM, o nosso CLAIM que são as nossas técnicas e que fazem o atendimento. A senhora limita-se a fazer a tradução, isto é, elas fazem as perguntas, ela traduz para ucraniano e depois dá a resposta. Portanto, é aquilo que a senhora faz, a senhora não tem fichas, a senhora não preenche fichas, a senhora não tem acesso a dados, nada, é isto que acontece. E claro que faz a tradução quando necessário, se não for necessário não é chamada, porque há pessoas que vêm com outras pessoas que já cá estão há mais anos e, portanto, que já falam português e essas já nem precisam de tradução. Mas posso-lhe dizer que nós temos uma comissão que funciona todos os dias até porque temos um grupo no WhatsApp, onde pomos todos os problemas e todas as questões e reúne semanalmente. Não é costume eu assistir a esta reunião, assisti à primeira e depois é a senhora vereadora que tem acompanhado este processo. Fiz questão de assistir a esta última. Desta comissão faz parte o SEF, fazem parte as forças de segurança, faz parte o emprego, a segurança social, a Câmara obviamente, o Alto Comissariado, portanto desta comissão faz parte a proteção civil, o centro hospitalar, o centro de saúde. Toda esta gente faz parte desta comissão, e eu fiz questão de assistir à última e questionei se alguém tem alguma dúvida acerca da dona Ludmila, é assim que ela se chama, e toda a gente disse que não tinha a mínima dúvida, toda a gente deu o apoio à Ludmila. A senhora foi uma vez à Rússia, porque têm um grupo de folclore e foram convidadas, como foram convidadas a ir a outros países também foram convidados a ir à Rússia apresentar o folclore. Portanto, este foi o contacto, de acordo com aquilo que a senhora nos diz, e devo dizer que



ninguém me apresentou nenhuma prova de que a senhora tivesse qualquer contacto com a Rússia. Eu pedi! Se alguém tem provas, então que apresente, e vou-lhe dizer mais, nós tivemos uma pessoa ligada a outra associação de ucranianos, que quando nós tínhamos recolhido os alimentos e os bens que estavam nos bombeiros, e está além o Luís Mestre, senhor comandante, essa senhora, que também é de uma associação ucraniana aqui do Algarve, entrou pelos bombeiros dentro e foi dizer, «isto aqui é tudo meu, eu vou levar isto tudo, eu é que mando». Claro que nós dissemos, «não, a senhora aqui não manda nada, porque quem vai mandar estas coisas somos nós», e nós pagámos um camião, alugámos um camião e fomos levar onde nos disseram que eram necessárias. Mais, essa senhora até queria receber dinheiro e nós dissemos aqui não há dinheiro para ninguém, aqui há bens, não se recebe dinheiro para nada. Portanto, eu não sei se fui bem clara, senhor deputado municipal. Garanto-lhes uma coisa, se eu tivesse a mínima dúvida que fosse, eu era a primeira a tomar a atitude drástica de dizer, sim senhor, esta senhora não pode nem deve continuar. Aliás como sabe, e toda a gente sabe, nós não temos funções de inspeção, ou de estar a inspecionar se a senhora é isto ou se é aquilo. Agora, o que posso dizer, é que ninguém apontou nada à Ludmila, ninguém, e o único trabalho que ela faz, é o trabalho de tradução quando nós precisamos. Portanto, ela não tem acesso a mais nada. Fui clara senhor deputado? Pronto, muito obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes e explicar que as reuniões têm estado a ser feitas, tanto com a PSP, como com a polícia marítima, dado que os festivais vão ser numa zona da polícia marítima. Vão ter o apoio da PSP, e têm estado a ser articuladas com o nosso coordenador de proteção civil, e até aqui não vai haver rua nenhuma fechada em Portimão, porque assim a PSP o entende. O que vai haver é no areal da praia da Rocha, como a senhora Presidente já disse, uma envolvente com um corredor de segurança por cima do areal, o areal vai ficar aberto, como o molhe também, e as reuniões têm estado a ser todas feitas tanto com os hoteleiros, com os apoios de praia e com a restauração da praia. É as reuniões que fizeram todos e que chegámos todos a acordo que os festivais eram importantíssimos, até pelo histórico do primeiro festival. Portanto, agora já conseguimos trabalhar muito melhor com as forças de segurança nas matérias que vão sendo desenvolvidas no dia-a-dia, e ainda esta semana vamos ter outra reunião. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que uma das perguntas que queria fazer era. Que nós todos sabemos que ao circularmos nesta



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cidade, deparamo-nos em diversas zonas, nomeadamente na zona da ARU e em alguns loteamentos, com a existência de estruturas aéreas de eletricidade e telecomunicações. Gostaríamos de perguntar para quando a Câmara em colaboração com essas empresas, pretende proceder à supressão destas infraestruturas, substituindo-as por uma rede de condutas subterrâneas. -----

----- Outra questão. Foi divulgado pelo Ministério da Coesão Territorial, sobre o orçamento de estado para 2022, que dos duzentos e um municípios elegíveis, só onze por cento é que formalizaram a receção das competências na área da saúde. O município de Portimão faz parte desses onze por cento. Tal recusa prendeu-se com o envelope financeiro proposto pela administração central. Os municípios que recusaram, justificaram essa recusa em virtude dos valores terem sido calculados à luz das despesas de 2018. No caso da Câmara de Portimão, pensamos que também foi a tabela a essas despesas de 2018. Por isso, gostaríamos de saber se o envelope financeiro que foi transferido para o município, vai ser suficiente para essa transferência de competências. -----

----- Tenho aqui ainda outra questão. Numa das últimas assembleias ordinárias, nós perguntámos se a Câmara, gostaríamos de saber se a Câmara já sabe em relação ao aumento da população de crianças e juvenil na Mexilhoeira, se já fez esse estudo, se já verificou isso e se sim, para quando a abertura da escola. -----

----- Existem aqui também várias artérias da cidade que em virtude do seu comprimento, e por existirem diversos cruzamentos, só têm a indicação das placas toponímias no princípio e no início. Gostaríamos aqui de sugerir que fossem colocadas placas de sinalização em cruzamentos e entroncamentos. Por agora é tudo. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, muito rapidamente, senhora deputada municipal, relativamente à área da saúde, nós recebemos as competências, e o que lhe posso dizer, é que no âmbito da transferência de competências, é obrigatório criar-se uma comissão de acompanhamento. Essa comissão de acompanhamento tem por função elencar tudo aquilo que não foi transferido e devia ter sido, tudo aquilo que devia ser feito e não foi, há semelhança daquilo que também aconteceu na educação e devo dizer-lhe que na educação por exemplo, detetámos que tinha havido um défice de transferência no âmbito das AEC's, imediatamente foi reportado ao ministério e o ministério repôs a verba que faltava. Portanto, há um compromisso por parte do governo, e eu que estive na negociação de todos estes diplomas, e o que lhe posso dizer, é que há um compromisso do governo em repor as verbas que tiverem sido transferidas a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



menos. Já agora, dar-lhe uma panorâmica geral, neste momento, está tudo a ser reavaliado. Portanto, neste momento, está transferência por transferência, área por área, a ser feita uma reavaliação, porque as contas que foram feitas, foram feitas a 2018, e obviamente que de 2018 para 2022, já muita coisa se alterou e, portanto, vamos ter aí um novo pacote com o diferencial daquilo que tem que ser feito neste ano, em 2022 e, portanto, os municípios vão ser ressarcidos daquilo que têm que ser ressarcidos. Há um compromisso por parte do próprio primeiro-ministro, eu sou testemunha, porque eu ouvi. -----

----- Depois, as placas de sinalização vou deixar para o senhor Vice-Presidente e a escola da Mexilhoeira, vou deixar para a senhora vereadora, porque não sei se ela já tem alguma informação. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que pensa que não é a escola da Mexilhoeira a questão, a questão é a escola da Figueira, certo? A escola da Figueira, neste momento estão a acontecer as matrículas, as matrículas iniciaram-se agora durante o mês de abril e terminam no mês de junho. Nessa altura é que vamos ver se temos excedente de meninos para abrir... vamos imaginar que temos só uma turma, primeiro ano a abrir, vamos imaginar que tínhamos meninos para duas turmas, não havendo espaço terá que se abrir outra escola. Até à data não temos essa indicação, portanto não temos meninos excedentes, a escola da Mexilhoeira dá resposta aos meninos da Figueira, por enquanto. Portanto, não temos meninos para abrir uma turma e não iríamos abrir a escola com uma turma, não é? Teria que existir outra solução ali para já na Mexilhoeira, até porque isso implica refeitório escolar, transporte de crianças e temos que pôr isso tudo em cima da mesa para darmos a melhor resposta à população estudante. Disse, senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **João Gambôa**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que sobre as placas da toponímia, como sabem, nos últimos anos foi feito um trabalho que até começou quando o vereador Pedro Xavier tinha esse pelouro, foi dar o nome a todos os arruamentos do concelho, principalmente nos loteamentos. -----

----- Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Cristina Andrez Guerreiro**, para dizer que não. Eu fui vereadora da toponímia e também na altura foram dados alguns. --- -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **João Gambôa**, para dizer que agora até se tornou aqui a prática no âmbito de licenciamento de loteamentos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



atribuir logo esses toponímicos, registar os lotes com nome de rua e número de polícia, logo de uma forma correta e evitar aqueles transtornos que todos ouvimos falar. São males que temos que admitir, mas penso que vamos no caminho de corrigir e acabar com essas situações. É evidente que as placas quando são colocadas, existe um critério e realmente existem ruas que têm vários cruzamentos e entroncamentos, e tem havido um critério nestas que agora colocámos em Alvor, na freguesia de Alvor, é natural que possa haver essa situação. De qualquer maneira, fica a nota que em arruamentos mais longos, se possa colocar nos entroncamentos e cruzamentos. De toda a forma, virá muito em breve a esta Assembleia, um regulamento de toponímia em que eventualmente isso ficará esclarecido. De qualquer maneira, muito obrigada pela sua participação. Obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para informar a Assembleia que se iria ausentar pelos motivos já apresentados. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que era só por causa da primeira questão que é das infraestruturas aéreas. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que se a negociação pudesse ser feita era já amanhã, mas como não conseguem e, portanto, os serviços estão atentos, têm registado aliás várias lacunas, até em muitos prédios que aquilo é cablagem por toda a parte, temos reclamado, mas mais do que isso não conseguimos fazer neste momento. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para perguntar se há algum futuro, ou alguma hipótese de a Câmara fazer acordos como há em outros municípios, com as empresas de eletricidade e de telecomunicações, para em consonância fazerem essa infraestrutura, que é no fundo enterrar. ---

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que tinha aqui uma questão do 1º. Direito à habitação com o PRR. O que é que a Câmara tem em questão sobre este assunto, se têm dinheiro disponível para a construção de fogos, habitação social ou renda acessível. -----

----- No estacionamento da praia da Rocha, como falaram aqui e eu por acaso não tive acesso por motivos, que não tive tempo para ir ver um projeto ali na mata da Rocha que estava em discussão pública, e não cheguei a ver esse projeto, mas agora queria questionar o seguinte. Quais são as contrapartidas que a Câmara vai ter em relação à construção da mata da Rocha,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ouvi dizer que era uma média de setecentos e vinte fogos, e nós vamos ficar sem aquele estacionamento que dão à cidade de Portimão, que muitas vezes até cobram dinheiro, no fim de contas às vezes estão lá instituições a cobrar dinheiro. Ultimamente, nestes últimos anos não estão, mas aquele estacionamento, se vai haver alguma contrapartida como houve naquele estacionamento junto ao Babylon. Qual é a contrapartida da Câmara, se fica ali com um estacionamento para a população, mesmo que tenha de ser pago, qual é a vantagem que a Câmara vai tirar daquele empreendimento, e na Gil Eanes, todos os dias há acidentes. O que é que a Câmara pensa fazer nos dois cruzamentos, um junto à farmácia e outro mesmo ao largo, junto aos correios, o que é que poderá fazer sobre essa situação para atenuar os acidentes e atropelamentos. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, só dos esclarecimentos face à primeira ronda de questões que coloquei, salientar que quando as fazemos nem sempre estamos aqui em divergência, como às vezes parece depois na resposta, e agradecer a explicação do senhor Vice-Presidente bem explícita sobre os eventos e, portanto, ficou esclarecido da mesma forma que aguardo pela questão do estacionamento nos meses de verão, e relativamente à questão da associação a Capela, acho que fica claro e evidente a importância de termos neste órgão autárquico local tão importante, um esclarecimento que foi claro, acho que inequívoco e, portanto, fica exposto para todos a informação que a senhora Presidente nos transmitiu, e é bom nós sabermos aquilo que ocorre em Portimão relativamente a essas matérias e não nos guiarmos por outras que às vezes não são bem a fonte mais credível. --

----- Tinha outra questão, e naturalmente não entrando em divergência, se bem que ideológica pode haver mas não nesta bancada, Portimão vai inaugurar mais uma grande superfície comercial, a Jom, que de facto é a primeira cá no Algarve, estive a ver e vai criar dezoito postos de emprego, tudo muito bem, dezoito postos de emprego e também é público que o grupo Mitiska REIM, vai abrir a nova vila *Retail Park*, com vinte e dois mil metros quadrados e dezoito lojas em Portimão. -----

----- A bancada do PSD e naturalmente que ideologicamente estou à vontade para dizer, é favoravelmente sempre, a que a iniciativa privada escolha Portimão e sabemos que isto advém de uma escolha política, de uma escolha de estratégia política de quem venceu eleições, e o Partido Socialista gosta muito de relembrar isso como se hoje não soubéssemos e, portanto, isto é uma escolha política que faz. Sendo uma matéria de grande relevância para a estratégia que Portimão delineia, gostaria de saber aproveitando a abertura da Jom, até porque aquela área envolvente tem atrás o centro de emprego, tem o terminal rodoviário, tem o Arena, poderia haver se fosse



outro partido se calhar outro tipo de estratégia para aquela zona, mas perguntar a quem de direito, qual a estratégia e a visão que temos, porque qualquer dia aquele mito que se criou das redes sociais de que Portimão a seguir Lisboa e o Porto era a cidade com maior número de grandes superfícies, se calhar qualquer dia não é mito, se calhar qualquer dia é mais real de facto de que muitas coisas que nós dizemos sendo verdadeiras e, portanto, sobre essa matéria, acho que é importante o município não passar naquela espuma dos dias de outras notícias, e assumir frontalmente que ideia tem, ou então pode não ter nenhuma, é legítimo, é uma estratégia também, mas o que é que pensa relativamente a esta matéria e não vou entrar aqui em questões simples e simplórias, às vezes que até descredibilizam quem os tem de comparar e criar aqui uma guerrilha entre o comércio local, não vou entrar nessa questão, isso caberá a quem de direito, mas perguntava sobre esta matéria, se há assente nestas duas grandes aberturas a nível de área, alguma estratégia para este mandato autárquico. Para já, disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria de Sousa Velha**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que apenas tem ali algumas questões que queria ver esclarecidas, espera que o executivo ainda possa responder às mesmas. Muito brevemente, uma das questões é, gostávamos de saber o que é que se passa com as obras no largo do Dique e do largo Primeiro de Dezembro, portanto aqueles prédios que foram adquiridos e que já foram demolidos, se já existe um projeto feito, quando começam as obras, se eventualmente sempre vai ser o tal trajeto viário para fazer a ligação, desviar trânsito, etc. qual é a situação atual. -----

----- Segunda situação, relativamente também a eventuais obras, é o que é que se passa com a situação do convento, se já foi adquirido, falava-se em contratos de promessa, enfim, há muito tempo que não oiço nada, gostava de saber qual é a situação atual. -----

----- Também ainda a ver com obras, último ponto que quero questionar, a situação do CRO, portanto ou do canil, qual a situação do canil e transição para o CROA, das obras, do investimento, enfim, como está a situação. Por agora tenho dito, obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que se calhar ia começar pelo fim, às perguntas do Bloco de Esquerda, e quanto ao largo Gil Eanes, o largo Gil Eanes, a passagem de nível do largo Gil Eanes vai ser fechada e logo sendo fechada, o trânsito vai ser muito menos naquela zona, porque vai levar um viaduto, quem vem da rua Infante D. Henrique antigas finanças volta à direita e vai dar à rotunda ao pé do Portimão Arena e, portanto, aquela zona agora estamos à



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



espera, que é para depois convertermos aquela zona, porque vai ter muito menos trânsito de certeza. -- -----

----- Da mata da Rocha, depois passaria então ao meu colega vereador João Gambôa e do 1º. Direito à senhora vereadora Teresa Mendes. -----

----- Quanto ao estacionamento e à pergunta do senhor deputado Carlos Martins, o estacionamento vai ser o mesmo do que foi o ano passado e, portanto, o que está previsto, é a mesma situação que aconteceu já no ano passado. -----

----- Quanto ao Jom e ao Retail, o Retail era um espaço, como todos sabem já tinha licença, ardeu, o executivo também já disse muitas vezes que grandes superfícies mais não quer, mas esta já tinha sido licenciada , e por isso também onde queremos fazer, ainda agora a senhora Presidente falou, naquela zona do antigo palácio também estava previsto uma grande superfície, e como também já a retirámos e porque não queremos mais grandes superfícies em Portimão deste campo. -----

----- Quanto ao largo do Dique, senhor vereador Filipe Vital, já existindo projeto depois fala. -----

----- Quanto ao convento, não há nada, não foi vendido, não há escritura nenhuma, não há nada e, portanto, o que lhe posso dizer, é que da nossa parte não temos conhecimento de nada e quanto ao canil, eu julgo que já na última Assembleia tinha dado esta informação. Quem perdeu o concurso, reclamou, já ganhámos em tribunal, está no Tribunal de Contas que é para iniciar a obra e, portanto, felizmente este processo está no bom caminho e pensamos que brevemente irá começar, vai ser assinado o contrato e irá começar.-----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, O 1º. Direito, a estratégia local de habitação que já veio a esta Assembleia e foi aprovada aqui há um ano, se calhar já vai fazer dois, não sei um ano ou não, penso que sim. De qualquer maneira, até 2024, temos a candidatura a PRR cerca de setenta milhões, Coca Maravilhas, Cabeço do Mocho, 25 de Abril e só, uma vez que o Vale da Arrancada é a custos controlados, apesar de termos ficado com vinte e sete apartamentos no Vale da Arrancada, e aí será para propriedade resolúvel, portanto não será propriamente para 1º. Direito. Nestes três outros que acabei de referir, Coca Maravilhas, Cabeço do Mocho e 25 de Abril, a previsão é a construção de cerca de quinhentas habitações, eu não tenho os números certos aqui, porque amanhã temos reunião precisamente sobre este assunto e por causa do PRR, candidaturas ao PRR com a senhora secretária de estado da habitação, mas todos os projetos, Coca Maravilhas, 25 de Abril , os projetos estão... até ao final de agosto temos projetos dos apartamentos de Coca



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Maravilhas e 25 de Abril entregues. Cabeço do Mocho, infraestruturas, à partida também praticamente desenhadas. Depois, é lançar obra já com candidatura com o IHRU, sendo que temos estado em constante articulação. Portanto, está tudo bem encaminhado para até ao final de 2024 estarem pelo menos estes construídos, que é com PRR. Tudo o resto temos em estratégia até 2030, e serão alvos de outras candidaturas. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **João Gambôa**, para dizer que ia tentar ser breve. Senhor deputado Pedro Mota, sobre o loteamento da Mata da Rocha, é propriedade do grupo Novo Banco, o loteamento foi aprovado, tendo em vista as normas e a legislação em vigor, portanto vai cumprir com a portaria no que toca aos estacionamento que tem que ter tanto públicos e depois fruto da emissão do alvará de loteamento, os necessários para que os edifícios tenham estacionamento eles próprios, e hoje em dia, fico muito satisfeito e posso-vos dizer que toda a gente que quer colocar projetos novos, todos os promotores que querem fazer projetos novos em Portimão tentam colocar o máximo de estacionamento possível e até mais do que aquilo que as portarias obrigam, sabem que e percebem que é uma mais valia para o promotor e, portanto, têm mais rentabilização económica ao criar estacionamento, sendo que neste loteamento foi discutido no passado, e quando cá cheguei já tinha sido feita essa negociação. Além de um grande espaço verde que vamos ter no centro do loteamento que portanto todos podemos usar, existe um espaço de cedência para equipamento que está previsto fazer um silo automóvel, que é precisamente aquele espaço ali em frente, é como eu consigo identificar onde era a taberna do Filipe, onde se desce para a marina, todo esse canto permite fazer um silo automóvel com entrada pela rua de cima e tem um desnível na ordem dos quatro cinco pisos e, portanto, estão previstos por ali um extra de quinhentos estacionamento que bem falta faz. -----

----- Dar só duas notas que são coisas que é mais recente, o senhor Presidente ainda não tinha dado conhecimento. Do ponto de vista informal, sei que foi assinado um contrato de promessa de compra e venda do convento, mas só tenho certezas quando me aparecer um projeto de licenciamento na Câmara. Fizeram-me muitas perguntas, disseram-me que sim, mas também não tinha que saber, também não tinha que ver. -----

----- Relativamente à Jom e às áreas comerciais, deixem-me só acrescentar aqui duas notas, só para perceberem o que é que se está a passar. O deputado Carlos Martins é bem mais novo do que eu e se calhar nas ideologias políticas. Os terrenos quando são privados e as regras que estão nos instrumentos do território o permitem, não é a Câmara que pode proibir, ou vai obrigar a fazer residencial, ou comércio, ou turismo. Não pode, as regras estão ali, a Câmara não



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



deixa fazer aqui a uns e deixa fazer acolá a outros, temos que tirar este mito da cabeça, porque não é isto que existe, mas a Câmara Municipal sempre que pode, tem atuado nesta área. O plano que estava previsto junto ao hospital, fizemo-lo cair e estava previsto numa grande área comercial, a outra área comercial que estava prevista num plano, já o senhor Vice-Presidente deu a explicação. Posso-vos dizer que tive uma reunião há pouco tempo com os proprietários do Continente, porque não é a Sonae, é um fundo, em que me perguntaram o que é que eu achava de ampliar a loja, criando a loja, edifício do centro comercial Continente, o velho centro comercial com mais lojas, e eu mesmo podendo, disse que não via com bons olhos, tudo o que sejam áreas comerciais fechadas, em que as pessoas possam entrar e passar lá o dia todo e sair ao final do dia não me parece que seja estratégia. Portanto, é muito diferente de uma loja isolada, em que mesmo que recebam pessoas de fora, portanto as pessoas vão à loja e podem eventualmente usufruir da cidade para outras questões, e também sem comentar sobre o comércio local e sobre estas grandes lojas que eu não lhes chamo grandes superfícies, eu próprio questiono-me se não abrisse a Jom hoje, porque abre esta semana, se voltávamos a ter a Porti Imóveis, ou se a Worten fechasse, se voltávamos a ter os Eletrodomésticos Santana e coisas deste tipo. -----

----- O que posso-vos dizer, é que cada vez que há mais lojas em Portimão, há mais concorrência, e para todos nós é mais fácil comprar eventualmente a preços mais baratos. Acho que todos se lembram também quando tínhamos só o Continente de Portimão e tínhamos os preços mais caros do país, eu lembro-me bem disto e, portanto, isto são factos, não são aqui leituras políticas, mas queria também deixar aqui esta nota. Posso-vos dizer para terminar, que já nem existem espaços em Portimão disponíveis para novas construções que permitam estas áreas comerciais, existe para aí mais um espaço ou dois, se tanto e no novo PDM e no novo regulamento, como ter oportunidade de opinar sobre isso, temos que ter uma estratégia, porque as pessoas também precisam de comprar comida, também precisam de ir aos supermercados, também precisam de comprar roupa, portanto as lojas e o comércio tem que existir. Em que moldes, em que dimensões e em que locais, temos oportunidade no PDM de todos opinarmos sobre isso e estabelecermos aqui um princípio e uma estratégia comum para isso. Obrigada, senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **Filipe Mesquita Vital**, senhora deputada municipal Cristina Velha, muito rapidamente, espero durante ainda o mês de maio, quando muito no princípio do próximo mês de junho, levar o projeto à reunião de Câmara para se lançar o procedimento concursal, a obra não se iniciará antes do próximo mês de outubro deste ano, portanto depois do verão, aliás, mesmo que se pudesse nunca seria antes do



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



verão, ou apanhando os meses de verão, íamos tentar sempre fazer essa obra durante os meses de inverno. Portanto, queremos lançar a obra já, para se iniciar outubro, novembro deste ano. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para agradecer ao senhor vereador, porque de facto, sinto-me tão mais jovem depois da sua intervenção com aquilo que me disse, que me sinto muito bem, mas também dizer que tínhamos que acabar por concordar, porque ideologicamente de facto não somos assim tão distantes, aliás, até somos muito próximos e partilhámos durante muito tempo as mesmas ideias e locais. Sobre esta matéria, dizer-lhe que ouvi com atenção, daria seguramente um bom debate mas não haverá tempo para isso, concordo com algumas coisas que diz, mas depois acabou de dizer o que eu ia dizer no fim, não há mais espaço, depende, porque se formos a ver que o executivo não toma partido político sobre a execução dos pedidos de informação prévia que tenha, sobre os espaços privados e os privados fazem aquilo que querem, então poderemos voltar a ter, basta aqui um grupo de privados comprar assim um lote grande e podemos ter. Mas eu percebi que a estratégia é assim um bocado nublosa e acho que todos percebemos, aliás eu achei piada a uma intervenção que vou ter que dizer, que é, cito, «o executivo já disse que não quer mais grandes superfícies comerciais. Então vamos abrir o Jom». Eu quando também não quero comer carne, permitam-me vou comer ali ao Chimarrão, como tem pouca, também lá vou. É muito parecido, é uma questão de coerência, mas eu percebo, mas portanto dar esta nota que fiquei muito esclarecido mesmo sobre a estratégia nestas matérias que o executivo socialista tem. Acho que todos ficaram, e qualquer munícipe sabe que em breve, dada a vontade do executivo, voltaremos a ter uma grande superfície, porque não queremos ter. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que gostaria de colocar aqui uma questão relacionada mais com a parte de investimento, e tem-se falado aqui do apoio da autarquia e do executivo relativamente a alguns eventos, nomeadamente esse que a senhora Presidente também abordou a propósito da praia da Rocha. Gostava de saber qual é que é em matéria de investimento e de apoio concretamente que a autarquia vai dar e de que retorno espera obviamente desse mesmo investimento. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, dizendo que na última reunião de Câmara o promotor esteve lá e já foi bem patente e o senhor vereador sabe o que é que aquele promotor tem ajudado e tem contribuído com a cidade. A nível da autarquia foi a isenção das taxas. -----



----- Depois, o que foi dito lá, é que já fez a doação dos primeiros desfibriladores na altura de Covid para o hospital para o Bom Samaritano. É isso senhora vereadora? Pagou três meses das despesas do Bom Samaritano e no primeiro ano que veio para cá pagou a passagem de ano que foram à volta de cento e vinte mil euros. Foram essas três ações que o promotor já fez e que vai organizar uma vez mais, mas o município não vai gastar nada com aqueles três eventos. Este ano, vai deixar uma torre que foi pedida pelos nossos nadadores-salvadores e foi isso que lhe foi proposto, mas com certeza que estará sempre disponível também para mais alguma iniciativa a nível social, mais de cariz social que possamos então lhe pedir e que ele estará disponível para colaborar. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para perguntar qual é que é a significância dessa abolição das taxas para a autarquia. Há um valor? -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que há um valor, o valor não foi calculado, mas pode-lhe fazer chegar e pode pedir para calcular o valor e fazer chegar, mas esse valor é o valor que decorre da ocupação dos metros quadrados do areal da praia da Rocha, e era só isso. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que segundo aquilo que depreendeu das palavras do senhor Vereador, existe aqui uma ação de cariz de responsabilidade social relativamente a este evento com a autarquia e com o município de Portimão. Além da responsabilidade social que é sempre interessante e muito importante, obviamente que nunca tem valor, mas sob o ponto de vista físico, isso acaba por ser um investimento, como é óbvio, mas a pergunta relativamente ao impacto que esse festival ou esses festivais têm na praia da Rocha, para a economia local existe alguma noção sobre isso? -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que existe. Esse levantamento está todo feito para a economia local, aliás, foi feito por uma empresa conceituada que não me estou agora a recordar o nome, mas podemos fazer facultar, porque isso foi apresentado na nossa apresentação quanto aos três eventos e, portanto, o retorno que tem para a cidade, o retorno que tem para os agentes económicos, isso está tudo contabilizado e podemos fazer chegar essa informação que acho que é importante até para todos os grupos políticos saberem qual é o retorno que vai trazer para a nossa cidade. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que pedirão também. -----

----- Eu iria colocar aqui duas questões também no mesmo seguimento. Por exemplo qual é o retorno esperado com este investimento agora a propósito dos noventa e cinco mil euros alocados à Plural, qual é o investimento e o retorno que a autarquia espera obviamente também deste investimento, se existem dados concretos sobre isso, da mesma forma colocava a questão, e obviamente não havendo dúvidas que é sempre interessante este tipo de investimento, qual é o retorno que a autarquia também espera sobre os trezentos e cinquenta mil euros, salvo erro duzentos e cinquenta mil euros, que também atribuiu à Parque Algarve a propósito do Moto GP. -

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Portimão **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que a nível da Plural e da novela que vai ser gravada em Portimão, o retorno, para já, o dinheiro que vamos investir é dinheiro que vai ficar em Portimão, porque foi o que foi, os orçamentos que foram pedidos tanto para a hotelaria, como para a alimentação da equipa toda que vai estar em Portimão. Portanto, é dinheiro que reverte para a economia local, e foi esse o apoio que o município vai dar e o retorno como todos nós sabemos das pessoas que veem aquela novela, aliás hoje, só hoje que vinham fazer a apresentação, tem sido uma data de gente a dizer que vê aquela novela, nunca me tinha apercebido que tanta gente vê a novela da TVI e que é uma novela mais vista a nível nacional e, portanto, o executivo nunca tem apostado muito no mercado nacional e acho até que com esta novela é uma boa projeção, uma bela montra que vamos dar no nosso município na TVI. -----

----- Quanto à Parque Algarve, acho que esse estudo também está feito a nível da Parque Algarve, mas o retorno é enorme, aliás só pela imprensa que vem cá a nível mundial e o retorno que traz e depois a publicidade que fazem para a nossa cidade e, portanto, de resto é tudo. Senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, só para dizer aqui duas coisas. Entretanto a propósito destes investimentos e destes retornos. Eu uma das coisas que li no plano orçamental da Parque Algarve, é que o orçamento salvo erro rondava os nove milhões e quinhentos mil euros, com um prejuízo previsto de três milhões e quinhentos mil euros e destes três milhões e quinhentos mil euros, a autarquia ia participar com duzentos e cinquenta mil euros. Também não vi no plano orçamental a participação de escala, ou seja, do concelho de Lagoa, do concelho de Silves, do concelho de Lagos, Monchique, ou seja, são tudo regiões que existem aqui à volta que também beneficiam claramente com esse evento. Penso eu que seria interessante, até pelo endividamento mais uma



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



vez que a autarquia de Portimão tem, que é uma das maiores do país e que mais uma vez e volto a referir isto, nós bancada do Chega e damos esse conselho ao executivo e à autarquia, mas é uma opção política, eu acho que devia de haver aqui uma obsessão muito grande pela diminuição da dívida. Provavelmente algum destes investimentos se não tivessem sido alocados, não serviriam nem mais nem menos para aquilo que iria a acontecer e o retorno, aliás, basta ver nalgumas das opiniões que são dadas aqui, que existe ainda uma pouca clareza e evidência sobre a situação. De qualquer das maneiras, a bancada Chega deixa aqui uma recomendação que é exatamente o executivo se tornar mais obsessivo naquilo que é a diminuição da dívida global e de cada um de nós. Recordo mais uma vez que nos últimos dez anos cada munícipe pagou cerca de setecentos e oitenta euros dos quarenta e seis milhões de euros só de juros pagos em dívidas neste concelho e, portanto, é claramente isto que é necessário pensar, mas isso é uma opção do executivo, é uma opção política, nós quando formos governo não faremos obviamente desta maneira, e enquanto não diminuirmos a dívida não descansamos e isto claramente tem que ser aqui uma opção deixada em cima da mesa. Tenho dito. -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** informou que se seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos **Ponto 4-a)** Apreciação e Votação dos documentos de prestação de contas individuais, relativos ao exercício económico de 2021 e proposta de aplicação de resultados, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 293/22.** -----

----- Pediu o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Portimão **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que o ano 2021, foi fortemente caracterizado mais uma vez pelos acontecimentos, pela manutenção das medidas de mitigação do Covid-19, nomeadamente com: -----

- - A criação de um fundo de apoio municipal, no montante de dois milhões; -----
- - Continuação do apoio social de emergência municipal, no montante também de dois milhões de euros; -----
- - Pela incorporação do saldo de gerência de execução orçamental de 2020 que ascendeu a vinte e oito milhões e a transferência de competências da administração central na área da saúde; -----
- - Também pela revisão do programa de reajustamento municipal e com a redução da taxa de juro, que passou de um vírgula setenta e cinco para zero vírgula noventa e cinco, cumprindo assim todas as medidas de racionalização da despesa e maximização da receita assumidas no contrato celebrado com o FAM; -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- - Continuação do controlo da dívida a curto prazo e a gestão da dívida a médio e longo prazo. É tudo senhor Presidente agora em exercício. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que em relação a este ponto senhor vereador, tinha algumas questões. Constatamos aqui da análise do relatório dos revisores oficiais de contas, que continuam aqui questões por esclarecer, a questão da reconciliação dos bens móveis e dos ativos, com um valor que ascende a quase onze por cento, a questão dos passivos contingentes também, continuam segundo percebi subavaliados, relativamente aqui às provisões, e os resultados também de algumas empresas municipais, ou melhor dito, empresas em que o município tinha participações com outros municípios, Rio Adentro e outros. Mas há aqui uma questão de fundo que está subjacente aqui a este resultado líquido de cerca de vinte e seis milhões de euros, que é a questão da carga fiscal, que enfim, que onera as famílias e as empresas do concelho, e que em grande medida, explica mais uma vez ano após ano e este ano não é exceção, apesar dos constrangimentos que o senhor ainda agora aí referiu, mais uma vez explica porque é que o executivo tem resultados líquidos positivos neste momento ou neste ano de vinte e seis milhões de euros mais ou menos, números redondos. A grande questão aqui que se coloca, é saber porque é que este resultado líquido positivo não é aplicado, nomeadamente na renegociação da dívida junto da comissão executiva do FAM, para conseguir condições mais vantajosas que permitam desagravar a carga fiscal que onera as famílias e as empresas do concelho. Eu bem sei, enfim, já estou digamos que habituado a essa narrativa trazida aqui pelo executivo que, enfim, amortizar antecipadamente um empréstimo do FAM não terá grandes vantagens do ponto de vista do serviço da dívida, porque a taxa de juro é relativamente leve, dizem os senhores e porque não permitiria também dizem, baixar aqui o limite de endividamento para níveis que permitissem depois uma renegociação das medidas que estão previstas no PAM. Mas a verdade, é que particularmente numa conjuntura que é muito adversa para as empresas e para muitas famílias, e ainda não sabemos infelizmente o que é que vem aí com a inflação, ou com a agora denominada estagflação fruto também da situação da Guerra da Ucrânia e dos efeitos que essa Guerra nos trará e já está a trazer, enfim, estava eu a dizer, não sabemos o que é que nos traz essa situação e essa conjuntura que é extremamente adversa e, portanto, seria avisado que numa renegociação que já devia ter sido encetada, pudesse ser aqui contemplada uma amortização antecipada do montante de um empréstimo, que permitisse nomeadamente aliviar ainda mais o IMI, que permitisse eventualmente eliminar a derrama sobre as empresas que têm lucro e que permitisse no fundo aliviar aqui uma carga fiscal



que é extremamente onerosa e que no fundo explica esta execução orçamental, porque na verdade se o município não tivesse as taxas e os impostos que tem, não teríamos uma execução fiscal desta ordem de grandeza, como é evidente e nem sei se teríamos resultados líquidos positivos, eventualmente teríamos mas não nestes números e, portanto, a pergunta muito simples senhor vereador, é quando é que o executivo vai encetar essas negociações, ou vamos continuar ano após ano, enfim, e para a comunicação social fazer grandes parangonas a dizer que mais uma vez tivemos não sei quantos milhões de resultado líquido positivo, mas enfim, todos os portimonenses sabem que é à custa deste garrote fiscal que ano após ano continua a onerar as empresas e as famílias, que depois estes resultados são obtidos, e a pergunta concreta que eu lhe fazia é, quando é que vão optar por amortizar antecipadamente o empréstimo e aliviar a carga fiscal sobre as famílias e as empresas do concelho. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que o Bloco de Esquerda vai, mais ou menos, ao encontro do que já foi dito aqui e estou a ver aqui os resultados de 2020 e 2021 e o passivo, houve uma baixa simplesmente de seiscentos e vinte e seis mil euros do passivo de um ano para o outro e depois temos fundos disponíveis de dezassete milhões, temos os tais vinte e oito milhões que transitaram, ou seja, mais uma vez estamos aqui, será que a oposição é que está toda errada. Num ano só se baixa a dívida seiscentos e vinte e seis mil euros. Eu acho que não vamos longe com este tipo de dívida, já foi dito aqui e mais uma vez, que vai onerar, quem está a onerar, quem está a pagar esta dívida com dois palmos e meio e muito mais, são os portimonenses e outra situação que também tinha visto aqui, também é os fundos tangíveis, temos aqui uma situação de onze por cento. Se estes onze por cento recaírem sobre os trezentos e noventa milhões de euros, são quase, estamos a falar aqui em quarenta e dois milhões de euros neste balanço. Por isso também alertamos para esta situação. Gostava de saber qual é a vossa política para esta dívida e só terem liquidado seiscentos e vinte e seis mil euros da dívida. Tenho dito. ---

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, agradecer especialmente à bancada do Portimão Mais Feliz, porque disse quase tudo aquilo que íamos dizer e subscrevo quase na íntegra senão na íntegra, mas não quero aqui correr algum excesso de linguagem e, portanto, pode ter havido ali alguma vírgula que o deputado João Caetano disse que nós não diríamos, mas efetivamente relativamente a este documento, não só os considerandos que existem aqui, portanto quer do ROC que salientamos ao nível do saldo de execução orçamental, que vêm de facto manter o peso do garrote fiscal nas famílias



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



portimonenses, mas salientar duas questões apenas para corroborar aquilo que foi dito pelas duas bancadas anteriormente. -----

----- A primeira nota, é que nós sabemos que este documento é um documento técnico, e sobre essa matéria não trazemos aqui nenhuma, até pela especificidade e a densidade do documento, nenhuma crítica evidente, ou nenhuma suspeição sobre a forma de execução do documento, mas embora seja um documento técnico, não deixa de ser uma execução política, de escolhas políticas e de políticas feitas neste caso para os portimonenses, e aquilo que naturalmente que, e temos dito em várias sessões, as contas ao longo dos últimos anos têm sido asseguradas por este executivo socialista, no cumprimento das obrigações financeiras que tem, em virtude de saldos menos positivos de anos anteriores. Mas este bom aluno que sentimos hoje, que o PS a nível local está a ser, com grandes saldos de execução orçamental transitórios de uns anos para os outros, acaba por ser o dito bom aluno um mau amigo dos portimonenses, porque não consegue, ou não tem o sentimento de pertença para trabalhar para baixar a alta carga fiscal que Portimão tem ainda à data. E também dizer que é um documento técnico, que figura na base das escolhas que o executivo socialista tem e que lhe compete, venceu as eleições, tem o seu programa apresentado em vigor e a cumprir, e naturalmente que há aqui questões a nível também setoriais que faríamos como foi dito quando o documento foi a discussão em reunião de Câmara de outras formas e que teríamos uma visão diferente. Não é uma questão de ser melhor ou pior, a política não é a duas cores, seriam diferentes, como nem tudo o que seguramente o executivo socialista faz seja errado, mas sobre esta matéria, queríamos deixar aquilo e reiterando o que já foi dito por outros membros da Assembleia, que se torna óbvio e que inclusive acredito e gostava muito que o Partido Socialista tivesse humildade a reconhecer, que a nível orçamental isso são números, está de facto a ser um bom aluno, mas está a ser um mau amigo dos portimonenses, porque podia ir muito mais além e começar a ver os números em forma mais humana e não ver a parte portimonense e a parte humana como apenas números, para depois ter grandes saldos de execução orçamental. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que gostava de fazer lembrar a todos, que mesmo assim baixaram o IMI, e tanto é que neste ano e a execução orçamental demonstra isso, temos dois ponto um milhões de euros a menos no IMI e na derrama. Já tem sido dito pelo executivo socialista que tanto apregoam, que nós na realidade queremos contas certas e também queremos devolver os impostos que os portimonenses pagam com obra e que na realidade tanta falta fazem também à nossa cidade, e por isso é nesta senda que vamos continuar, e é assim que vamos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



querer também, porque o nível de endividamento nós sabemos muito bem, neste último ano baixámos dez milhões, a nível de endividamento, e se vir aí, o endividamento excessivo, em 2025, deixamos de estar em endividamento excessivo e, portanto, é esta a política que temos seguido e é esta a política que vamos continuar, foi também esta que prepusemos aos portimonenses e é esta que vamos querer levar por diante, e é assim que vamos continuar o nosso trabalho. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, senhor vereador Álvaro Bila, meu caro amigo Álvaro Bila, vamos lá ver se a gente se entende. Ponto número um, que eu me recorde, essa questão não foi devidamente esclarecida na campanha eleitoral, tanto mais que o Partido Socialista recusou-se a debater com os candidatos da oposição na campanha eleitoral. Esta questão não foi minimamente esclarecida aos eleitores, ou seja, ganharam as eleições, isso é verdade, aliás é indesmentível com maioria absoluta, é indesmentível também, mas esta questão não foi devidamente debatida nem esclarecida. -----

----- Segunda questão, o senhor disse aí que querem devolver com obra os impostos que os portimonenses pagam, foi isso que o senhor disse. Eu permita-me lembrar-lhe que é uma obrigação do executivo fazer obra, não é uma contraprestação para os impostos, os impostos são um contributo de cidadania e a função dos rendimentos ou do património que alguém tem, mas é obrigação dos políticos e de quem está em funções executivas fazer obra. Aquilo que os senhores poderiam fazer e não fazem, porque não optam politicamente por renegociar a dívida e por ter condições e margem para baixar a carga fiscal por opção política, porque é mais cómodo para os senhores terem esta receita de impostos e taxas no máximo, é eventualmente aliviarem a carga fiscal e eu dou-lhe dois ou três exemplos. Em sede de IMI poderiam reduzir para o mínimo a taxa de IMI aplicável, poderiam aplicar isenções e discriminação positivas, nomeadamente para relançar o mercado do arrendamento na cidade. Não o podem fazer devido à comissão executiva do FAM, e depois há aqui outra questão também além da derrama, quer dizer, a participação variável no IRS, que é zero vírgula cinco por cento, os senhores quer dizer não devolvem aos portimonenses, ficam com ela e, portanto, é isto que os senhores estão a praticar e, portanto, todos os anos estão a ir ao bolso dos contribuintes do concelho para depois virem aqui apresentar as contas certas com resultados líquidos positivos. Isto é uma opção política deliberada, e eu gostava que os senhores assumissem isto de uma forma clara, reconhecendo que é mais fácil e mais cómodo para o executivo cobrarem impostos, porque toda a gente sabe como é que se cobram impostos neste país e o que é que acontece a quem não paga a tempo e a horas.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Portanto, é mais cómodo para os senhores praticarem esta política de verdadeiro assalto fiscal ao portimonenses e às empresas do concelho, do que propriamente amortizarem antecipadamente o empréstimo e baixarem a carga fiscal, numa altura em que volto a repetir, vão surgir dificuldades que nós não estávamos à espera, nomeadamente para as empresas e para muitas famílias, e eu pergunto-me se será depois boa opção ir tirar com uma mão para depois vir dar com a outra em sede de apoios sociais a quem tem mais carências. Não sei se politicamente é vantajoso, do ponto de vista da justiça social tenho sérias dúvidas para dizer declaradamente que não é justo. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, realmente, estar a resumir uma campanha eleitoral, ou um debate eleitoral, acho que a campanha eleitoral desta vez... acho que tivemos uma boa campanha eleitoral, aliás e demonstra bem os partidos que temos representados nesta Assembleia e, portanto, felizmente a democracia trabalhou bem em Portimão e é demonstrativa daquilo que temos nesta nossa Assembleia, felizmente que assim o é e, portanto, temos todos os partidos, se calhar a sua campanha eleitoral não passou bem, ficaram com dois deputados. De resto todas as outras campanhas, cada um, o povo é soberano, votou e estamos todos representados, o PAN, o Chega, o Bloco de Esquerda, CDU, o PSD, o PS e uma deputada Independente que era mais uma pessoa que estava consigo e que hoje é deputada independente. -----

----- O senhor deputado sabe que não temos na taxa máxima também, tanto é que no IMI nós baixámos aquilo que podemos e fizemos a negociação e a taxa de juro também já baixou, senhor deputado e, portanto, é este o trabalho que temos feito e é este o trabalho que vamos continuar a fazer. Eu sei que custa vermos os resultados transitados e vermos um executivo com contas certas nos últimos mandatos, mas eu acho que deve ser bom para a cidade também, tanto é que quando a cidade necessitou, até no Covid, os apoios que conseguimos dar e, portanto, senhor deputado, e hoje estamos mais seguros com os resultados que temos, até num plano da energia, por exemplo, que pode piorar e muito, nós estamos muito mais seguros com os resultados que temos hoje, assim como com as questões da Guerra, os apoios que depois vamos poder dar às famílias portimonenses, e é isso, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que naturalmente que o PS não poderia deixar, face à apresentação de contas do executivo, de deixar aqui uma posição bem clara em dois eixos essenciais, um do plano técnico e outro do plano político. Penso que é assim



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que nós poderíamos e deveríamos analisar as contas de uma forma séria e mais profunda, naturalmente. -----

----- Bem, já foram aduzidos argumentos a nível da oposição, e eles são digamos sistematicamente os mesmos e isso de alguma forma até nos regozija, porque de facto, quando em anteriores discussões, em anteriores mandatos se fazia sentir o monstro da dívida, hoje a questão prende-se com o modo como se vai efetuar o saneamento financeiro. Bem, naturalmente que nós a este nível, pensamos que o que está aqui em pauta, é que nós temos que ter um objetivo principal, que é o da prestação de contas, e que essa prestação, primeiro lugar, deve dar uma imagem absolutamente fiel do património, da situação financeira, da execução do orçamento e dos resultados obviamente, resultados económicos, resultados patrimoniais da entidade de quem está a prestar contas, e os senhores estão a prestar contas perante uma entidade fiscalizadora. -----

----- Então a este respeito, importa que se perceba que a prestação de contas está a permitir justamente a avaliação da vossa qualidade enquanto gestores relativamente à utilização de recursos que vos foram confiados, e o próprio povo portimonense disse, manifestou-se politicamente a propósito desta política que obviamente já tinha um fio condutor anterior. Nós estamos a falar da prestação de contas do ano de 2021, justamente o ano das eleições, em que o povo se manifestou, coincidentemente, esta prestação de contas, este exercício de contas diz respeito a esse ano. -----

----- Relativamente às asserções da gestão, nós temos a questão das existências, os bens existem ou não existem, de que é que nós estamos a falar, a efetividade dos saldos, os saldos correspondem ou não às operações realizadas, a questão das patrimonialidades, os bens estão a ser controlados e devidamente controlados pelo executivo ou não e a questão de se existem ou não existem operações não registadas. Portanto, o PS está a pronunciar-se nesta matéria e aquilo que me apraz dizer é somente isto. Este executivo, à semelhança do anterior, tem tido uma preocupação inegável, nós não podemos negar isto, com uma gestão eficaz, eficiente e económica dos recursos autárquicos. Por isso não é a circunstância de pertencermos ao mesmo partido do executivo autárquico, que observamos a realidade desta forma. Esta é a realidade nua e crua, não vale a pena nós escamotearmos isso. Nós temos efetuado uma trajetória que vem do endividamento brutal cavado pelo próprio PS para uma trajetória de saneamento financeiro conduzida também por esse mesmo PS e, portanto, há que reconhecer isto. -----

----- Agora, claro está, nós compreendemos quem quer sol na eira e chuva no nabal. -----



----- Os investimentos, olhando agora a questão sob o prisma político, os investimentos que aqui vêm expressos nesta prestação de contas, se olharmos para esses investimentos para a sua natureza, nós perceberemos o peso significativo em domínios que caracterizam a política social do PS. É de uma política social ampla e alargada de que se tratou efetivamente, quando nós estamos a pensar que são pessoas singulares, que são famílias, que são empresas a serem objeto de subsidiação num período absolutamente turbulento, num período absolutamente instável, que nada nos garante que não venhamos novamente a passar, e isso significa dizer que os gastos com as famílias, com as despesas de pessoal, com empresas, sem impactos negativos na sustentabilidade financeira da autarquia, mesmo com uma quebra das receitas, essa sustentabilidade tem de ser realçada, não pode deixar de ser realçada. Façamos justiça às pessoas que temos tido no executivo. Estes resultados líquidos não puseram em causa a sustentabilidade financeira da autarquia, e até mesmo a constituição de reservas de contingência, têm tido de facto um bónus porque era impensável se nós tivéssemos efetuado a liquidação da dívida como algumas oposições pretendem, era impensável nós podermos projetar como projetámos os apoios sociais que fizemos, para que a cidade hoje se reabilite ou esteja a reabilitar-se mais facilmente, uma cidade que vive do monolitismo turístico, com muita casa fechada, muitos serviços liquidados. Então notem bem, em final de mandato, porque é disto que estamos a falar, o executivo autárquico apresenta-nos estes resultados. Em final de mandato, estes resultados que conjugam efetivamente uma preocupação com o saneamento financeiro e simultaneamente com o não sedimentar esta ideia de quem vier depois que feche a porta, isto traduz-se, isto tem um nome, tem uma designação muito própria, que se chama maturidade política, maturidade política, repito. Portanto, os resultados são um sinal disso mesmo, de maturidade política. Não foi por estar em fim do mandato que o executivo abandonou o rigor, ou disse que quem vier que feche a porta. Portanto, este documento, meus caros senhores, por parte do PS, reflete a concordância com as opções políticas tomadas, com opções políticas que em boa convicção o PS entende corretas, sem prejuízo obviamente de dever estar atento, de dever respeitar e ser sensível às críticas das oposições. Muito obrigado, disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, as contas certas não nos custa a nós, à oposição, custa a todos os portimonenses, é bom referir isso, e contas certas acho que todos os executivos têm que as dar, a gente quer contas certas e isso faz parte de todo o executivo que pretende chegar a uma Câmara, acho que deve de dar contas certas, isso faz parte. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Outra questão que eu realço aqui em relação aos impostos, como já foi dito aqui, mais uma vez, faço esse paralelismo entre aqui e Lagoa, no caso do IMI e também no caso do IRS. É que o IRS todos os meses os portimonenses iam ver e veem, e se tiverem famílias do outro lado de Lagoa, conseguem ver a diferença entre ordenados, se trabalharem na mesma empresa e tiverem a mesma função. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que retomava aqui a pergunta inicial que dirigiu ao executivo e que não viu respondida, é se vão encetar ou não a negociação com a comissão executiva do FAM, para amortizar antecipadamente uma boa parte do empréstimo pegando neste dinheiro do resultado líquido positivo. Portanto, gostaria que fosse respondida cabalmente essa questão e de uma forma clara e expressa. -----

----- Depois, ouvi com agrado aqui a narrativa do membro da Assembleia Figueiredo Santos, e quando se fala aqui em maturidade política, eu creio que houve aqui algum enviesamento de análise se calhar, inadvertida, mas houve, porque aqui o que aconteceu com as famosas contas certas de anteriores executivos e deste e do anterior, foi senhor deputado Figueiredo Santos, uma obrigação legal, foi um regime legal que foi aprovado para ser aplicado a municípios como Portimão e outros no país que tinham um endividamento muito acima daquilo que seria expetável e permitido. Portanto, isto não foi maturidade coisíssima nenhuma. O município de Portimão foi obrigado a aderir ao FAM, foi obrigado a promover a aplicação e a aprovação de um PAM com medidas muito restritivas a nível de admissão de pessoal, a nível de taxas e impostos e de opções em sede de investimento, que decorrem de uma legislação que foi aprovada para fazer face a um município que estava na situação que Portimão estava. Maturidade política não foi, quer dizer, mau comparado foi a mesma coisa que o governo que herdou a situação financeira calamitosa que o engenheiro Sócrates deixou em Portugal, teve que submeter-se à troika, foi a mesma coisa, quer dizer, não foi maturidade nenhuma, foi aceitar aquilo que os credores impuseram, o FAM foi exatamente a mesma coisa à escala do município. Portanto, vir aqui falar em maturidade política como se Portimão tivesse tido a opção de aderir ou não aderir ao FAM, ó senhor deputado, sejamos aqui rigorosos e falemos das coisas como elas aconteceram. Portanto, não apliquemos aqui uma cosmética que agora resulta, muito atraente e muito benévola para quem criou o monstro, para quem criou a dívida, como se fosse uma opção. Não foi, foi uma obrigatoriedade. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, sobre esta matéria, dizer que de facto, isto está-se a cingir tudo a uma questão de



perspetiva, e a forma com que tentamos expor algo demonstrando um copo meio cheio, quando se calhar ao lado até temos uma garrafa e não outro copo, mas dar aqui algumas notas para vermos a perspetiva como um todo e não fazer da árvore a floresta. Efetivamente, e aliás os partidos todos votaram favoravelmente a redução da taxa de IMI em Portimão, descemos de zero ponto quarenta e três para zero ponto quarenta e dois, é esta a descida, e tudo bem, descemos, votámos a favor, ainda bem que descemos. Mas dizer que no Algarve inteiro, em dezasseis concelhos, só um, porque está em incumprimento de um pagamento de ajuste económico-financeiro, é que é superior ao de Portimão e Dizem-me, ah! isso é no Algarve. No país, em trezentos e oito municípios, apenas nove, contando Portimão, portanto vamos dizer oito, estão iguais ou superiores e alguns deles por incumprimento a Portimão, ou seja, nós estamos no top trezentos. Esta é a realidade da perspetiva que nós podemos aqui dar a volta política que queiramos, meter um blush, pintar muito bonito, mas isto é o que existe, e aqui não é perspetiva, é mesmo a floresta inteira e não a árvore que aqui às vezes tentamos passar, e sobre outra coisa, a mim não me custa nada as contas certas, custa-me muito pensar que a 3 de outubro de 2016, Portimão assinou um contrato de vinte e sete anos para pagar cento e quarenta e três milhões de euros, já só faltam vinte e um, mas que eu já não serei nada jovem, como disse o senhor vereador João Gambôa, quando um dia Portimão estiver livre deste contrato. Mesmo que pense assim livremente, permitam-me pensar que porventura, vou ser simpático para mim, permitam-me aqui agora a conversa não séria, mas se entretanto for pai, não está nada previsto que eu saiba, mas se entretanto for pai, a criança já estará na universidade quando Portimão se emancipar da casa do FAM e do PAM. É isto que é o quadro inteiro, não é descemos e estamos... não, a realidade é, Portimão tem que ter a maturidade, aparecerá daqui a vinte e um anos quando Portimão se libertar. Este é o panorama por inteiro, e depois a outra questão que às vezes deve custar um pouco quando se tenta defender com unhas e dentes aquilo que sabemos que devemos ter maior humildade política, maturidade, é-me indiferente, mas humildade política para fazer, é nós estamos aqui a falar do seguinte e vou dar um exemplo concreto, para não parecer que é uma árvore. Nós falamos no saldo de execução orçamental que transitou, documentos, vinte e oito ponto três milhões de euros. Foi isso que o executivo entendeu, que queria ser bom aluno e demonstrar as contas certas. Eu acho bem, porque não sabemos se vamos ter uma pandemia, se vamos ter uma Guerra, tudo certo, se vamos ter as matérias-primas mais altas, certo. Mas este valor pensemos nisto, a estratégia de habitação local de Portimão que vai dar resposta a duzentas e vinte e sete famílias, salvo erro se falhar está aqui a senhora vereadora que corrige, vai ter um custo para três anos, de vinte e quatro milhões de



euros. Mesmo assim, não dá resposta à totalidade de famílias carenciadas portimonenses a nível habitacional. O que eu estou a dizer com isto, é que o valor que transita, era suficiente para melhorar muito muitas vidas de portimonenses, e é tão só isto que queria dizer para terminar. Podemos aqui falar de várias arvorezinhas no meio da floresta, podemos aqui fazer o retrato todo da floresta, acho que todos temos que reconhecer a realidade, e a realidade daquilo que concerne à visão que o Partido Social Democrata tem para esta matéria é simples, As contas estão no bom caminho e estão a liquidar uma dívida que temos ainda vinte e um anos de contrato para pagar? Certo, esperamos que não sejam vinte e um, está certo. -----

----- Aquilo que apresentam no documento técnico, é positivo para o concelho e traz melhorias a nível do cumprimento? Certo. O documento com o ROC envolvido está correto e tem alguma anomalia? Não. Porém, fiscalmente estamos com um garrote brutal, podem dizer, baixámos, já demonstrou que baixámos, estamos no top trezentos, são trezentos e oito municípios, o que é mau a nível de panorama global porque, continuamos a ser os piores do país e estamos com os portimonenses com uma fiscalidade tão grande que depois olhamos e dizemos que não podemos fazer, quando até tínhamos capacidade financeira para dar resposta como por exemplo na habitação. É tão só isto, quando queremos ver tudo, é mais fácil. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que quanto à revisão, a revisão do FAM foi feita em 2020 e, portanto, a revisão é de dois em dois anos e, portanto, no final de 2022 haverá nova negociação e, portanto, senhor deputado... Não foi isso que eu disse, está a tirar palavras da minha boca, não lhe falei em amortização, falei em negociação. Mas eu não lhe disse isso, não vale a pena estar com essa questão que eu já lhe disse que não estamos a pensar neste momento fazer amortização e, portanto, não vale a pena essa questão e quanto ao Bloco de Esquerda, também, o IRS com esta negociação foi falado, mas por imposição legislativa não o podíamos baixar e por isso deixaram-nos baixar o IMI, não nos deixaram baixar o IRS, porque senão também já tínhamos baixado o IRS. É tudo, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que estão perante um documento que é um documento técnico, feito com rigor pelos trabalhadores desta Câmara que desde já saúda e enaltecendo este mesmo rigor, gostariam também que esse rigor se estendesse ao rigor da palavra. Já vimos aqui dizendo que muitas das vezes que a semântica que é importante, que se chama palavras como a trabalhadores, colaboradores, gostaríamos de ver essa questão resolvida, porque todo este pessoal são trabalhadores da



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Câmara, tenham ou não tenham quarta classe ou cursos superiores, ou mestrados, ou doutoramentos. São trabalhadores da Câmara, estamos aqui perante essa situação e gostaríamos de ver isso alterado. -----

----- Em relação aqui a esta questão, recebemos também as contas da EMARP e verificámos que realmente a EMARP está de saúde e ainda bem, e que esta empresa tem um saldo positivo dos valores aqui demonstrados. Por isso, continuamos a não entender aquele subsídio à exploração que foi dado pelo município à EMARP e continuamos a não entender, uma vez que no nosso entendimento, a EMARP ao apresentar as contas anuais, não teria necessidade que o município cobrisse essas perdas, porque pelos vistos nem houve perda, porque senão houvesse esses subsídios, continuaria a ter um resultado positivo. -----

----- Em relação aqui ao garrote, pois todos nós sabemos que cai sobre o município, foram opções da Câmara, do partido que ganhou e como tal, subscreveremos o que já foi dito por as outras bancadas. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que não pode deixar de salientar que os subsídios que teve foi da tarifa social da água, e foram taxas que tirámos e que a EMARP não podia receber dado o Covid e que o município como tal teve que as suportar. -----

----- Ficaria mal comigo mesmo também, dado que só apanhei a fase final destas contas que estamos a registar e, portanto, gostava de passar a palavra ao senhor vereador Filipe Vital, que é ele também das contas certas e, portanto, gostava de lhe passar a palavra neste momento. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **Filipe Mesquita Vital**, para dizer que esta é uma reedição de uma discussão que todos os anos ali têm. Devemos ou não amortizar antecipadamente o empréstimo FAM, aliás em que os vários partidos vão tendo, pelo menos um deles vai tendo posições diferentes ao longo do tempo, nomeadamente a coligação liderada pelo CDS, que no princípio do mandato passado defendia exatamente que se devia amortizar, a meio do mandato deixou de defender, calou-se sobre este assunto, pelo menos na Câmara calou, o senhor vereador José Pedro Caçorino, deixou de defender na Câmara a amortização antecipada. É verdade, é ir ver as atas, ó senhor deputado, vá ver as atas, tão simples quanto isto, ou então confrontemos o senhor vereador José Pedro Caçorino, porque é uma conversa aliás que eu costumo ter com ele, a mudança de posição, porque é uma mudança de posição que quanto a mim faz todo o sentido, porque não há amortização extraordinária que nos permita melhorar as condições do empréstimo de FAM, e esta é que é a questão que os senhores se recusam a ver. Não é por nós amortizarmos extraordinariamente o empréstimo que



vamos ter melhores condições para negociar com o FAM. Nós temos um plano negociado com o FAM, estamos a cumpri-lo, estamos a cumpri-lo atempadamente sem falhas, com uma execução, aliás em muitos aspetos superiores àqueles que estão contratualizados e, portanto, temos da parte do FAM, naquilo que é o quadro legal existente hoje, todas as condições para ir fazendo os ajustes que nós achamos que são possíveis, nomeadamente em termos de IMI, já fizemos dois ajustes e estamos preparados para ao longo deste mandato, se tal for possível, continuarmos a aliviar a carga fiscal aos portimonenses. Porque é óbvio que ninguém gosta de ter impostos à carga máxima, e nós temos conseguido aqui um equilíbrio que é de redução da dívida, por um lado e temos reduzido a dívida, por outro lado, reduzido os limites de endividamento que só neste ano 2021 foram dez milhões de euros, ainda assim fazer investimento público e temos conseguido com esta mescla, que é um rumo que temos seguido nos últimos oito anos e que não nos temos desviado dele, temos levado o barco a bom porto, com o reconhecimento dos portimonenses. Nós não andámos por aí a gritar que o município estava falido, estava falido, estava falido e agora vemos aqui, ou por exemplo nas últimas eleições já mudámos de posição e já não era bem falido que estava. O senhor deputado saberá quem é que mudou de posição. Eu não fui, aliás, o PS fez um mea à culpa e quando concordou com o discurso do senhor deputado Caetano, o senhor deputado mudou ele próprio o discurso, o senhor ou a coligação que o elegeu. Portanto, nós não temos quanto a esta matéria esqueletos no armário, temos uma política, temos um rumo traçado, temos seguido e vamos continuar a seguir este rumo. Enquanto não se avizinhar que seja vantajoso haver amortizações extraordinárias do empréstimo FAM, não o faremos. Muito obrigado, senhora Vice-Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz"(CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, senhora Presidente, eu agradecendo desde já ao senhor vereador Álvaro Bila por esta oportunidade, queria dizer o seguinte. Aqui deste lado ninguém mudou de posição, e se há pessoas aqui que não têm esqueletos no armário relativamente a esta matéria, somos nós. Nós dissemos sempre a mesma coisa sobre isto, enfim, não andamos a dizer que não havia dívida nos mandatos para depois no mandato seguinte quando mudaram os eleitos, dizer que afinal isso tinha sido uma desgraça, e estávamos à beira da falência técnica, e que agora temos responsabilidade política e maturidade política para acertar as contas. Isso não foi connosco. -----

----- Eu estava aqui a ouvir o senhor vereador Vital e estava-me aqui a questionar a mim próprio, se levando aqui aquilo que acabou de dizer à letra, se não estaremos condenados a estar mais vinte e dois anos a cumprir aquilo que está exatamente *ipsis verbis* no PAM,



independentemente dos resultados que venhamos a ter nos próximos exercícios. Imaginemos aqui que daqui a dois ou três exercícios em vez de vinte e seis milhões de euros, teríamos cinquenta milhões de euros de resultado positivo. Levando à letra aquilo que o senhor vereador acabou de dizer, bom, estamos amarrados ao PAM e, portanto, temos que aguardar, vamos dando aqui umas migalhinhas, ou seja, baixando uma décima no IMI, baixando uma décima na participação variável no IRS, mas enfim, não, as contas certas são assim e vamos fazendo obra. Pois, o dinheiro tem que ir para algum lado, quer dizer, pois se não pagam vão fazer investimento, mas seria possível fazer investimento amortizando. Portanto, a questão é esta. Eu não quero acreditar que o executivo considera como aceitável que nós estejamos condenados a estar mais vinte e um ou vinte e dois anos neste sistema de garrote financeiro e fiscal, porque enfim, o PAM é o que é e porque a lei não permite que se amortize ou que não se baixe a participação variável. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, eu tenho a certeza que o que o senhor deputado quis dizer, é que Portimão ia ser mais feliz, só ia conseguir ser mais feliz com os resultados transitados que passavam de um ano para o outro. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o vereador da Câmara Municipal **Filipe Mesquita Vital**, só para reforçar aqui uma ideia, aliás, o senhor deputado João Caetano, veio reforçar aqui uma ideia que foi lançada pelo senhor deputado Carlos Martins, que vamos estar mais vinte e um anos presos ao empréstimo FAM e, portanto, vamos estar aqui com o garrote do FAM mais vinte e um anos, aliás, intervenção que fizeram aquando da aprovação do FAM, íamos estar o resto da vida agarrados ao FAM e ao peso do FAM e ao garrote do FAM, etc. E nunca leram o FAM, porque o que o FAM diz e o que a lei do FAM diz não é isso, o que a lei diz, é que não podemos estar acima do limite do endividamento e o limite do endividamento é uma forma de cálculo, não é dívida zero, não é até pagarmos o último euro do empréstimo de FAM, é quando atingirmos o limite de endividamento, deixamos de estar sob a alçada do FAM, e isso prevemos ser muito mais cedo do que nos próximos vinte e um anos. Portanto, o senhor deputado Carlos Martins, pode ter filhos à vontade e desejo que tenha e que sejam muito felizes que já não vão com certeza estar sob a alçada do FAM. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, também diz nas nossas contas, e se leram o documento todo, em 2025, deixamos de estar em endividamento excessivo. Portanto, senhor deputado pode fazer



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



já filhos que daqui a três anos deixamos de estar em endividamento. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que acha que é melhor acabarem com as portagens da via do Infante que é para as crianças irem nascer em Espanha, que até lá daqui a quatro anos se calhar não vão ter obstetras. -----

----- Queria também salientar aqui a questão das empresas municipais que ainda estão aqui, e em que ponto é que estão, quando é que elas desaparecem destes exercícios. Tenho dito.

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que estão em processo de liquidação, também gostavam que fosse o mais breve possível. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, tendo em conta aquilo que aqui foi dito, segundo os números do primeiro trimestre de 2022, há uma dívida em excesso face ao limite de endividamento de trinta e um milhões de euros. O senhor Vice-Presidente Álvaro Bila, disse aqui que está previsto eliminar esse endividamento excessivo em 2025. Portanto, nos próximos três anos a autarquia prevê liquidar trinta e um milhões de euros. Correto? Eu fiz uma pergunta, gostava que me respondessem. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que vai continuar. Não vou estar agora aqui em diálogo. --- -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que vai ser breve, sob pena de sair com trigémeos desta sessão. Queria salientar duas questões. A primeira, é que eu entendo o que disse o senhor vereador Filipe Vital, não disse em momento algum o contrário daquilo que disse, mas também lhe deixar a nota política sobre essa matéria, que essa bancada do PSD que citou, gostou tanto das medidas que depois transitou para a bancada do PS no mandato a seguir. Portanto, a pessoa que o disse, depois era membro da Assembleia Municipal do PS e, portanto, ele gostou muito e concordou consigo, e relativamente ao Vice-Presidente Álvaro Bila, dizer-lhe, o quadro que se trata nesta matéria, é simples. Nós percebemos que o município tem um garrote de um acordo que tem, e os portimonenses têm o garrote fiscal em virtude desse. Sendo que há dois cenários. Os portimonenses não se conseguem de forma nenhuma libertar do garrote, porque não têm possibilidade disso. O município tem. Eu não estou a dizer com isso que todo o saldo deva ser para pagar dívida, não estou a entrar nessa discussão, acho que é outro ponto e outra sessão que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



não esta Assembleia Municipal. A questão aqui, é que é uma opção política e volto a dizer, têm toda a liberdade democrática de a ter, como todos os outros têm liberdade democrática de até ter diferente, ou até de alternar as suas posições, como também já ouvi. Agora, a questão é esta, os portimonenses não podem fazer nada face ao garrote fiscal que têm, o município pode, e ao contrário também ouvi, não, não é verdade que não possa fazer nada, porque pode, mas portanto, acho que já fui bastante explícito sobre esta matéria e para já disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Portimão **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, respondendo ao Partido Chega, estão nas nossas contas que em 2025 deixamos de estar em endividamento excessivo, e a nossa amortização da dívida são cerca de dez milhões por ano. É isso que está aí. De certeza que os senhores viram todas as nossas contas e veem que é isso que está aí plasmado. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-a** Apreciação e Votação dos documentos de prestação de contas individuais, relativos ao exercício económico de 2021 e proposta de aplicação de resultados, nos termos da Proposta **Deliberação de Câmara nº 293/22**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	5	2	0	2	0	1	0	10
VOTOS CONTRA	0	0	0	2	0	1	0	0	3

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

Ausentou-se da sessão por motivos de saúde urgentes de familiar o Sr. Deputado do partido CHEGA - Luís Custódio. Faltou a Sra. Deputada Independente Ângela Venâncio Quadro, por motivos de saúde. -----

Foram aprovados por maioria, os documentos de prestação de contas individuais, relativos ao exercício económico de 2021 e a proposta de aplicação de resultados, nos termos da Proposta – Deliberação de Câmara nº 293/22. -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Ponto 4-b)** Apreciação do Inventário dos bens patrimoniais registados contabilisticamente no exercício de 2021, nos termos da Proposta –



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Deliberação de Câmara nº 271/22., declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, a questão que queria colocar, eu vou ser muito sincero, eu não li na totalidade o documento, que o documento é bastante extenso e tem uma leitura que não é fácil, especialmente para quem tem miopia não é muito fácil e, portanto, eu não consegui ler na íntegra. A questão que tinha para colocar, prende-se com aquilo que já foi falado aqui relativamente ao ponto anterior e que tem que ver com a falta de reconciliação aqui, uma série de bens, que devem eventualmente estar aqui integrados no inventário, e que eu perguntava concretamente ao executivo quando é que se prevê que consigam fazer essa reconciliação contabilística desses bens, porque já foi aqui falado no ponto anterior também, o valor e a percentagem que eles representam, e como já é uma situação que já se arrasta há alguns anos, nalguns exercícios contabilísticos, a questão que nos parece que é evidente, é quando é que essa reconciliação vai estar feita e quando é que essa reconciliação vai estar aqui traduzida, não só na prestação de contas, mas também aqui no inventário, embora enfim, nós sabemos que o inventário é uma identificação, mas também tem lá o valor contabilístico de cada bem, de cada rubrica e, portanto, gostava de saber essa questão.-----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto ao inventário que está aqui a ser falado, é só o inventário das aquisições e dos abates em 2021, senhor deputado. -----

----- Quanto às reconciliações, pois na realidade os serviços têm estado a trabalhar nisso e não sei, mas se calhar até ao final do ano a ver se conseguíamos fazer as reconciliações todas que temos para fazer, porque também na realidade também já não são muitas reconciliações que temos para fazer, senhor deputado, e é isso que vamos ter que trabalhar até ao final do ano para a fazer. Tenho dito. -----

----- **Foi apreciado o Inventário dos bens patrimoniais registados contabilisticamente no exercício de 2021, nos termos da Proposta - Deliberação de Câmara nº 271/22.** -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, **o Ponto 4-c)** Discussão e votação da Proposta de Abertura de Procedimento concursal para ocupação de três (3) postos de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional (área de atividade funcional de nadador/a salvador/a) - ao abrigo do nº 2, do art.º 61º da Lei 75-B/2020,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de 31/12, nos termos da Proposta - *Em situações excecionais, devidamente fundamentadas, a Assembleia Municipal pode autorizar a abertura dos procedimentos concursais a que se refere o número anterior, fixando casuisticamente o número máximo de trabalhadores a recrutar, desde que, de forma cumulativa* - **Deliberação de Câmara nº 147/22.** -----

----- Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **ponto 4-c)** - Discussão e votação da Proposta de Abertura de Procedimento concursal para ocupação de três (3) postos de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional (área de atividade funcional de nadador/a salvador/a) - ao abrigo do nº 2, do art.º. 61º da Lei 75-B/2020, de 31/12, nos termos da Proposta - *Em situações excecionais, devidamente fundamentadas, a Assembleia Municipal pode autorizar a abertura dos procedimentos concursais a que se refere o número anterior, fixando casuisticamente o número máximo de trabalhadores a recrutar, desde que, de forma cumulativa* - **Deliberação de Câmara nº 147/22**, tendo sido obtido o seguinte resultado:-----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	2	2	2	1	1	0	28
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

Ausentou-se da sessão por motivos de saúde urgentes de familiar o Sr. Deputado do partido CHEGA - Luís Custódio. Faltou a Sra. Deputada Independente Ângela Venâncio Quadro, por motivos de saúde. -----

-----**Foi aprovado, por unanimidade a Abertura de Procedimento concursal para ocupação de três (3) postos de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional (área de atividade funcional de tratador/a de animais e área de atividade funcional de coveiro/a), nos termos da Proposta – Deliberação de Câmara nº 112/22.** -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Ponto 4-d)** - Discussão e votação da Proposta de Abertura de Procedimento concursal para ocupação de três (3) postos de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional (área de atividade funcional de nadador/a salvador/a) - ao abrigo do nº 2, do art.º.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



61º da Lei 75-B/2020, de 31/12, nos termos da Proposta - *Em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, a Assembleia Municipal pode autorizar a abertura dos procedimentos concursais a que se refere o número anterior, fixando casuisticamente o número máximo de trabalhadores a recrutar, desde que, de forma cumulativa.* - **Deliberação de Câmara nº. 147/22.** -----

----- Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-d)** - Discussão e votação da Proposta de Abertura de Procedimento concursal para ocupação de três (3) postos de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional (área de atividade funcional de nadador/a salvador/a) - ao abrigo do nº 2, do art.º. 61º da Lei 75-B/2020, de 31/12, nos termos da Proposta - *Em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, a Assembleia Municipal pode autorizar a abertura dos procedimentos concursais a que se refere o número anterior, fixando casuisticamente o número máximo de trabalhadores a recrutar, desde que, de forma cumulativa,* - **Deliberação de Câmara nº 147/22.**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	2	2	2	1	1	0	28
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- Ausentou-se da sessão por motivos de saúde urgentes de familiar o Sr. Deputado do partido CHEGA - Luís Custódio. Faltou a Sra. Deputada Independente Ângela Venâncio Quadro, por motivos de saúde. -----

----- **Foi aprovado, por unanimidade, a Abertura de Procedimento concursal para ocupação de três (3) postos de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional (área de atividade funcional de nadador/a salvador/a) - ao abrigo do nº 2, do art.º. 61º da Lei 75-B/2020, de 31/12, nos termos da Proposta – Deliberação de Câmara nº 147/22.** -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Ponto 4-e)** - Discussão e votação da Proposta de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



composição do júri de recrutamento para o cargo de Chefe de Divisão de Transportes e Oficinas, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 228/22.**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-e)** - Discussão e votação da Proposta de composição do júri de recrutamento para o cargo de Chefe de Divisão de Transportes e Oficinas, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 228/22.**, tendo sido obtido o seguinte resultado: ----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	0	2	2	0	1	0	25
ABSTENÇÕES	0	0	2	0	0	1	0	0	3
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- Ausentou-se da sessão por motivos de saúde urgentes de familiar o Sr. Deputado do partido CHEGA - Luís Custódio. Faltou a Sra. Deputada Independente Ângela Venâncio Quadro, por motivos de saúde. -----

----- **Foi aprovado, por maioria, a composição do júri de recrutamento para o cargo de Chefe de Divisão de Transportes e Oficinas, nos termos da Proposta.** -----

----- Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Ponto 4-f)** - Discussão e votação da Proposta de substituição do Eng. Agostinho Jorge Baptista Escudeiro no cargo de presidente do júri dos procedimentos concursais para provimento de 3 cargos de Chefes de Divisão – cargos de direção intermédia de 2º grau, pelo Dr. Ricardo José da Conceição Tomé, Diretor de Departamento de Gestão Urbanística e Mobilidade, mantendo-se os restantes elementos de cada um dos júris, anteriormente designados, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 261/22.** -----

----- Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-f)** - Discussão e votação da Proposta de substituição do Eng. Agostinho Jorge Baptista Escudeiro no cargo de presidente do júri dos procedimentos concursais para provimento de 3 cargos de Chefes de Divisão – cargos de direção intermédia de 2º grau, pelo Dr. Ricardo José da Conceição Tomé, Diretor de Departamento de Gestão Urbanística e Mobilidade, mantendo-se os restantes elementos de cada um dos júris,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



anteriormente designados, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 261/22.**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	0	2	2	0	1	0	25
ABSTENÇÕES	0	0	2	0	0	1	0	0	3
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----Ausentou-se da sessão por motivos de saúde urgentes de familiar o Sr. Deputado do partido CHEGA - Luís Custódio. Faltou a Sra. Deputada Independente Ângela Venâncio Quadro, por motivos de saúde. -----

----- **Foi aprovado, por maioria, Proposta de substituição do Eng. Agostinho Jorge Baptista Escudeiro no cargo de presidente do júri dos procedimentos concursais para provimento de 3 cargos de Chefes de Divisão – cargos de direção intermédia de 2º grau, pelo Dr. Ricardo José da Conceição Tomé, Diretor de Departamento de Gestão Urbanística e Mobilidade, mantendo-se os restantes elementos de cada um dos júris, anteriormente designados, nos termos da Proposta – Deliberação de Câmara nº 261/22.**-----

-----Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram Vinte e três horas e cinquenta minutos, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 2ª Reunião da 2ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e dois, realizada no dia nove de Maio, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento.-----

----- De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos não foi rececionada resposta por parte da Câmara Municipal. -----

----- E eu, Telma Maria Nunes Matias_____, Assistente Técnica, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Isabel Andrez Guerreiro)

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café)

2º Secretária da Mesa da Assembleia Municipal

(Sheila Gassin Tomé)